Não pode ser vendido separadamente Suplemento integrante da edição 3359 do Jornal Correio do Povo do Paraná

Está passando por um momento difícil?

Ligue

As ligações para o Centro de Valorização da Vida (CVV) agora são gratuitas em todo país

Você não precisa se identificar

cvv.org.br

<u>Correio</u>



VACINE-SE O QUANTO ANTES





MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Parana
Praça Rui Barbosa, 01 - Centro - Cx. Postal 121 - 85301-070
NPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 635-8100 Fax: (42) 635-1231

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO N° 019/2020 23/03/2020

Municipal de Laranjeiras do Sul, Estado Do Paraná, no uso de suas onfere o Artigo 64, Inciso VI, da Emenda a Lei Orgânica Municipal

Considerando o Decreto nº 4.317/2020, e autoria do Governo do Estado do Paraná, o qual desde ja está municipalidade adere integralmente, resolve

Recomenda-se a disponibilização de álcool em gel na entrada dos estabele realizando a entrega para utilização imediata dos consumidores que aden

II – Será permitida a permanência de até 10 (dez) consumidores por vez, dentro do elecimento, pelo prazo máximo de 20 (vinte) minutos cada um, somente podendo adentrar novo unidor no estabelecimento após a saída de um consumidor que estava dentro do recinto;



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Estado do Paraná
Praça Rui Barbosa, 01 - Centro - Cx. Postal 121 - 85301-070
CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 635-8100 Fax: (42) 635-1231

GABINETE DO PREFEITO

Recomenda-se a disponibilização de álcool em gel na entrada dos estabelecir rio realizando a entrega para utilização imediata dos consumidores que adentra

Art. 4°. As lojas de conveniência existentes em postos de combustiveis terão limitação de ores a 02 (duas) pessoas por vez, excluindo-se desse controle de fluxo de consumidores as stentes, ass lojas de conveniência destinadas ao consumo de alimentos dentro do mento, que para todos os fins se assemelham a restaurantes, nos quais deverá ser respetado ninimo de OZII (dois metros) de distância entre as mesas e/o u caderase be anquetas.

ete do Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, em 23 de março



JONATAS FELISBERTO DA SILVA



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Praça Rui Barbosa, 01 – Centro – Cx. Postal 121 – 85.301-970 1: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-8136 GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº. 020/2020 23/03/2020

<u>SÚMULA:</u> AUTORIZA PONTO FACULTATIVO AO FUNCIONALISMO PÚBLICO MUNICIPAL – COVID-19.

O Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, no exercício da tência que lhe confere o Artigo 65, Inciso VI da Lei Orgânica do Município,

Art. 2º - Os funcionários dos quadros da Saúde Pública, Coleta de Lixo Urbano e da unicipal cumprirão expediente normal, sendo posteriormente contemplados, de acordo. Municipal nº 027/2013 (Lei de Compensação).

Art. 3º - A Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo deve seguir suas atividades escala de plantão a ser definida pelo secretário municipal.

Art. 4º - A Secretaria Municipal de Fazenda deve seguir determinação da Portaria do Secretário Municipal 001/2020.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, rev

Gabinete do Prefeito Municipal, em 23 de março de 2020

JONATAS FELISBERTO DA SILVA Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL PREFEITURA MUNICUFAL DE L'ARRANGLING DE OSC.

CNPJ N°, 76.205, 9700001-9 25

PRAÇA RUI BARBOSA, 01 – FONE (042) 3635-8100

85.301-070 – LARANJEIRAS DO SUL - PARANÁ

ATO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N°, 011/2020- PMLS

Objeto: Aquisição de doese para a páscoa, destinados aos alunos da rede municipal de ensino e participantes das oficinas do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos – scfv, exclusivo para micro empresas e empresas de regueno norte.

Pequeno porte.

O Prefeito Municipal de Laranjeiras do Sul resolve REVOGAR a Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 011/2020, por Conveniência Administrativa. Laranjeiras do Sul-PR, 23 de março de 2020.

Jonatas Felisberto da Silva Prefeito Municipal



Município de Laranjeiras do Sul - 2020 DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO CRIANÇA POR FONTE DE RECURSO

Período: 01/01/2020 até 29/02/2020

Orgão/Unidade/Projeto Atividade/Natureza despesa/Fonte recurso	Orçado	Atualizado	Empenhado	%	Liquidado	%	Pago	9
	(a)	(b)	(c)	(c/b)	(d)	(d/b)	(e)	(e/b
3 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SEG DA FAMÍLIA	668.000,00	678.000,00	153.041,05	22,57	151.541,05	22,35	144.763,71	21,3
003 FUNDO MUNICIPAL DE DIREITOS CRIANÇA E ADOLESCENTE	668.000,00	678.000,00	153.041,05	22,57	151.541,05	22,35	144.763,71	21,3
6155 APOIO A ENTIADES DE ATENDIMENTO A CRIANÇA E ADOLESCENTES	290.000,00	290.000,00	126.700,69	43,69	125.200,69	43,17	125.200,69	43,17
3.3.50.41.00.00 CONTRIBUIÇÕES	270.000,00	270.000,00	126.700,69	46,93	125.200,69	46,37	125.200,69	46,3
12510 00000 Recursos Ordinários (Livres)	220.000,00	220.000,00	126.700,69	57,59	125.200,69	56,91	125.200,69	56,9
12520 00961 Contribuições e Legados de Entidades não Gover.	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
12530 00000 Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
12540 00961 Contribuições e Legados de Entidades não Gover.	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
3.3.90.32.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
12550 00000 Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
12560 00961 Contribuições e Legados de Entidades não Gover.	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,
6156 ATIVIDADES DO CENTRO DA JUVENTUDE	246.000,00	246.000,00	22.400,36	9,11	22.400,36	9,11	17.323,02	7,
3.1.90.05.00.00 OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO SERVIDOR OU	1.000,00	1.000,00	158,01	15,80	158,01	15,80	158,01	15,
12570 00000 Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	1.000,00	158,01	15,80	158,01	15,80	158,01	15,
3.1.90.11.00.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150.000,00	150.000,00	14.722,96	9,82	14.722,96	9,82	14.722,96	9,
12580 00000 Recursos Ordinários (Livres)	150.000,00	150.000,00	14.722,96	9,82	14.722,96	9,82	14.722,96	9.
3.1.91.13.00.00 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	20.000,00	20.000,00	1.534,84	7,67	1.534,84	7,67	679,83	3,
12600 00000 Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00	20.000,00	1.534,84	7,67	1.534,84	7,67	679,83	3.
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00	15.000,00	600,30	4,00	600,30	4,00	0,00	0,
12610 00000 Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00	15.000,00	600,30	4,00	600,30	4,00	0,00	0.
3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,
12620 00000 Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	25.000,00	25.000,00	4.284,00	17,14	4.284,00	17,14	1.269,00	5,
12630 00000 Recursos Ordinários (Livres)	25.000,00	25.000,00	4.284,00	17,14	4.284,00	17,14	1.269,00	5.
3.3.91.97.00.00 APORTE PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO	25.000,00	25.000,00	1.100,24	4,40	1.100,24	4,40	493,21	1,
12640 00000 Recursos Ordinários (Livres)	25.000,00	25.000,00	1.100,24	4,40	1.100,24	4,40	493,21	1,
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,
12650 00000 Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,
6157 APOIO A CAMPANHAS DE AÇÕES E PREVENÇÕES	24.000,00	24.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,
12660 00000 Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,
12670 00961 Contribuições e Legados de Entidades não Gover.	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,
3.3.90.32.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,
12680 00000 Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,
12690 00961 Contribuições e Legados de Entidades não Gover.	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,
3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,
12700 00000 Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,
12710 00061 Contribuições e Lagados de Entidades não Cover	5,000,00	5,000,00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.1



Município de Laranjeiras do Sul - 2020 DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO CRIANÇA POR FONTE DE RECURSO

Período: 01/01/2020 até 29/02/2020

quiplano								Página:2
Orgão/Unidade/Projeto Atividade/Natureza despesa/Fonte recurso	Orçado	Atualizado	Empenhado	%	Liquidado	%	Pago	%
	(a)	(b)	(c)	(c/b)	(d)	(d/b)	(e)	(e/b)
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12720 00000 Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12730 00961 Contribuições e Legados de Entidades não Gover.	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6158 A TIVIDA DES DO FUNDO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E	108.000,00	118.000,00	3.940,00	3,34	3.940,00	3,34	2.240,00	1,90
3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12740 00000 Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12750 00961 Contribuições e Legados de Entidades não Gover.	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.32.00.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12760 00000 Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12770 00961 Contribuições e Legados de Entidades não Gover.	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12780 00000 Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12790 00961 Contribuições e Legados de Entidades não Gover.	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	50.000,00	60.000,00	3.940,00	6,57	3.940,00	6,57	2.240,00	3,73
12800 00000 Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12810 00961 Contribuições e Legados de Entidades não Gover.	45.000,00	55.000,00	3.940,00	7,16	3.940,00	7,16	2.240,00	4,07
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12820 00000 Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12830 00934 Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12840 00961 Contribuições e Legados de Entidades não Gover.	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL ELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

668.000,00 678.000,00

153.041,05 22,57 151.541,05 22,35 144.763,71 21,35

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alineas "a" e "b" do inciso II e									
	Dotação inicial	Dotação atualizada	DESPESAS EI	MPENHADAS	Saldo	DESPESAS L	IQUIDADAS	Saldo	Despesa pagas até o bimestre
DESPESAS	(d)	(e)	No bimestre	Até bimestre (f)	(g) = (e-f)	No bimestre	Até bimestre (h)	(i) = (e-h)	ale o binestre (j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	86.525.000,00	87.811.075,08	15.815.607,29	15.815.607,29	71.995.467,79	14.225.938,07	14.225.938,07	73.585.137,01	10.931.939,78
DESPESAS CORRENTES	74.831.400,00	75.206.437,76	13.036.471,64	13.036.471,64	62.169.966,12	12.162.051,70	12.162.051,70	63.044.386,06	10.081.246,19
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	40.594.280,00	40.661.385,01	6.757.635,81	6.757.635,81	33.903.749,20	6.757.635,81	6.757.635,81	33.903.749,20	6.681.455,12
JURIOS E ENCARGOS DA DIVÍDA	1.540.000,00	1.540.000,00	375.480,29	375.480,29	1.164.519,71	375.480,29	375.480,29	1.164.519,71	375.480,29
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	32.697.120,00	33.005.052,75	5.903.355,54	5.903.355,54	27.101.697,21	5.028.935,60	5.028.935,60	27.976.117,15	3.024.310,78
DESPESAS DE CAPITAL	11.238.600,00	12.149.637,32	2.779.135,65	2.779.135,65	9.370.501,67	2.063.886,37	2.063.886,37	10.085.750,95	850.693,59
INVESTIMENTOS	9.965.600,00	10.876.637,32	2.459.486,19	2.459.486,19	8.417.151,13	1.744.236,91	1.744.236,91	9.132.400,41	531.044,13
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	1.273.000,00	1.273.000,00	319.649,46	319.649,46	953.350,54	319.649,46	319.649,46	953.350,54	319.649,46
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	455.000,00	455.000,00	0,00	0,00	455.000,00	0,00	0,00	455.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	455.000,00	455.000,00	0,00	0,00	455.000,00	0,00	0,00	455.000,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	5.905.000,00	5.885.449,68	924.289,34	924.289,34	4.961.160,34	924.289,34	924.289,34	4.961.160,34	666.505,24
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	92.430.000,00	93.696.524,76	16.739.896,63	16.739.896,63	76.956.628,13	15.150.227,41	15.150.227,41	78.546.297,35	11.598.445,02
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Divida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Divida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	92.430.000,00	93.696.524,76	16.739.896,63	16.739.896,63	76.956.628,13	15.150.227,41	15.150.227,41	78.546.297,35	11.598.445,02
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT (XIII)	270.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	127.292,06	127.292,06	(127.292,06)	3.679.074,45
TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII)	92.700.000,00	93.696.524,76	16.739.896,63	16.739.896,63	76.956.628,13	15.277.519,47	15.277.519,47	78.419.005,29	15.277.519,47



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁ ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alineas "a" e "b" do inciso II e

										- 1
	Dotação inicial	Dotação atualizada	DESPESAS E	MPENHADAS	Saldo	DESPESAS L	IQUIDADAS	Saldo	Despesa pagas até o bimestre	
DESPESAS INTRA-ORIÇAMENTÁRIAS	(d)	(e)	No bimestre	Até bimestre (f)	(g) = (e-f)	No bimestre	Até bimestre (h)	(i) = (e-h)	(i)	
SPESAS CORRENTES (I)	5.905.000,00	5.885.449,68	924.289,34	924.289,34	4.961.160,34	924.289,34	924.289,34	4.961.160,34	666.505,24	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.372.000,00	3.388.449,68	528.577,64	528.577,64	2.859.872,04	528.577,64	528.577,64	2.859.872,04	468.649,39	
JUROS E ENCARGOS DA DIVÍDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.533.000,00	2.497.000,00	395.711,70	395.711,70	2.101.288,30	395.711,70	395.711,70	2.101.288,30	197.855,85	
SPESAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
BTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II)	5.905.000,00	5.885.449,68	924.289,34	924.289,34	4.961.160,34	924.289,34	924.289,34	4.961.160,34	666.505,24	
PERÁVIT (IV)	0,00	19.550,32	0,00	0,00	19.550,32	0,00	0,00	19.550,32	0,00	
TAL (V) = (III + IV)	5.905.000,00	5.905.000,00	924.289,34	924.289,34	4.980.710,66	924.289,34	924.289,34	4.980.710,66	666.505,24	





MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA BALANCO ORCAMENTÁRIO - RECEITAS ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

enreals grapes he	J	ANEIRO A FEV	EREIRO DE 2	020			
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II							Página: 1 / 2
		Previsão		Receitas r	ealizadas		Saldo a realizar
RECEITAS	Previsão Inicial	atualizada(a)	No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	(a - c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	92.700.000,00	93.111.266,89	15.277.519,47	16,41	15.277.519,47	16,41	77.833.747,4
RECEITAS CORRENTES	88.485.000,00	88.517.504,05	15.152.827,49	17,12	15.152.827,49	17,12	73.364.676,5
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	14.508.400,00	14.508.400,00	1.502.798,00	10,36	1.502.798,00	10,36	13.005.602,0
IMPOSTOS	12.098.600,00	12.098.600,00	1.458.047,69	12,05	1.458.047,69	12,05	10.640.552,3
TAXAS	2.403.600,00	2.403.600,00	44.750,31	1,86	44.750,31	1,86	2.358.849,6
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	6.200,00	6.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.200,0
CONTRIBUIÇÕES	2.700.000,00	2.732.033,14	406.878,64	14,89	406.878,64	14,89	2.325.154,5
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE	2.700.000,00	2.732.033,14	406.878,64	14,89	406.878,64	14,89	2.325.154,5
RECEITA PATRIMONIAL	957.000,00	957.470,91	35.105,84	3,67	35.105,84	3,67	922.365,0
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO	175.000,00	175.000,00	19.855,75	11,35	19.855,75	11,35	155.144,2
VALORES MOBILIÁRIOS	782.000,00	782.470,91	15.250,09	1,95	15.250,09	1,95	767.220,8
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO INTANGÍVEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
CESSÃO DE DIREITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
RECEITA DE SERVIÇOS	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,0
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,0
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
SERVIÇOS E ATIVIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
OUTROS SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	69.572.600,00	69.572.600,00	13.021.083,03	18,72	13.021.083,03	18,72	56.551.516,9
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS	34.079.600,00	34.079.600,00	5.475.531,84	16,07	5.475.531,84	16,07	28.604.068,1
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO	16.773.000,00	16.773.000,00	3.986.063,48	23,76	3.986.063,48	23,76	12.786.936,
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	320.000,00	320.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	320.000,0
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES	18.400.000.00	18.400.000.00	3.559.487.71	19.35	3.559.487,71	19.35	14.840.512,2
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
TRANSFERÊNCIAS PROVENIENTES DE DEPÓSITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	677.000,00	677.000,00	186.961,98	27.62	186.961,98	27,62	490.038,0
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E	0.00	0.00	0,00	0,00	0.00	0,00	0,0
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E	488.000,00	488.000,00	186.095,83	38.13	186.095,83	38,13	301.904,1
BENS, DIREITOS E VALORES INCORPORADOS AO	0,00	0.00	0.00	0,00	0,00	0.00	0.0
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	189.000.00	189.000,00	866.15	0,46	866.15	0,46	188.133.8
RECEITAS DE CAPITAL	4.215.000,00	4.593.762,84	124.691,98	2.71	124.691,98	2,71	4.469.070,8
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.200.000,00	4.200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.200.000,0
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	4.200.000,00	4.200.000,00	0,00	0,00	0.00	0.00	4.200.000,0
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	4.200.000,0
ALIENAÇÃO DE BENS	15,000,00	15,000,00	0,00	0,00	0,00	0.00	15,000.0
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0.00	15.000,0
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
ALIENAÇÃO DE BENS INTOVEIS ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
ALIENAÇÃO DE BENS INTANGIVEIS AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.00	0,0
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL						.,	
	0,00	378.762,84	124.691,98	32,92	124.691,98	32,92	254.070,8
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS	0,00	378.762,84	124.691,98	32,92	124.691,98	32,92	254.070,8
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0



TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES

TRANSFERÊNCIAS PROVENIENTES DE DEPÓSITOS

TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS

> MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA BALANCO ORCAMENTÁRIO - RECEITAS ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

0,00

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso I						ı	Página: 2 / 2
		Previsão		Receitas r	ealizadas		Saldo a realizar
RECEITAS	Previsão Inicial	atualizada(a)	No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	(a - c)
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	92.700.000,00	93.111.266,89	15.277.519,47	16,41	15.277.519,47	16,41	77.833.747,42
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	92.700.000,00	93.111.266,89	15.277.519,47	16,41	15.277.519,47	16,41	77.833.747,42
DEFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL COM DEFICIT (VII) = (V + VI)	92.700.000,00	93.111.266,89	15.277.519,47	16,41	15.277.519,47	16,41	77.833.747,42
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	855.257,87	0,00	0,00	855.257,87	100,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00	855.257,87	0,00	0,00	855.257,87	100,00	0,00



MUNICÍPIO DE LABANJEIRAS DO SUI RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II						ļ	Página: 1 / 1
		Previsão atualizada(a) No bimestre (b)		Receitas realizadas			Saldo a realizar
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial			% (b/a)	Até o bimestre	% (c/a)	(a - c)
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÉFICIT (IV)	5.905.000,00	5.885.449,68	924.289,34		924.289,34		0,00
TOTAL(V) = (III + IV)	5.905.000.00	5.885.449.68	924,289,34	15.70	924,289,34	15.70	0.00



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORCAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Página: 1 /1

		SALDO TOTAL			DO		REGIS	TROS EFET	TUADOS EN	1 2020	
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PR	<u>PP</u>	EXER	CÍCIO ANTE (a)	RIOR		١	No bimestre		Até o bimestre (b)		
TOTAL DE ATIVOS		0,00					0,00				
Ativos Contabilizados na SPE					0,00			0,00	İ		0,00
TOTAL DE PASSIVOS					0,00			0,00			0,0
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela S	PE				0,00			0,00			0,0
Provisões de PPP					0,00			0,00			0,0
Outros Passivos					0,00			0,00			0,0
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS					0,00			0,00			0,0
Obrigações Contratuais					0,00			0,00			0,0
Riscos não Provisionados					0,00	0,00					
Garantias Concedidas					0,00	0,00					0,0
Outros Passivos Contigentes					0,00			0,00			0,0
DESPESAS DE PPP.	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes (I) Das Estatais Não-dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
PPP A CONTRATAR (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (III)	83.769.335,21	19.130.437,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (IV = I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
FOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V = IV / III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL MUNICIPIO DE LAMANUZIMAS DO SUL RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL MARÇO/2019 A FEVEREIRO/2020

INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	84.587.655,12	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	0,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMÍTES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	84.587.655,12	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	42.514.747,57	50,26%
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	45.677.333,76	54%
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0.95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	43.393.467,08	51,3%
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	41.109.600,39	48,6%

Laranjeiras do Sul RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL MARÇO/2019 A FEVEREIRO/2020

Página: 2/ 2



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA DEMOSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

Página: 1 / 1

) -	Anexo	2 (LRF,	Art.	52,	inciso	II,	alinea	"c"

	portojo	DOTAÇÃO DOTAÇÃO DESPE			AS	SALDO	DE	SPESAS LIQUIDAD	AS	SALDO
FUNÇÃO	INICIAL	ATUALIZADA (a)	No bimestre	Até o bimestre	% (b/total b)	(c) = (a-b)	No bimestre	Até o bimestre	% (d/total d)	(e) = (a-d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I))	86.525.000,00	87.811.075,08	15.815.607,29	15.815.607,29	94,48	71.995.467,79	14.225.938,07	14.225.938,07	93,90	73.585.137,01
LEGISLATIVA	3.182.000,00	3.182.000,00	0,00	0,00	0,00	3.182.000,00	0,00	0,00	0,00	3.182.000,00
JUDICIÁRIA	169.000,00	169.000,00	18.701,30	18.701,30	0,11	150.298,70	18.701,30	18.701,30	0,12	150.298,70
ADMINISTRAÇÃO	9.128.580,00	9.052.166,37	1.842.206,55	1.842.206,55	11,00	7.209.959,82	1.831.738,24	1.831.738,24	12,09	7.220.428,13
SEGURANÇA PÚBLICA	135.000,00	135.000,00	14.559,41	14.559,41	0,09	120.440,59	14.559,41	14.559,41	0,10	120.440,59
ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.845.000,00	3.994.098,43	611.214,02	611.214,02	3,65	3.382.884,41	593.584,11	593.584,11	3,92	3.400.514,32
SAÚDE	17.830.470,00	18.086.338,82	3.082.573,99	3.082.573,99	18,41	15.003.764,83	3.018.179,74	3.018.179,74	19,92	15.068.159,08
EDUCAÇÃO	26.533.050,00	26.591.624,75	4.354.915,49	4.354.915,49	26,02	22.236.709,26	3.970.887,36	3.970.887,36	26,21	22.620.737,39
CULTURA	153.000,00	153.000,00	5.506,02	5.506,02	0,03	147.493,98	5.263,22	5.263,22	0,03	147.736,78
DIREITOS DA CIDADANIA	146.000,00	146.000,00	0,00	0,00	0,00	146.000,00	0,00	0,00	0,00	146.000,00
URBANISMO	11.514.500,00	11.865.614,44	2.989.759,07	2.989.759,07	17,86	8.875.855,37	2.623.805,64	2.623.805,64	17,32	9.241.808,80
HABITAÇÃO	260.000,00	260.000,00	0,00	0,00	0,00	260.000,00	0,00	0,00	0,00	290.000,00
SANEAMENTO	182.000,00	162.000,00	0,00	0,00	0,00	162.000,00	0,00	0,00	0,00	162.000,00
GESTÃO AMBIENTAL	1.206.000,00	1.206.000,00	0,00	0,00	0,00	1.206.000,00	0,00	0,00	0,00	1.206.000,00
AGRICULTURA	2.705.000,00	2.994.870,00	1.187.551,65	1.187.551,65	7,09	1.807.318,35	613.076,80	613.076,80	4,05	2.381.793,20
INDÚSTRIA	223.000,00	223.000,00	1.509,81	1.509,81	0,01	221.490,19	1.487,73	1.487,73	0,01	221.512,27
COMÉRCIO E SERVIÇOS	317.000,00	317.000,00	32.267,80	32.267,80	0,19	284.732,20	32.267,80	32.267,80	0,21	284.732,20
TRANSPORTE	3.969.400,00	4.024.399,16	516.338,99	516.338,99	3,08	3.508.060,17	498.343,19	498.343,19	3,29	3.526.055,97
DESPORTO E LAZER	1.003.000,00	1.225.236,27	401.799,49	401.799,49	2,40	823.436,78	247.339,83	247.339,83	1,63	977.896,44
ENCARGOS ESPECIAIS	3.568.000,00	3.568.726,84	756.703,70	756.703,70	4,52	2.812.023,14	756.703,70	756.703,70	4,99	2.812.023,14
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	455.000,00	455.000,00	0,00	0,00	0,00	455.000,00	0,00	0,00	0,00	455.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.905.000,00	5.885.449,68	924.289,34	924.289,34	5,52	4.961.160,34	924.289,34	924.289,34	6,10	4.961.160,34
TOTAL III = (I + II)	92.430.000,00	93.696.524,76	16.739.896,63	16.739.896,63	100,00	76.956.628,13	15.150.227,41	15.150.227,41	100,00	78.546.297,35



Laranjeiras do Sul

Laranjeiras do Sul

Laranjeiras do Sul

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA DEMOSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGUIRADAE SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

	DOTAÇÃO	portojo	DES	PESAS EMPENHAL	DAS	SALDO	DE	SPESAS LIQUIDAD	AS	SALDO
FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	No bimestre	Até o bimestre	% (b/total b)	(c) = (a-b)	No bimestre	Até o bimestre	% (d/total d)	(e) = (a-d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I))	86.525.000,00	87.811.075,08	15.815.607,29	15.815.607,29	94,48	71.995.467,79	14.225.938,07	14.225.938,07	93,90	73.585.1
EGISLATIVA	3.182.000,00	3.182.000,00	0,00	0,00	0,00	3.182.000,00	0,00	0,00	0,00	3.182.0
AÇÃO LEGISLATIVA	3.182.000,00	3.182.000,00	0,00	0,00	0,00	3.182.000,00	0,00	0,00	0,00	3.182.0
IUDICIÁRIA	169.000,00	169.000,00	18.701,30	18.701,30	0,11	150.298,70	18.701,30	18.701,30	0,12	150:
REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	169.000,00	169.000,00	18.701,30	18.701,30	0,11	150.298,70	18.701,30	18.701,30	0,12	150.
IDMINISTRAÇÃO	9.128.580,00	9.052.166,37	1.842.206,55	1.842.206,55	11,00	7.209.959,82	1.831.738,24	1.831.738,24	12,09	7.220.
DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	326.000,00	326.000,00	87.481,70	87.481,70	0,52	238.518,30	87.481,70	87.481,70	0,58	238.
ADMINISTRAÇÃO GERAL	6.720.080,00	6.645.666,37	1.450.428,81	1.450.428,81	8,66	5.195.237,56	1.443.501,65	1.443.501,65	9,53	5.202.
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	592.000,00	592.000,00	63.954,35	63.954,35	0,38	528.045,65	63.954,35	63.954,35	0,42	528
CONTROLE INTERNO	226.500,00	226.500,00	18.902,89	18.902,89	0,11	207.597,11	18.902,89	18.902,89	0,12	207
ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS	591.000,00	591.000,00	135.988,30	135.988,30	0,81	455.011,70	135.134,15	135.134,15	0,89	455
COMUNICAÇÃO SOCIAL	673.000,00	671.000,00	85.450,50	85.450,50	0,51	585.549,50	82.763,50	82.763,50	0,55	588
EGURANÇA PÚBLICA	135.000,00	135.000,00	14.559,41	14.559,41	0,09	120.440,59	14.559,41	14.559,41	0,10	120
DEFESA CIVIL	135,000,00	135.000,00	14.559,41	14.559,41	0,09	120.440,59	14.559,41	14.559,41	0,10	120
SSISTÉNCIA SOCIAL	3.845.000,00	3.994.098,43	611.214,02	611.214,02	3,65	3.382.884,41	593.584,11	593.584,11	3,92	3.400
ASSISTÉNCIA AO IDOSO	75.000,00	75.000,00	4.000,00	4.000,00	0,02	71.000,00	4.000,00	4.000,00	0,03	71
ASSISTÉNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	849.000,00	876.267,40	207.324,72	207.324,72	1,24	668.942,68	197.307,32	197.307,32	1,30	678
ASSISTÉNCIA COMUNITÁRIA	2.921.000,00	3.042.831,03	399.889,30	399.889,30	2,39	2.642.941,73	392.276,79	392.276,79	2,59	2.650
AÚDE	17.830.470,00	18.086.338,82	3.082.573,99	3.082.573,99	18,41	15.003.764,83	3.018.179,74	3.018.179,74	19,92	15.068
ATENÇÃO BÁSICA	16.372.970,00	16.597.552,76	2.857.075,00	2.857.075,00	17,07	13.740.477,76	2.792.775,15	2.792.775,15	18,43	13.804
ASSISTÉNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	419.500,00	449.717,31	130.175,02	130.175,02	0,78	319.542,29	130.175,02	130.175,02	0,86	319
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	878.000,00	879.068,75	91.276,97	91.276,97	0,56	787.791,78	91.182,57	91.182,57	0,60	787
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	75.000,00	75.000,00	837,00	837,00	0,01	74.163,00	837,00	837,00	0,01	74
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	85.000,00	85.000,00	3.210,00	3.210,00	0,02	81.790,00	3.210,00	3.210,00	0,02	81
DUCAÇÃO	26.533.050,00	26.591.624,75	4.354.915,49	4.354.915,49	26,02	22.236.709,26	3.970.887,36	3.970.887,36	26,21	22.620
ENSINO FUNDAMENTAL	18.811.550,00	18.790.873,27	3.231.185,90	3.231.185,90	19,30	15.559.687,37	2.949.916,38	2.949.916,38	19,47	15.840
ENSINO SUPERIOR	321.000,00	301.000,00	4.750,53	4.750,53	0,03	296.249,47	3.475,97	3.475,97	0,02	297
EDUCAÇÃO INFANTIL	6.659.000,00	6.758.251,48	1.074.817,10	1.074.817,10	6,42	5.683.434,38	973.333,05	973.333,05	6,42	5.784
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	225.500,00	225.500,00	0,00	0,00	0,00	225.500,00	0,00	0,00	0,00	225
EDUCAÇÃO ESPECIAL	516.000,00	516.000,00	44.161,96	44.161,96	0,26	471.838,04	44.161,96	44.161,96	0,29	471
ULTURA	153,000,00	153.000,00	5.506,02	5.506,02	0,03	147.493,98	5.263,22	5.263,22	0,03	147
DIFUSÃO CULTURAL	153,000,00	153.000,00	5.506,02	5.506,02	0,03	147.493,98	5.263,22	5.263,22	0,03	147
IREITOS DA CIDADANIA	146.000,00	146.000,00	0,00	0,00	0,00	146.000,00	0,00	0,00	0,00	146
ASSISTÉNCIA COMUNITÁRIA	146.000,00	146.000,00	0,00	0,00	0,00	146.000,00	0,00	0,00	0,00	146
JRBANISMO	11.514.500,00	11.865.614,44	2.989.759,07	2.989.759,07	17,86	8.875.855,37	2.623.805,64	2.623.805,64	17,32	9.241
INIEDA ESTELITURA LIRRANIA	l		l			2 727 767 42				

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA DEMOSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGUITADAS SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alinea "c")			DES	PESAS EMPENHAL	DAS	SALDO	DE	SPESAS LIQUIDAD	AS	SALDO
FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	No bimestre	Até o bimestre	% (b/total b)	(c) = (a-b)	No bimestre	Até o bimestre	% (d/total d)	(e) = (a-d)
SERVIÇOS URBANOS	7.292.100,00	7.635.613,99	1.552.526,04	1.552.526,04	9,27	6.083.087,95	1.187.154,88	1.187.154,88	7,84	6.448.45
TURISMO	65.000,00	82.600,45	17.600,45	17.600,45	0,11	65.000,00	17.600,45	17.600,45	0,12	65.00
HABITAÇÃO	260.000,00	260.000,00	0,00	0,00	0,00	260.000,00	0,00	0,00	0,00	260.00
HABITAÇÃO URBANA	260.000,00	260.000,00	0,00	0,00	0,00	260.000,00	0,00	0,00	0,00	260.00
SANEAMENTO	182.000,00	162.000,00	0,00	0,00	0,00	162.000,00	0,00	0,00	0,00	162.00
SANEAMENTO BÁSICO URBANO	182.000,00	162.000,00	0,00	0,00	0,00	162.000,00	0,00	0,00	0,00	162.00
GESTÃO AMBIENTAL	1.206.000,00	1.206.000,00	0,00	0,00	0,00	1.206.000,00	0,00	0,00	0,00	1.206.00
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	1.206.000,00	1.206.000,00	0,00	0,00	0,00	1.206.000,00	0,00	0,00	0,00	1.206.0
AGRICULTURA	2.705.000,00	2.994.870,00	1.187.551,65	1.187.551,65	7,09	1.807.318,35	613.076,80	613.076,80	4,05	2.381.7
EXTENSÃO RURAL	2.650.000,00	2.939.870,00	1.185.439,05	1.185.439,05	7,08	1.754.430,95	610.964,20	610.964,20	4,03	2.328.9
PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	55.000,00	55.000,00	2.112,60	2.112,60	0,01	52.887,40	2.112,60	2.112,60	0,01	52.8
INDÚSTRIA	223.000,00	223.000,00	1.509,81	1.509,81	0,01	221.490,19	1.487,73	1.487,73	0,01	221.5
PROMOÇÃO INDUSTRIAL	223.000,00	223.000,00	1.509,81	1.509,81	0,01	221.490,19	1.487,73	1.487,73	0,01	221.5
COMÉRCIO E SERVIÇOS	317.000,00	317.000,00	32.267,80	32.267,80	0,19	284.732,20	32.267,80	32.267,80	0,21	284.7
PROMOÇÃO COMERCIAL	282.000,00	282.000,00	32.267,80	32.267,80	0,19	249.732,20	32.267,80	32.267,80	0,21	249.7
TURISMO	35.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.0
TRANSPORTE	3.969.400,00	4.024.399,16	516.338,99	516.338,99	3,08	3.508.060,17	498.343,19	498.343,19	3,29	3.526.0
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	3,969,400,00	4.024.399,16	516.338,99	516.338,99	3,08	3.508.060,17	498.343,19	498.343,19	3,29	3.526.0
DESPORTO E LAZER	1.003.000,00	1.225.236,27	401.799,49	401.799,49	2,40	823.436,78	247.339,83	247.339,83	1,63	977.8
DESPORTO COMUNITÁRIO	1.003.000,00	1.225.236,27	401.799,49	401.799,49	2,40	823.436,78	247.339,83	247.339,83	1,63	977.8
ENCARGOS ESPECIAIS	3.568.000,00	3.568.726,84	756.703,70	756.703,70	4,52	2.812.023,14	756.703,70	756.703,70	4,99	2.812.00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	335.000,00	335.726,84	61.573,95	61.573,95	0,37	274.152,89	61.573,95	61.573,95	0,41	274.15
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	3.233.000,00	3.233.000,00	695.129,75	895.129,75	4,15	2.537.870,25	695.129,75	695.129,75	4,59	2.537.83
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	455.000,00	455.000,00	0,00	0,00	0,00	455.000,00	0,00	0,00	0,00	455.0
RESERVA DE CONTINGÉNCIA	455.000,00	455.000,00	0,00	0,00	0,00	455.000,00	0,00	0,00	0,00	455.0
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.905.000,00	5.885.449,68	924.289,34	924.289,34	5,52	4.961.160,34	924.289,34	924.289,34	6,10	4.961.1
TOTAL III = (I + II)	92 430 000 0	93 696 524 76	16 739 896 63	16 720 906 62	100.00	70 000 020 12	15 150 227 41	15 150 227 41	100.00	70 540

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

DEMOSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEQUIDIDADE SOCIAL

INALIGIO A EXPERSI

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

			DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DE	SPESAS LIQUIDAD	AS	SALDO	
FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	No bimestre	Até o bimestre	% (b/total b)	(c) = (a-b)	No bimestre	Até o bimestre	% (d/total d)	(e) = (a-d)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5,905,000,00	5.885.449,68	924.289,34	924.289,34	100,00	4.961.160,34	924.289,34	924.289,34	100,00	4.961.1
EGISLATIVA	190,000,00	190.000,00	0,00	0,00	0,00	190.000,00	0,00	0,00	0,00	190.0
AÇÃO LEGISLATIVA	190,000,00	190.000,00	0,00	0,00	0,00	190.000,00	0,00	0,00	0,00	190.0
UDICIÁRIA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.0
REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.
DMINISTRAÇÃO	630.000,00	630.000,00	84.925,72	84.925,72	9,19	545.074,28	84.925,72	84.925,72	9,19	545
DEFESA DA ORDEM JURÍDICA	17.000,00	17.000,00	1.164,37	1.164,37	0,13	15.835,63	1.164,37	1.164,37	0,13	15.
ADMINISTRAÇÃO GERAL	428.000,00	428.000,00	52.842,27	52.842,27	5,72	375.157,73	52.842,27	52.842,27	5,72	375.
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	48.000,00	48.000,00	3.733,00	3.733,00	0,40	44.267,00	3.733,00	3.733,00	0,40	44.
CONTROLE INTERNO	35.000,00	35.000,00	3.103,38	3.103,38	0,34	31.896,62	3.103,38	3.103,38	0,34	31
ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS	90,000,00	90.000,00	24.082,70	24.082,70	2,61	65.917,30	24.082,70	24.082,70	2,61	65
COMUNICAÇÃO SOCIAL	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12
EGURANÇA PÚBLICA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5
DEFESA CIVIL	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5
SSISTÉNCIA SOCIAL	246.000,00	246.000,00	33.154,65	33.154,65	3,59	212.845,35	33.154,65	33.154,65	3,59	212
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	46.000,00	46.000,00	3.103,09	3.103,09	0,34	42.896,91	3.103,09	3.103,09	0,34	42
ASSISTÉNCIA COMUNITÁRIA	200.000,00	200.000,00	30.051,56	30.051,56	3,25	169.948,44	30.051,56	30.051,56	3,25	169
AÚDE	1.296.000,00	1.305.045,06	285.467,06	285.467,06	30,89	1.019.578,00	285.467,06	285.467,06	30,89	1.019
ATENÇÃO BÁSICA	1.183.000,00	1.192.045,06	265.575,63	265.575,63	28,73	926.469,43	265.575,63	265.575,63	28,73	926
ASSISTÉNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	50,000,00	50.000,00	10.575,95	10.575,95	1,14	39.424,05	10.575,95	10.575,95	1,14	39
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	63.000,00	63.000,00	9.315,48	9.315,48	1,01	53.684,52	9.315,48	9.315,48	1,01	53
DUCAÇÃO	2.719.000,00	2.690.404,62	428.279,84	428.279,84	46,34	2.262.124,78	428.279,84	428.279,84	46,34	2.262
ENSINO FUNDAMENTAL	1.686.000,00	1.657.404,62	262.992,48	262.992,48	28,45	1.394.412,14	262.992,48	262.992,48	28,45	1.394
ENSINO SUPERIOR	3,000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3
EDUCAÇÃO INFANTIL	930.000,00	930.000,00	158.244,20	158.244,20	17,12	771.755,80	158.244,20	158.244,20	17,12	771
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20
EDUCAÇÃO ESPECIAL	80,000,00	80.000,00	7.043,16	7.043,16	0,76	72.956,84	7.043,16	7.043,16	0,76	72
CULTURA	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3
DIFUSÃO CULTURAL	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3
IREITOS DA CIDADANIA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5
ASSISTÉNCIA COMUNITÁRIA	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5
IRBANISMO	420.000,00	420.000,00	40.578,86	40.578,86	4,39	379.421,14	40.578,86	40.578,86	4,39	379
SERVIÇOS URBANOS	420.000,00	420.000,00	40.578,86	40.578,86	4,39	379.421,14	40.578,86	40.578,86	4,39	379
GESTÃO AMBIENTAL	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5
ACDICIII TUDA	100,000,00	100,000,00	15 022 78	15 022 79	1.02	84 976 22	15 022 78	15 022 79	1.62	94

Annua O.S. DE. Ant. CO. Senter H. officer Sells			_
was.pgs.v	JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020	Página: 2/	2
ranjeiras do Sul	ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
	DEMOSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		
	RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA		
	MUNICIPIO DE LARANJEIRAS DO SUL		

		DOTAÇÃO	DES	PESAS EMPENHAD	DAS	SALDO	DE	SPESAS LIQUIDAD	AS	SALDO
FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	ATUALIZADA (a)	No bimestre	Até o bimestre	% (b/total b)	(c) = (a-b)	No bimestre	Até o bimestre	% (d/total d)	(e) = (a-d)
EXTENSÃO RURAL	100.000,00	100.000,00	15.023,78	15.023,78	1,63	84.976,22	15.023,78	15.023,78	1,63	84.976,22
INDÚSTRIA	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
PROMOÇÃO INDUSTRIAL	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	50.000,00	50.000,00	4.944,78	4.944,78	0,53	45.055,22	4.944,78	4.944,78	0,53	45.055,22
PROMOÇÃO COMERCIAL	50.000,00	50.000,00	4.944,78	4.944,78	0,53	45.055,22	4.944,78	4.944,78	0,53	45.065,22
TRANSPORTE	195.000,00	195.000,00	26.708,97	26.708,97	2,89	168.291,03	26.708,97	26.708,97	2,89	168.291,03
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	195.000,00	195.000,00	26.708,97	26.708,97	2,89	168.291,03	26.708,97	26.708,97	2,89	168.291,03
DESPORTO E LAZER	25.000,00	25.000,00	5.205,68	5.205,68	0,56	19.794,32	5.205,68	5.205,68	0,56	19.794,32
DESPORTO COMUNITÁRIO	25.000,00	25.000,00	5.205,68	5.205,68	0,56	19.794,32	5.205,68	5.205,68	0,56	19.794,32



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA DEMOSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL MARÇO DE 2019 A FEVEREIRO DE 2020

Página: 1 / 1

ESPECIFICAÇÃO					EVOLUÇÃO DA F	RECEITA REALI	ZADA NOS ULTI	MOS 12 MESES						Previsão
Edi Edil Idação	03/2019	04/2019	05/2019	06/2019	07/2019	08/2019	09/2019	10/2019	11/2019	12/2019	01/2020	02/2020	TOTAL	atualiza 202
RECEITAS CORRENTES (I)	7.468.836,55	6.803.393,27	8.921.532,23	6.228.364,75	9.150.782,48	6.597.911,80	6.402.087,31	6.686.492,78	6.642.352,23	10.992.515,34	8.460.126,71	8.717.412,90	93.071.808,35	97.904.90
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	722.033,55	805.694,45	2.562.273,03	1.041.891,11	1.278.172,75	1.106.067,41	1.012.361,39	995.027,30	875.752,25	953.672,63	600.498,62	902.299,38	12.855.743,87	14.508.40
IPTU	32,980,61	61.156,79	1.861.702,83	319.166,66	397.762,62	92.241,39	75.378,56	65.344,54	48.103,11	42.660,85	24.792,43	34.356,85	3.055.647,24	3.866.30
ISS	373.305,21	450.869,47	441.077,10	417.369,28	456.595,29	432.098,87	452.747,23	485.095,48	467.976,69	458.292,58	457.356,19	392.218,07	5.285.001,46	5.240.0
ITBI	117.154,96	70.262,52	77.891,14	61.983,79	152.044,86	327.980,59	84.045,62	195.509,89	119.128,79	70.987,16	40.532,21	115.897,83	1.433.419,36	722.
IRRF	167.368,69	191.013,80	153.595,58	222.221,78	247.942,08	180.802,30	214.268,79	207.169,04	202.372,16	365.319,10	58.243,70	334.650,41	2.544.967,43	2.270.0
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	31.224,08	32.391,87	28.006,38	21.149,60	23.827,90	72.944,26	185.921,19	41.908,35	38.171,50	16.412,94	19.574,09	25.176,22	536.708,38	2.409.8
Contribuições	215.623,42	261.834,49	321.821,45	275.795,72	277.313,28	290.755,28	271.873,99	248.712,63	254.222,91	266.520,59	269.130,14	137.748,50	3.091.352,40	2.732.0
Receita patrimonial	31.522,24	29.341,89	32.794,70	33.009,38	32.979,48	24.534,87	19.990,32	22.341,49	19.226,28	27.047,26	19.016,42	16.089,42	307.893,75	957.4
Rendimentos de Aplicação Financeira	17.937,59	17.863,04	22.210,75	16.178,13	19.806,48	14.931,27	9.504,25	11.314,83	7.714,68	15.841,11	8.841,42	6.408,67	168.552,22	782
Outras Receitas Patrimoniais	13.584,65	11.478,85	10.583,95	16.831,25	13.173,00	9.603,60	10.486,07	11.026,66	11.511,60	11.206,15	10.175,00	9.680,75	139.341,53	175
Receita agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de serviços	468.950,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	468.950,00	70.
Transferências comentes	5.735.072,95	5.448.790,53	5.868.296,18	4.821.670,95	7.499.804,23	5.146.801,30	5.018.426,69	5.364.343,84	5.402.111,54	9.607.072,91	7.526.250,97	7.519.544,18	74.958.186,27	78.960
Cota parte do FPM	1.951.109,37	1.903.521,94	2.442.838,73	1.924.218,70	2.631.361,87	1.920.714,75	1.709.719,39	1.574.018,73	2.136.168,65	3.641.814,91	2.155.601,31	3.114.747,67	27.105.836,02	29.500
Cota parte do ICMS	994.112,36	1.232.346,18	984.903,82	858.831,15	1.160.488,17	1.081.341,08	840.700,36	1.287.498,95	959.441,91	1.298.770,88	1.124.946,36	1.060.989,48	12.884.370,70	13.500.
Cota parte do IPVA	657.833,42	259.094,73	137.948,53	81.304,09	72.824,73	96.308,22	89.667,37	68.265,10	60.470,71	74.025,74	1.841.676,89	791.962,42	4.231.381,95	5.800
Cota parte do ITR	612,44	1.200,81	2.691,58	1.791,20	824,85	1.047,74	22.745,31	91.584,41	7.592,30	7.319,35	2.020,22	570,71	140.000,92	70.
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	97.
Transferências da LC 61/1989	15.743,05	15.960,49	15.628,30	16.389,67	16.591,64	14.849,66	18.102,10	16.020,16	16.823,49	19.774,44	14.834,02	16.211,48	196.928,50	170.
Transferências do FUNDEB	1.395.158,50	1.269.337,72	1.434.738,14	1.140.337,66	1.296.846,00	1.309.342,09	1.068.791,09	1.428.528,19	1.305.641,20	1.505.607,27	1.797.003,47	1.762.484,24	16.733.815,57	18.400
Outras transferências correntes	720.503,81	767.328,66	849.547,08	798.798,48	2.320.866,97	723.197,76	1.248.701,07	898.428,30	915.973,28	3.059.760,32	590.168,70	772.578,18	13.665.852,61	11.423
Outras receitas correntes	295.634,39	257.731,91	136.346,87	55.997,59	62.512,74	29.752,94	79.434,92	56.067,52	91.039,25	138.201,95	45.230,56	141.731,42	1.389.682,06	677:
DEDUÇÕES (II)	723.882,12	682.424,87	716.802,21	576.506,99	566.666,33	622.852,30	536.186,94	607.477,47	636.099,38	790.542,50	1.027.815,77	996.896,35	8.484.153,23	9.387.
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	723.882,12	682.424,87	716.802,21	576.506,99	566.666,33	622.852,30	536.186,94	607.477,47	636.099,38	790.542,50	1.027.815,77	996.896,35	8.484.153,23	9.387
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	6.744.954,43	6.120.968,40	8.204.730,02	5.651.857,76	8.584.116,15	5.975.059,50	5.865.900,37	6.079.015,31	6.006.252,85	10.201.972,84	7.432.310,94	7.720.516,55	84.587.655,12	88.517



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

RREO - ANEXO 8 (LDB, art.72) Página: 1/ 3 RECEITAS DE ENSINO

RECEITAS D	E ENSINO			
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Caput do art. 212 da constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO Atualizada (a)	RECEITAS R	EALIZADAS
	iiioni2	n one en a	Até bimestre (b)	%(c) = (b/a)x100
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	12.008.600,00	12.008.600,00	1.442.456,24	12,01
1.1 - Receitas resultantes do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU	3.836.300,00	3.836.300,00	58.972,31	1,54
1.1.1 - IPTU	3.500.000,00	3.500.000,00	54.038,50	1,54
1.1.2 - Multas, juros de mora, dívida ativa e outros encargos do IPTU	336.300,00	336.300,00	4.933,81	1,47
1.2 - Receita resultante do imposto sobre transmissão inter vivos - ITBI	702.300,00	702.300,00	156.430,04	22,27
1.2.1 - ITBI	665.000,00	665.000,00	156.430,04	23,52
1.2.2 - Multas, juros de mora, dívida ativa e outros encargos do ITBI	37.300,00	37.300,00	0,00	0,00
1.3 - Receita resultante do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	5.200.000,00	5.200.000,00	834.159,78	16,04
1.3.1 - ISS	5.100.000,00	5.100.000,00	834.035,04	16,35
1.3.2 - Multas, juros de mora, dívida ativa e outros encargos do ISS	100.000,00	100.000,00	124,74	0,12
1.4 - Receita resultante do imposto de renda retido na fonte - IRRF	2.270.000,00	2.270.000,00	392.894,11	17,31
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONTITUCIONAIS E LEGAIS	49.137.000,00	49.137.000,00	10.123.560,56	20,60
2.1 - Cota-parte FPM	29.500.000,00	29.500.000,00	5.270.348,98	17,87
2.1.1 - Parcela referenta à CF. art. 159, I, alínea 'b'	27.300.000,00	27.300.000,00	5.270.348,98	19,31
2.1.2 - Parcela referenta à CF. art. 159, I, alínea 'd'	2.200.000,00	2.200.000,00	0,00	0,00
2.1.3 - Parcela referenta à CF. art. 159, I, alínea 'e'	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2 - Cota-parte ICMS	13.500.000,00	13.500.000,00	2.185.935,84	16,19
2.3 - ICMS-Desoneração - LC. nº 87/1996	97.000,00	97.000,00	0,00	0,00
2.4 - Cota-parte IPI-Exportação	170.000,00	170.000,00	31.045,50	18,26
2.5 - Cota-parte ITR	70.000,00	70.000,00	2.590,93	3,70
2.6 - Cota-parte IPVA	5.800.000,00	5.800.000,00	2.633.639,31	45,41
2.7 - Cota-parte IOF-Ouro (100 %)	0,00	0,00	0,00	0,00
3 - TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1+2)	61.145.600,00	61.145.600,00	11.566.016,80	18,92

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
	INICIAL	ATOALIZADA (a)	Até bimestre (b)	%(c) = (b/a)x100	
4 - RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	23.000,00	23.000,00	303,91	1,32	
5 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	2.307.500,00	2.405.635,48	325.344,46	13,52	
5.1 - Transferências do salário-educação	1.600.000,00	1.600.000,00	283.323,27	17,71	
5.2 - Transferências Diretas - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00	
5.3 - Transferências Diretas - PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00	
5.4 - Transferências Diretas - PNATE	0,00	0,00	0,00	0,00	
5.5 - Outras transferências do FNDE	655.000,00	753.135,48	41.752,00	5,54	
5.6 - Aplicação financeira dos recursos do FNDE	52.500,00	52.500,00	269,19	0,51	
6 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	387.500,00	387.500,00	25.034,19	6,46	
6.1 - Transferências de convênios	370.000,00	370.000,00	24.975,23	6,75	
6.2 - Aplicação financeira dos recursos de convênios	17.500,00	17.500,00	58,96	0,34	
7 - RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	
9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4+5+6+7+8)	2.718.000,00	2.816.135,48	350.682,56	12,45	

FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS R	EALIZADAS
	INICIAL	ATUALIZADA (a)	Até bimestre (b)	%(c) = (b/a)x100
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	9.387.400,00	9.387.400,00	2.024.712,12	21,57
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	5.460.000,00	5.460.000,00	1.054.069,75	19,31
10.2 - Cota-parte ICMS destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	2.700.000,00	2.700.000,00	437.187,14	16,19
10.3 - ICMS-Desoneração destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	19.400,00	19.400,00	0,00	0,00
10.4 - Cota-parte IPI-Exportação destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	34.000,00	34.000,00	6.209,11	18,26
10.5 - Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB – (20% de ((1.5 – 1.5.5) + 2.5))	14.000,00	14.000,00	518,16	3,70
10.6 - Cota-parte IPVA destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	1.160.000,00	1.160.000,00	526.727,96	45,41
11 - RECEITAS RECEBIDAS do FUNDEB	18.540.000,00	18.540.000,00	3.560.948,19	19,21
11.1 - Transferências de recursos do FUNDEB	18.400.000,00	18.400.000,00	3.559.487,71	19,35
11.2 - Complementação da união ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Receita de aplicação financeira dos recursos do FUNDEB	140.000,00	140.000,00	1.460,48	1,04
12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS THANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10) = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	9.012.600,00	9.012.600,00	1.534.775,59	17,03

- PUBLICAÇÃO OFICIAL -



Página: 2 / 2



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

RREO - ANEXO 8 (LDB, art.72)					1	Página: 2 / 3
DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS E	MPENHADAS	MPENHADAS DESPESAS LIQUIDADAS	
	INIOIAL	ATOALILADA (u)	Até bimestre (e)	Até bimestre (e) %(f) = (e/d)		%(h) = (g/d)
13 - PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	11.106.500,00	11.106.500,00	1.820.634,62	16,39	1.820.634,62	16,39
13.1 - Com educação infantil	5.778.000,00	5.778.000,00	968.905,68	16,77	968.905,68	16,77
13.2 - Com ensino fundamental	5.328.500,00	5.328.500,00	851.728,94	15,98	851.728,94	15,98
14 - OUTRAS DESPESAS	7.388.000,00	7.390.124,29	989.153,12	13,38	969.729,12	13,12
14.1 - Com educação infantil	813.000,00	813.000,00	48.107,52	5,92	48.107,52	5,92
14.2 - Com ensino fundamental	6.575.000,00	6.577.124,29	941.045,60	14,31	921.621,60	14,01
15 - TOTAL DAS DESPESAS COM FUNDEB (13+14)	18.494.500,00	18.496.624,29	2.809.787,74	15,19	2.790.363,74	15,09

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	Valor
16 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
16.1 - FUNDEB 60%	0,00
16.2 - FUNDEB 40%	0,00
17 - DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	5.339,81
17.1 - FUNDEB 60%	0,00
17.2 - FUNDEB 40%	5.339,81
18 - TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FINDEB (16+17)	5.339,81

INDICADORES DO FUNDEB	Valor
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)	2.785.023,93
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %	51,13
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11)x 100) %	27,08
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %	21,79

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE	Valor
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	5.339,81
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DO EXERCÍCIO	5.339,81

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO DOTAÇÃO ATUALIZADA (d) At		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS L	IQUIDADAS	
			Até bimestre (e)	%(f) = (e/d)	Até bimestre (g)	%(h) = (g/d)	
22 - EDUCAÇÃO INFANTIL	7.221.000,00	7.222.116,00	1.060.384,42	14,68	1.057.035,85	14,64	
22.1 - Despesas custeadas com recursos do FUNDEB	6.591.000,00	6.591.000,00	1.017.013,20	15,43	1.017.013,20	15,43	
22.2 - Despesas custeadas com outros recursos de impostos	630.000,00	631.116,00	43.371,22	6,87	40.022,65	6,34	
23 - ENSINO FUNDAMENTAL	17.817.550,00	17.762.317,77	3.163.147,76	17,81	2.954.801,91	16,64	
23.1 - Despesas custeadas com recursos do FUNDEB	11.903.500,00	11.905.624,29	1.792.774,54	15,06	1.773.350,54	14,90	
23.2 - Despesas custeadas com outros recursos de impostos	5.914.050,00	5.856.693,48	1.375.562,10	23,49	1.186.640,25	20,26	
23.9 - Dedução de Despesas indevidamente contabilizadas	0,00	0,00	(5.188,88)	0,00	(5.188,88)	0,00	
24 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
25 - ENSINO SUPERIOR	324.000,00	304.000,00	4.750,53	1,56	3.475,97	1,14	
26 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
27 - OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
28 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22+23+24+25+26+27)	25.362.550,00	25.288.433,77	4.228.282,71	16,72	4.015.313,73	15,88	

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	Valor
29 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	1.534.775,59
30 - DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
31 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	5.339,81
32 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	23.340,83
33 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00
34 - CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44 j)	0,00
35 - TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29+30+31+32+33+34)	1.563.456,23
36 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22+23-35)	2.448.381,53
37 - PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%	21,17



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

RREO - ANEXO 8 (LDB, art.72) Página: 3 / 3

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS L	IQUIDADAS
TATA THATOLAMENTO DO ENGINO	INIOIAL	ATOALIZADA (u)	Até bimestre (e)	%(f) = (e/d)	Até bimestre (g)	%(h) = (g/d)
38 - DESPESAS CUSTEADAS COM APL FINAN DE OUTROS RECURSOS DE IMP VINC AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.611.665,50	1.611.665,50	181.738,28	11,28	163.301,90	10,13
40 - DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41 - DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.083.334,50	1.220.901,86	173.639,65	14,22	21.016,88	1,72
42 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38+ 39 + 40 + 41)	2.695.000,00	2.832.567,36	355.377,93	12,55	184.318,78	6,51
43 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28+42)	28.057.550,00	28.121.001,13	4.583.660,64	16,30	4.199.632,51	14,93

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ BIMESTRE	CANCELADOS EM 2020 (j)
44 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	643.716,18	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	210.991,49	7.807,67
46 - (+) INGRESSOS DE RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE (Orçamentário)	3.559.487,71	283.323,27
47 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	2.932.933,66	191.102,89
47.1 - Orçamento do Exercício	2.729.436,72	135.994,40
47.2 - Restos a Pagar	203.496,94	55.108,49
48 - (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE	1.460,48	157,77
49 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	839.006,02	100.185,82
50 - (+) Ajustes	0,00	0,00
50.1 - (+) Retenções	0,00	0,00
50.2 - (-) Valores a recuperar	0,00	0,00
50.3 - (+) Outros valores extraorçamentários	0,00	0,00
50.4 - (+) Conciliação Bancária	0,00	0,00
51 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	839.006,02	100.185,82



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

ACIMA	DA LINHA	
	PREVISÃO	Até Fevereiro / 2020
RECEITAS PRIMÁRIAS	ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS (a)
ECEITAS CORRENTES (I)	88.517.504,05	15.152.827,
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	14.508.400,00	1.502.798
IPTU	3.866.300,00	59.149
ISS	5.240.000,00	849.574
ITBI	722.300,00	156.430
IRRF	2.270.000,00	392.894
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.409.800,00	44.750
Contribuições	2.732.033,14	406.878
Receita patrimonial	957.470,91	35.105
Aplicações Financeiras (II)	782.470,91	15.250
Outras Receitas Patrimoniais	175.000,00	19.855
Transferências correntes	69.572.600,00	13.021.083
Cota-Parte do FPM	24.040.000,00	4.216.279
Cota-Parte do ICMS	10.800.000,00	1.748.748
Cota-Parte do IPVA	4.640.000,00	2.106.911
Cota-Parte do ITR	56.000,00	2.072
Transferências da LC 87/1996	77.600,00	d
Transferências da LC 61/1989	0,00	d
Transferências do FUNDEB	18.400.000,00	3.559.487
Outras transferências correntes	11.559.000,00	1.387.583
Demais receitas correntes	747.000,00	186.961
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	d
Receitas Correntes Restantes	747.000,00	186.961
ECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	87.735.033,14	15.137.577
ECEITAS DE CAPITAL (V)	4.593.762,84	124.691
Operações de Crédito (VI)	4.200.000,00	0
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0
Alienação de Bens	15.000,00	0
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0
Outras Alienações de Bens	15.000,00	0
Transferências de Capital	378.762,84	124.691
Convênios	280.627,36	124.691
Outras Transferências de Capital	98.135,48	O.
Outras Receitas de Capital	0,00	(
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	O.
ECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	393.762,84	124.691
ECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	88.128.795,98	15.262.269

		Até Fevereiro / 2020							
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA			DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS			
				EIGOIDADAO		ENGOIDADAG	TAGAS (a)	PAGOS (b)	LIQUIDADOS
DESPESAS CORRENTES (XIII)	75.206.437,76	13.036.471,64	12.162.051,70	10.081.246,19	2.421.788,47	211.166,24	195.488,28		
Pessoal e encargos sociais	40.661.385,01	6.757.635,81	6.757.635,81	6.681.455,12	33.778,02	0,00	0,00		
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	1.540.000,00	375.480,29	375.480,29	375.480,29	0,00	0,00	0,00		
Outras despesas correntes	33.005.052,75	5.903.355,54	5.028.935,60	3.024.310,78	2.388.010,45	211.166,24	195.488,28		
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Demais Despesas Correntes	33.005.052,75	5.903.355,54	5.028.935,60	3.024.310,78	2.388.010,45	211.166,24	195.488,28		
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	73.666.437,76	12.660.991,35	11.786.571,41	9.705.765,90	2.421.788,47	211.166,24	195.488,28		
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	12.149.637,32	2.779.135,65	2.063.886,37	850.693,59	264.793,07	3.650,18	3.650,18		
Investimentos	10.876.637,32	2.459.486,19	1.744.236,91	531.044,13	264.793,07	3.650,18	3.650,18		
Inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Demais inversões financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Amortização da Dívida (XX)	1.273.000,00	319.649,46	319.649,46	319.649,46	0,00	0,00	0,00		
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	10.876.637,32	2.459.486,19	1.744.236,91	531.044,13	264.793,07	3.650,18	3.650,18		
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	455.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	84.998.075,08	15.120.477,54	13.530.808,32	10.236.810,03	2.686.581,54	214.816,42	199.138,46		

RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [Xila - (XXIIIa +XXIIIb + XXIIIc)] 2.139.739,35



RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adic
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS

MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	(433.462,00)				
	Até Fevereiro / 2020				
JUROS NOMINAIS					
	VALOR INCORRIDO				
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)	15.250,09				
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)	375.480				
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	1.779.509,15				

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL VALOR CORRENTE

Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência 0,00

ABAIXO DA LINHA				
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO			
CALCULO DO MESULTADO NOMINAL	Em 31/12/2019 (a)	Até Fevereiro / 2020 (b)		
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	26.086.105,48	25.510.790,42		
DEDUÇÕES (XXIX)	5.578.652,77	4.929.128,41		
Disponibilidade de Caixa	5.578.652,77	4.929.128,41		
Disponibilidade de Caixa Bruta	8.806.109,42	9.037.463,87		
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	3.227.456,65	4.108.335,46		
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00		
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	20.507.452,71	20.581.662,01		

AJUSTE METODOLÓGICO	Até Fevereiro / 2020
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	(880.878,81
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	1.976.959,16
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVII)	0,00

RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)	3.143.858,87
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	855,257,87





MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

JANEIRU A FE	VEREIRO DE 202	20					_
RREO - Anexo XVIII (LRF, Art. 48)						Página: 1 /	2
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO			Até o B	imestre			
Previsão Inicial da Receita						92.700.0	0,00
Previsão Atualizada da Receita						93.111.2	266,8
Receitas Realizadas						15.277.5	519,4
Déficit Orçamentário							0,0
Saldos de Exercícios Anteriores						855.2	
Dotação Inicial							nı
Créditos Adicionais							nı
Dotação Atualizada							nu
Despesas Empenhadas							nu
Despesas Liquidadas							nu
Despesas Pagas							nu
Superávit Orçamentário							0,0
	<u> </u>						0,0
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO			Até o B	imestre		16.739.8	006.6
Despesas Empenhadas						15.150.2	
Despesas Liquidadas						15.150.2	:21,4
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o B	imestre			
Receita Corrente Líquida						84.587.6	i55,1
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			Até o B	imestre			_
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO							_
Receitas Previdenciárias Realizadas							0,0
Despesas Previdenciárias Liquidadas							0,0
Resultado Previdenciário							0,0
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO							
Receitas Previdenciárias Realizadas							0,0
Despesas Previdenciárias Liquidadas							0,0
1 '							
Resultado Previdenciário							0,0
RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO				purado até o % em rela		relação a meta	(b/a)
	metas fiscais da LI		bimes				. ,
Resultado Nominal		0,00		1.779.509,15		0	0,00 9
Resultado Primário	(433.	462,00)		2.139.739,35		(494,	,00 %
MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Inscrição	Cancelame		Pagamento		Saldo	_
		o bimes	tre	bimestre	3		
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	3.227.456,65		0.00	0.000	504.54	540.0	.=- 4
Poder Executivo		1	0,00		.581,54	540.8	
Poder Legislativo	0,00	1	0,00		0,00		0,0
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS							
Poder Executivo	669.567,25	1	0,00		.138,46	470.4	
Poder Legislativo	0,00	1	0,00		0,00		0,0
TOTAL	3.897.023,90		0,00	2.885	.720,00	1.011.3	103,9
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor apurado at	é o		imites constitu	ucionais	is anuais	
	bimestre		Minimo a exer	a aplicar no cício	,	6 Aplicado até o bimestre	
Mínimo Anual de 25% dos Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE	1	.381,53		25% / 18%			1,17 9
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino	1.820	.634,62		60%		51	1,13 9
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado	até o bimestr	e		Saldo a r	realizar	
Receita de Operações de Crédito			0,00			4.200.0	0,00
Despesa de Capital Líquida		2.77	9.135,65			9.370.5	501,6
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício em Referência	10° Exerc	ício	20° Exercí	cio	35° Exercíci	io
Plano Previdenciário	neierencia				\dashv		
Receitas Previdenciárias	0,00		0,00	1	0,00		0,0
Despesas Previdenciárias	0,00		0,00		0,00		0,0
Resultado Previdenciário	0,00	1	0,00	1	0,00		0,0
Plano Financeiro							
Receitas Previdenciárias	0,00		0,00		0,00		0,0
Despesas Previdenciárias	0,00	1	0,00	1	0,00		0,0
Resultado Previdenciário	0,00		0,00	1	0,00		0,0
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Voles enus-d-	atá a himact	•		Saldo a r	roalizar	_
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	Valor apurado	ale o bimestr	e 0,00		alu0 a l		0,000
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	1			400,0
	<u> </u>				_		
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado at	éo 📗		imites constitu a aplicar no		anuais 6 Aplicado até o	_
	bimestre		exer	cício	<u> </u>	bimestre	
Despesas Próprias com Acões e Servicos Públicos de Saúde	I 1.919	.213.63		15%	ı	16	3.57 9



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

RREO - Anexo XVIII (LRF, Art. 48)

Página: 2 / 2



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

Valor apurado no Exercício Corrente

Página: 1 / 1

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1°, inciso III)

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP
Total das Despesas/RCL (%)

IIILO - AINENO TT (ETIT, dit. 30, § T, IIICI30 III)			
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO A REALIZAR
RECEITAS	(a)	(b)	c = (a - b)
RECEITA DE CAPITAL	15.000,00	0,00	15.000,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	15.000,00	0,00	15.000,00
Alienação de Bens Móveis	15.000,00	0,00	15.000,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	15.000,00	0,00	15.000,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g) = (d-e)	
Despesas de Capital	19.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.400,00	
Investimentos	19.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.400,00	
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	19.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19.400,00	

SALDO FINANCEIRO APLICAR	EXERCÍCIO ANTERIOR	DO EXERCÍCIO	SALDO ATUAL
	(h)	(i) = (lb - (lle+ llf))	(j) = (IIIh + IIIi)
VALOR (III)	6.968,15	0,00	6.968,15



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

Página: 1 /

1	HREO – ANEXO 9 (LHF, art.53, § 1°, inciso I)			
1	RECEITAS	PREVISÃO	RECEITAS REALIZADAS	SALDO NÃO REALIZADO
		ATUALIZADA (a)	Até o Bimestre (b)	(c) = (a-b)
ı	RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO(I)	4.200.000,00	0,00	4.200.000,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	12.149.637,32	2.779.135,65	9.370.501,67
Investimentos	10.876.637,32	2.459.486,19	8.417.151,13
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	1.273.000,00	319.649,46	953.350,54
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	12.149.637,32	2.779.135,65	9.370.501,67
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I)	7.949.637,32	2.779.135,65	5.170.501,67

Laranjeiras do Sul MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

Página: 1 /

RREC - AMEXIO 7 (LRF. art. 53, Indiso V)												
		RES1	OS A PAGAR PE	ROCESSADOS			RESTO	OS A PAGAR NÃ	O PROCESSADO	os		
PODER / ORGÃO	Insci		Pagos	Cancelados	Saldo	Insci		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	Saldo Total
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de (b)	(c)	(d)	e = (a + b) - (c +	Em Exercícios Anteriores (1)	Em 31 de dezembro de (g)	(h)	Pagos (i)	(i)	Saldo k=(f+q)-(i+	L=(e+k)
EXECUTIVO						17	107	- ' '	.,			
Município de Laranjeiras do Sul	47.109,59	3.180.347,06	2.686.581,54	0,00	540.875,11	27.492,57	642.074,68	214.816,42	199.138,46	0,00	470.428,79	1.011.303,9
GOVERNO MUNICIPAL	0,00	15.559,32	15.559,32	0,00	0,00	0,00	629,70	629,70	0,00	0,00	629,70	629,7
PROCURADORIA GERAL	9.400,56	5.072,55	5.072,55	0,00	9.400,56	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.400,5
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	0,00	44.299,02	44.299,02	0,00	0,00	0,01	3.220,00	0,00	0,00	0,00	3.220,01	3.220,0
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E GESTÃO	0,00	2.372,35	2.372,35	0,00	0,00	0,00	135,14	0,00	0,00	0,00	135,14	135,1
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E	1.940,50	216.202,52	216.202,52	0,00	1.940,50	12.190,03	16.575,54	4.090,99	3.187,46	0,00	25.578,11	27.518,6
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO	8.227,89	25.293,85	25.293,85	0,00	8.227,89	0,00	136,00	0,00	0,00	0,00	136,00	8.363,8
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	2.283,12	799.824,14	778.291,18	0,00	23.816,08	1.538,71	244.393,50	23.922,34	21.673,84	0,00	224.258,37	248.074,4
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E	2.006,00	438.066,85	433.948,18	0,00	6.124,67	6.999,25	170.928,29	162.404,18	154.320,42	0,00	23.607,12	29.731,7
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO	2.722,88	932.153,51	468.231,87	0,00	466.644,52	2.650,37	128.991,38	8.476,16	6.347,52	0,00	125.294,23	591.938,7
SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO	5.624,74	138.245,03	136.646,67	0,00	7.223,10	0,00	6.757,48	250,00	0,00	0,00	6.757,48	13.980,5
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES	14.002,00	67.722,42	67.722,42	0,00	14.002,00	0,00	14.479,87	7.020,00	7.020,00	0,00	7.459,87	21.461,8
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SEG	840,00	168.329,09	167.009,04	0,00	2.160,05	40,00	54.661,21	8.023,05	6.589,22	0,00	48.111,99	50.272,0
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRIC, ABAST E MEIO	0,00	272.342,10	272.342,10	0,00	0,00	4.028,00	546,33	0,00	0,00	0,00	4.574,33	4.574,3
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	61,90	9.545,29	9.511,45	0,00	95,74	46,20	310,24	0,00	0,00	0,00	356,44	452,11
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES	0,00	45.319,02	44.079,02	0,00	1.240,00	0,00	310,00	0,00	0,00	0,00	310,00	1.550,0
TOTAL (III) = (I +	47.109,59	3.180.347,06	2.686.581,54	0,00	540.875,11	27.492,57	642.074,68	214.816,42	199.138,46	0,00	470.428,79	1.011.303,90



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

Página: 1 / 3

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS		PREVISÃO	RECEITAS RI	EALIZADAS
E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	ATUALIZADA (a)	Até o bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	12.098.600,00	12.098.600,00	1.458.047,69	12,0
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	3.866.300,00	3.866.300,00	59.149,28	1,50
IPTU	3.500.000,00	3.500.000,00	54.038,50	1,5
Multas, Juros de Mora, Divida Ativa e Outros Encargos do IPTU	366.300,00	366.300,00	5.110,78	1,4
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ITBI	722.300,00	722.300,00	156.430,04	21,6
ITBI	665.000,00	665.000,00	156.430,04	23,5
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	57.300,00	57.300,00	0,00	0,0
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	5.240.000,00	5.240.000,00	849.574,26	16,2
ISS	5.100.000,00	5.100.000,00	834.035,04	16,3
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	140.000,00	140.000,00	15.539,22	11,1
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	2.270.000,00	2.270.000,00	392.894,11	17,3
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	46.937.000,00	46.937.000,00	10.123.560,56	21,5
Cota-Parte FPM	27.300.000,00	27.300.000,00	5.270.348,98	19,3
Cota-Parte ITR	70.000,00	70.000,00	2.590,93	3,7
Cota-Parte IPVA	5.800.000,00	5.800.000,00	2.633.639,31	45,4
Cota-Parte ICMS	13.500.000,00	13.500.000,00	2.185.935,84	16,1
Cota-Parte IPI-Exportação	170.000,00	170.000,00	31.045,50	18,2
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	97.000,00	97.000,00	0,00	0,0
Desoneração ICMS (LC 87/96)	97.000,00	97.000,00	0,00	0,0
Outras	0,00	0,00	0,00	0,0
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	59.035.600,00	59.035.600,00	11.581.608,25	19,6

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPESAS EM	PENHADAS	DESPESAS LI	QUIDADAS	DESPESAS	PAGAS
SAÚDE(ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	INICIAL	ATUALIŽADA (c)	Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	10.745.970,0	10.729.799,7	2.025.980,69	18,88	1.990.463,39	18,55	1.592.625,19	14,84
Despesas Correntes	10.363.270,0	10.347.099,7	2.013.631,98	19,46	1.990.463,39	19,24	1.592.625,19	15,39
Despesas de Capital	382.700,00	382.700,00	12.348,71	3,23	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	159.000,00	134.000,00	40.161,08	29,97	40.161,08	29,97	36.492,47	27,23
Despesas Correntes	159.000,00	134.000,00	40.161,08	29,97	40.161,08	29,97	36.492,47	27,23
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	581.000,00	581.000,00	87.253,15	15,02	87.253,15	15,02	81.408,25	14,01
Despesas Correntes	578.000,00	578.000,00	87.253,15	15,10	87.253,15	15,10	81.408,25	14,08
Despesas de Capital	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	32.000,00	32.000,00	837,00	2,62	837,00	2,62	558,00	1,74
Despesas Correntes	27.000,00	27.000,00	837,00	3,10	837,00	3,10	558,00	2,07
Despesas de Capital	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	85.000,00	85.000,00	3.210,00	3,78	3.210,00	3,78	858,00	1,01
Despesas Correntes	85.000,00	85.000,00	3.210,00	3,78	3.210,00	3,78	858,00	1,01
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (Apoio Administrativo/Manutenção) (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IV + V)	11 602 970 0	11 561 700 7	2 157 441 02	10.00	2 121 024 62	18 35	1 711 041 01	1/181

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	2.157.441,92	2.121.924,62	1.711.941,91
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	86.595,23	86.595,23	86.595,23
(·) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	2.070.846,69	2.035.329,39	1.625.346,68
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			1.737.241,24
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)			1.737.241,24
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	333.605,45	298.088,15	(111.894,56)
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	0,00	(111.894,56)
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Le i Orgânica Municipal)			17,57

- PUBLICAÇÃO OFICIAL -

Estado do Paraná

Av. XV de Novembro, 608 - Centro - CEP 85390-000

CNPJ: 95.587.622/0001-74 - Fone: (42) 3618-1122

http://www.virmond.pr.gov.br

GABINETE DO PREFEITO==

Art. 3° . Fica determinada a suspensão pelo prazo de 15 dias corridos, a partir de 23/03/2020, do funcionamento dos seguintes estabelecimentos e atividades:

I – Lojas de roupas, material de construcão:

III – Hotéis e casas de hospedagem para novas hospedag

VII-Quaisquer outros serviços ou atividades privadas com atendimento ao público, não expressamente executados no presente Decreto;

I – Distribuição e venda de medicamentos e gêneros alimentícios, tais como far mercados, açougues e padarias;

II - Postos de combustíveis e postos de lavagem e higienização de veículos;

III - Distribuidoras de gás e água;

V – Borracharias, auto elétricas, oficinas mecânicas e serviços de guincho, mediante o sistema de plantão para atendimento de situações emergenciais;

 $\S1^{\circ}$ - Os estabelecimentos e atividades previstas no caput deste artigo, deverão adotar as seguintes medidas cumulativamente:



==GABINETE DO PREFEITO======

- III Higienizar, quando do inicio das atividades e após cada uso, durante o perífuncionamento, as superficies de toque (carrinhos, cestos, cadeiras, maçanetas, cor mesas e bancadas), preferencialmente com álcool em gel;
- r manter disponível kit completo de higiene de mãos nos sanitários de clientes o uncionários, utilizando sabonete líquido, álcool em gel e toalhas de papel não reciclado;
- VII-determinar, em caso haja fila de espera, que seja mantida distância mínima de 2 (dois) metros entre as pessoas.
- $\S2^o$ É de inteira responsabilidade dos estabelecimentos mencionados no presente implementação das medidas dispostas no $\S1^o$ sob pena de aplicação das pen estabelecidas pelo presente Decreto.
- (3º No caso dos estabelecimentos descritos no inciso I (mercados, açougues ica proibida a permanência de pessoas para o consumo de alimentos no local;

- Art. 7º. Fica decretado a paralisação de serviços não essenciais prestados pelo munitanto na parte de trabalho interno quanto na secretaria de Viação, Obras e Urban



PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRMOND

=======GABINETE DO PREFEITO==

- tabelecimento que não observar as regras previstas no presente Do regularizar a situação e, caso não a faça, terá seu alvará de func stabelecimento será interditado.

Gabinete do Prefeito Municipal de Virmond. Estado do Paraná, em 23 de marco de 2020.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRMOND/PR CMPJ n.º 95.587.622/0001-74, Avenida XV de Novembro, nº 608, Centro, Pone/Fax: (42) 3618 1122, CEP: 85.390-000

CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Nº 001/2020 Edital Nº 002/2020

Candidato Documentação Resultado MIRIAN BRUSTOLIN Habilitado 1º CLASSIFICADO CONVOCAÇÃO DO CANDIDATO VENCEDOR:

PAULO AUGUSTO MIERJAM

IURE FELIPE CULLMANN

ABDON SUREKE

COMISSÃO EXAMINADORA

MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS ESTADO DO PARANÁ ESTADO DO PARANÁ RIO Grande do Sul, 2122, Centro, CEP 85359-000, Fone: (42) 3637-1148 GABINETE DO PREFEITO

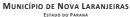
LEI N° 1251, DE 23 DE MARÇO DE 2020.

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, JOSE LINEU GOMES, PREFEITO MUNICIPAL, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE ME SÃO CONFERIDAS POR LEI, SANCIONO E MANDO PROMULGAR A SEGUINTE

Art. 1º A Ponte em concreto usinado com 12,00 metros de extensão e 6,25 metros de largura, sobre o leito do Rio Jacutinga, na estrada rural que liga a Comunidade Jacutinga e o Distrito de Rio Guarani, fica denominada de "PONTE PROFESSOR IVO NOVAGOSKI", em homenagem post mortem ao professor Ivo Novagoski.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação





ESTADO DO PARANÁ
CNP1: 95.587.648/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro – CEP: 85350-000
Fone: (42) 36371148

LEI N° 1252, DE 23 DE MARÇO DE 2020.

SÚMULA: Altera a Lei Municipal nº 388/2004 para fins de adequação a Lei Federal nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, alterada pela Lei nº 13.708, de 14 de agosto de 2018.

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, JOSE LINEU GOMES, PREFEITO MUNICIPAL, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE ME SÃO CONFERIDAS POR LEI, SANCIONO E MANDO PROMULGAR A SEGUINTE:

LEI:

Art. 1º - Fica criado na TABELA DE VENCIMENTOS - CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO, constante na Lei Municipal nº 388/2004, de 01/07/2004 o nível II, com vencimento inicial de R\$ 1.400,00.

- \S 1° O disposto no caput deste artigo visa atender o estabelecido pelo artigo 9°- A, \S 1°, inciso II, da Lei Federal n° 11.350/2006, de 05/10/2006, alterada pela Lei n° 13.708, de 14 de agosto de 2018.
- \S 2º Aplica-se o disposto na Lei Municipal nº 388/2004 a fixação dos valores na tabela de vencimentos para fins de progressão na carreira.
- Art. 2º Fica alterado o nível de vencimento dos servidores públicos ocupantes do cargo de provimento efetivo de AGENTE COMUNITÂRIO DE SAÚDE e AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS, passando do nível "H1" para o nível "I1".
- Art. 4º Autoriza o poder executivo municipal a efetuar o pagamento da diferença da remuneração dos servidores abrangidos pela presente lei, a partir de 1º de janeiro de 2020, conforme disposto no artigo 9º-A, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 11.350/2006.

 - Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Laranjeiras, Estado do Paraná





EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2020 CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019-PMNI.

O USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019, RESOLVE:

Art. 1° - CONVOCAR OS CANDIDATOS ABAIXO RELACIONADOS, apr

no Concurso Público nº. 01/2020-PMNL, homologado por meio do Edital de Homologação nº. 13/2020 para preenchimento de vagas na Prefeitura Municipal de Nova Laranjeiras. NOME CARGO Classif.

INSC.			
122854	GERSON GERALDO NOGUEIRA	MÉDICO CLÍNICO	10
		GERAL - PAM	
125031	CAROLINE TORRES ROTHER	MÉDICO CLÍNICO	10
		GERAL - PSF	
123061	ANGELO ANTONIO BEDIM	MÉDICO CLÍNICO	2°
	FRANZONI	GERAL - PSF	
125138	ALINE SANTANA BORTOLUZZI	MÉDICO CLÍNICO	3°
		GERAL - PSF	
123499	FELIPE DE BEM SCARSANELA	MÉDICO	10
		GINECOLOGISTA	
123468	SONIA MARTINS SILVA	ENFERMEIRO	10
125045	JAQUELINE KARVAT	ODONTÓLOGO	10
122881	REGIANE FONTANA	TÉCNICO EM	10
122881	REGIANE FONTANA	ENFERMAGEM	1-
123522	ary purpose to povent		20
123322	SELDA BURDELLA BONFIM	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	2"
124440	TAMI CRISTINA KLAGENBERG	TÉCNICO EM	3°
	EVARINI	ENFERMAGEM	
124896	MARIA LAURINDA BURDA	ACS - ALTO DA	10



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORCAMENTARIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

Página: 2 / 3

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO		LIMITE NÃO CUMPRIDO					
CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	Saldo inicial (no exercicio atual)	Despesas custo	eadas no exercício	de referência	Saldo final (não aplicado) (I) = (h - (i ou j))		
	(h)	Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)			
Diferença de limite não cumprido em 2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR												
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0 ,então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP inscrito indevidamente no exercício sem disponibilidade financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no limite (r) = (p - (o + q)) se <0 então	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total RP cancelado ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelado (v) = ((o + q) - u)		
Empenhos de 2020	1.737.241,24	3.368.041,05	1.630.799,81	0,00	86.595,23	0,00	26.369,64	0,00	0,00	1.717.395,04		
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)												
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CA	ANCELADOS OU	PRESCRITOS	ATÉ O FINAL D	O EXERCÍCIO	ANTERIOR QUE	AFETARAM C	CUMPRIMEN	TO DO LIMITE	(XXII)	0,00		

"CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS	RES	STOS A PAGAR	CANCELADOS	OU PRESCRIT	ros
CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE	Saldo inicial (w)	Despesas cust	eadas no exercício	Saldo final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))	
CAIXA CONFORME ARTIGO 24 § 1° e 2° DA LC 141/2012	` '	Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	(, (,,,,,
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2020 a compensar (XXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO	RECEITAS RI	EALIZADAS
NO CÁLCULO DO MÍNIMO	FREVISAU INICIAL	ATUALIZADA (a)	Até o bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	7.378.000,00	7.378.000,00	918.656,55	12,45
Proveniente da União	6.703.000,00	6.703.000,00	851.586,51	12,70
Proveniente dos Estados	675.000,00	675.000,00	67.070,04	9,94
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	140.000,00	140.000,00	447,80	0,32
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	7.518.000,00	7.518.000,00	919.104,35	12,23

	DESPESAS COM	I SAÚDE NÃO C	OMPUTADAS NO	CÁLCULO DO	MÍNIMO			
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPESAS EM	PENHADAS	DESPESAS LI	QUIDADAS	DESPESAS	PAGAS
CÁLCULO DO MÍNIMO	INICIAL	ATUALIZADA (c)	Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	6.810.000,00	7.059.798,06	1.096.669,94	15,53	1.067.887,39	15,13	968.235,35	13,71
Despesas Correntes	6.612.000,00	6.773.489,68	1.008.361,56	14,89	984.634,01	14,54	884.981,97	13,07
Despesas de Capital	198.000,00	286.308,38	88.308,38	30,84	83.253,38	29,08	83.253,38	29,08
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	310.500,00	365.717,31	100.589,89	27,50	100.589,89	27,50	98.886,48	27,04
Despesas Correntes	295.500,00	350.717,31	100.589,89	28,68	100.589,89	28,68	98.886,48	28,20
Despesas de Capital	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	360.000,00	361.068,75	13.339,30	3,69	13.244,90	3,67	9.244,90	2,56
Despesas Correntes	351.000,00	352.068,75	13.339,30	3,79	13.244,90	3,76	9.244,90	2,63
Despesas de Capital	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	43.000,00	43.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	38.000,00	38.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	7.523.500,00	7.829.584,12	1.210.599,13	15,46	1.181.722,18	15,09	1.076.366,73	13,75



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORCAMENTARIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

Página: 3 / 3

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPESAS EM	PENHADAS	DESPESAS LI	QUIDADAS	DESPESAS	PAGAS
COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	INICIAL	ATUALIZADA (c)	Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	17.555.970,0	17.789.597,8	3.122.650,63	17,55	3.058.350,78	17,19	2.560.860,54	14,40
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	469.500,00	499.717,31	140.750,97	28,17	140.750,97	28,17	135.378,95	27,09
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	941.000,00	942.068,75	100.592,45	10,68	100.498,05	10,67	90.653,15	9,62
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	75.000,00	75.000,00	837,00	1,12	837,00	1,12	558,00	0,74
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	85.000,00	85.000,00	3.210,00	3,78	3.210,00	3,78	858,00	1,01
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	19.126.470,0	19.391.383,8	3.368.041,05	17,37	3.303.646,80	17,04	2.788.308,64	14,38
(-) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRMOND

NETE DO PREFEITO:

SÚMULA: Decreta situação de emergência no Município de Virmond, como medida de enfrentamento da pandemia decorrente do novo CORONAVÍRUS (COVID-19) e dá

Considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

Considerando a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências; Considerando o Decreto Federal nº 10.212, de 30 de janeiro de 2020, que promulga o texto revisado do Regulamento Sanitário Internacional;

Considerando a Portaria MS/GM nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo CORONAVÍRUS;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VIRMOND

=GABINETE DO PREFEITO: nsiderando a classificação pela Organização Mundial de Saúde, no dia 11 de março de 20, como pandemia do COVID19;

Considerando que o Poder Público tem o poder-dever de fazer uso de seu poder de po para fins de coibir, no interesse da coletividade, da saúde pública e da salubridade públ a atividades, condutas e ações que possam contribuir na disseminação CORONA/VIRUS;

Art. 1º. Fica declarada SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA no Município de Virmond em razão da nandemia declarada em nicrodo de declarada em nicr o de Virmond em razão da pandemia declarada em virtude de doença infeccioratória causada pelo agente etiológico "novo CORONAVÍRUS" - COVID 19.

§ 2º - Não se concederá nenhum alvará para eventos de natureza que trata o presente artigo

§ 3º - Todos os servidores municipais devem fiscalizar o cumprimento da presente determinação, comunicando imediatamente a Secretaria Municipal de Saúde acerca de eventual descumprimento, sob pena de infração administrativa e abertura de processo disciplinar.

§ 4º - Os particulares que violarem a proibição ficarão sujeitos às sanções penais, civis e administrativas, imposição de multa e comunicação ou encaminhamento à Autoridade Policial e ao Ministério Público, conforme disposição da legislação vigente.





MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 95.587.648/0001-12 Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro – CEP: 85350-000 Fone: (42) 3637-1148

123444	ANA RAFAELA BONK FONTOURA	ACS - RIO DA PRATA	10
123375	EVANILDES PILARSKI MULLER	ACS - BURITI	1°
125391	ALESSANDRA GALVÃO OLEINIK	ACS - RIO GUARANI SEDE	1°
122946	GEVERSON COSME VALCARENGHI	ACS - RIO GUARANI SEDE	2°
123090	ROGÉRIO MUSEKA	MOTORISTA	1°
122917	JOSE MARCIO BERMAL	MOTORISTA	2°
125432	ORLI ROSIN	MOTORISTA	3°
124174	FABIO JEAN GOMES	MOTORISTA	4°
125001	CLAUDILENE LOURENÇO WOLLINGER	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	1°
123686	TAILA CRISTINA ANDRIOLA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	1°
123532	RENATO TEIXEIRA DA SILVA NETO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	2°
123553	MIRTES GERUSA MULLER	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	3°

Art. 2° - OS CANDIDATOS DEVERÃO COMPARECER AO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS, SITO À RUA RIO GRANDE DO SUL, N° 2122, NO PRAZO MÁXIMO DE 05 DIAS ÚTEIS, CONTADOS DA DATA DA PUBLICAÇÃO, NOS HORÁRIOS DAS 08:00 ÀS 11:30 HS E DAS 13:00 ÀS 17:30 HS, de segunda-feira á sexta-feira.

Art. 3º - Os candidatos deverão apresentar-se portando os seguintes documentos

- a) cópia da Carteira de Identidade
- b) cópia do Cadastro de Pessoa Física CPF;
- c) cópia do Título de Eleitor com comprovante de votação na última eleição;



MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS
ESTADO DO PARANÁ
(CNP: 95.876.48/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000
Fone: (42) 3637-1148

- g) cópia da Carteira de Identidade e Cadastro de Pessoa Física CPF do côniuge e
- i) carteira de vacinação do candidato e dos filhos até 06 (seis) anos;
- j) certidão negativa de antecedentes criminais
 k) comprovante de endereço;
- 1) cópias dos documentos comprobatórios da escolaridade e pré-requisitos mínimos
- m) certidão do INSS de que o candidato não recebe nenhuma espécie de beneficio do INSS;
- n) carteira de Trabalho e Previdência Social CTPS (se tiver);
 o) cópia do Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP (se tiver);
- p) declaração de bens ou apresentação de declaração de renda, nos termos da lei:
- q) declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, e sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria, pensão e
- r) declaração de horário de trabalho, se possuir outro vínculo empregatício, para demonstração de compatibilidade com o horário disponível e de interesse da Administração Municipal;
- s) declaração pessoal de possuir disponibilidade para desempenhar atividades em jornadas de trabalho fora do expediente normal, em dias considerados feriados e folgas, para conclusão de trabalhos inadiáveis;
- apresentar declaração do órgão público a que esteja ou tenha sido vinculado, em qualquer tempo, informando que o candidato tem ou tinha situação jurídica compatível com nova investidura em emprego público, inclusive cargo em comissão, e que não sofreu penalidades por prática de atos desabonadores no



MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS ESTADO DO PARANÁ CNPJ: 95.887.648/2001-12 Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, Centro - CEP: 85350-000 Fone: (42) 3637-1148

Art. 4º - Os candidatos convocados para o cargo de Agente Comunitário de Saúde deverão apresentar comprovante de residência demonstrando o cumprimento do artigo 6º, inciso I, da Lei Federal nº 11.350/2006 (residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital do processo seletivo público) e item 2.4 do edital de abertura.

Art. 5° - O não compa

implicará na perda dos direitos advindos do Concurso Público

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Laranjeiras, 23 de março de 2020









Objeto: SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL E ARQUITETURA VISANDO O ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

CONTRATADA: NORTON ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA inscrita no CNPJ n.º 14.300.868/0001-11, situada a rua itabira, n.º 1692, ED. Treviso centro, Município de Pato Branco, EEP. 55501-286, neste ato representada pelo Sr. RATALI KAGHOPTE, brazileiro, portador do CPF/MF n.º 036.635.419-16 e cédula de identidade n.º 7609393-0 35504.

Ge tuente.

CLUSULA PRIMEIRA
Será suprimido o valor de RS 3.156,56 (três mil cento e cinquenta e seis reatir com cinquenta e seis centavos), 23 de março de 2020, amigavelmente de forma unilateral, visando medidas de segurança observando o Decreto Municipal 26/2020.

amigavelmente de forma unitaterat, visanus menues de boservando o Decreto Municipal 26/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA

An firmar este instrumento, declara a CONTRATADA ter plena ciência do conteúdo, aceitando todas as condições estabelecidas e renunciando em sua traildidade a todas os direitos decorrentes do contrato administrativo nº 38/2017, carta convite nº 02/2017 em questão.

CLAUSULA TERCEIRA
Apartes firm no presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor
for apartes firm no 02 (duas) testemunhas abaixo, elegendo o Foro da
Comarca de Guarapuava. Estado do Paraná, para dirinir todas e quisquer
controvérsias oriundas deste termo, renunciando expressamente a qualquer
outro, por mais privilegiado que seja.

NORTON ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA CONTRATADA Testemunhas:







Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA PARA ATEN DEMANDA DA SAÚDE PÚBLICA MUNICIPAL

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDAO, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o n.º 01.603.719/0001-80, com sede na Ruz Padre Emilio Barbieri, 339, Centro, Foz do Jordao, Paraná, CEP, 85.145-000 fone n.º (42) 3639-8100, representada pelo Prefeito Municipal Sr. IVAN PINIBEDO ASIA.

CONTRATADA: ROMERSON EPIFANIO DE OLIVEIRA- ME, com sede na rua Pedro Mendes de Abreu, nº 68, Centro, CEP 85145-000, Foz do Jordão/Pr e inscrita no CNP/ sob nº .71.706/.337/0001-1), representada pelo Sr. Romerson Epifanio de oliveira, portador da Carteira de Identidade RG nº. 68540232/SSP-PR e CPF/PM sob o n. 090.0848.579/77.

CAÚSULA TERCEIRA
As partes firmam presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor
e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo, elegendo o Foro da
Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná, para dirimir todas e quaisquer
controvérsias oriundas deste termo, renunciando expressamente a quaiquer
outro, por mais privilegiado que seja.

Foz do Jordão 23 de março de 2020.

Foz do Jordão 23 de março de 2020



Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE 2 (DOIS) DENTISTAS PARA COMPOR A EQUIPE DE SAÚDE ESF COM CARGA HORÁRIA DE 20 HORAS SEMANAIS CADA.

PINHEIRO DA SILVA.

CONTRATADA: CLÍNICA ODONTOLÓGICA DEMITE & STONALIDA - ME, inscrita no CNPJ nº 27.354.986/0001-63, situada a Rua Pedro Laurentino Alves, n.º 606-Bairro Nações - Foa do Jordão - PR, CEP, 85.145-000, neste ato representado peda S. Marco Antônio Demite, brasileiro, Seletiero, porrador do CFF/MF nº 1904 S. Marco Antônio Demite, brasileiro, Seletiero, porrador do CFF/MF nº 1904 S. Marco Antônio Demite, brasileiro, brasileiro, do Carlo Company de Company d

o Decreto Municipal 26/2020, a partir do dia 23 de março de 2020.

CALÍSULA SEGUNDA

An firmar este instrumento, deciara a CONTRATADA ter plena ciência do conteido, aceitundo todas as condições estabelecidas e renunciando em sua totalidade a todos os direitos decorrentes do contrato. administrativo nº 46/2017, regedo presencia nº 19/2017 em question.

CAJUSULA TERCEIRA

As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo, elegendo o Foro da Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná, para dirinir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste termo, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Fos do Iordão 23 de março de 2020.

Foz do lordão 23 de marco de 2020

IVAN PINHEIRO DA SILVA Contratante

CLÍNICA ODONTOLÓGICA DEMITE & STONA LTDA - ME CONTRATADA Testemunhas:



Objeto: LOCAÇÃO DE ROLO COMPACTADOR COM OPERADOR, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

CLÁUSULA PRIMEIRA
Será suspenso o presente contrato amigavelmente de forma unilateral,
por interesse do contratado e do contratante, como obtenção de medidas de
segurança (COVID 19) observando o Decreto Municipal 26/2020, a partir do
dia 23 de março de 2020.

CLÁUSULA SEGUNDA
A firmar este instrumento, declara a CONTRATADA ter plena ciè
seu conteido, aceitando todas as condições estabelecidas e renuncias
sua totalidade a todos os direitos decorrentes do contrato administra
13/2/2017, preglo presencial # 47/2017 em questo.

IVAN PINHEIRO DA SILVA Contratante

CLÁUSULA TERCEIRA
As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor
e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo, elegendo o Foro da
Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná, para dirimir todas e quaisquer
controvérsias oriundas deste termo, renunciando expressamente a quaiquer
outro, por mais privilegiado que seja.

Foz do lordão 23 de marco de 2020





PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DENTISTA PARA COMPOR A EQUIPE DE SAÚDE

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FOX DO JORDAO, Estado do Paraná, inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o n.º 01.603.719/0001-80, com sede na Rua Padre Emilio Barbieri, 339, Centro, Foz do Jordao, Paraná, CEP, 85.145-000 Jone n.º (42) 3639-8100, representada pelo Prefeito Municipal Sr. IVAN PINNIRIO AS LIVAN

dia 23 de março de 2020.

CLAUSULA SEGUINA

An firmar este instrumento, declara a CONTRATADA ter plena ciência do

Anotacido, aceitando todas as condições estabelecidas e renunciando em sua

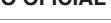
totalidade a todos os direitos decorrentes do contrato administrativo nº

94/2016, rego presencial nº 22/2016 em questo.

CLAUSULA TECCUMA

Anatres limam o presente instrumento em O2 (duas) vias de igual teor

Foz do Jordão 23 de março de 2020





Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE DISPONIBILIZE PROFISSINAIS CAPACITADOS PARA MINISTRAR AULAS DE KARATÊ E MUSICALIZAÇÃO.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FOZDO JORDÃO, ESTADO dO PARADÁ, INSCRITO DO CADASTRO Geral de Contribuintes/MF sob on.º 01.603.719/0001-80, com sede na Rua Padre Emilio Barbieri, 339, Centro, Foz do Jordão, Paraná, CEP. 85.145-

CONTRATADA: FLORA DE FATIMA SANTOS DOMINGUES, com sede na AV. Atlàntida, n° 55, vil a Europa, CEP 85195-000, Reserva do Iguacu/P/R e inscrita no CRPJ 50 nb n°. 2,95.098 81/0001-51, representada pela 5.xx. FLORA DE FATIMA SANTOS DOMINGUES, portadora da Carteira de Identidade RG n°. 90289632/SSP-PR e CFF/PM 500 n 0-657.282.094-5 005.

Será suspenso o presente contrato amigavelmente de forma unilateral, por interesse do contratado e do contratante, como obtenção de medidas de segurança (COVID 19) observando o Decreto Municipal 26/2020, a partir do dia 23 de março de 2020.

Ao firmar este instrumento, declara a CONTRATADA ter plena ciência do conteódo, aceitoda todas as condições estabelecidas e renunciando em sua totalidade a todas os direitos decorrentes do contrato administrativo nº 03/2019, pregap presencial nº 16/2018 em questado.

EAMSULA TRACIBA:

CAMSULA TRACIBA:

CAMSUL

IVAN PINHEIRO DA SILVA Contratante





Objeto: Prestação de Serviços de transporte escolar no minicípio de foz do Jordão,

Au n....

totalidade a todos os direitos decorrentes oo co....

11/2016, Pregab Fresencial nº 36/2016 em questao.

CLAIOS As partes Irraena o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor
e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo, elegendo o Foro da
Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná, para dirimir todas e quaisquer
controvérsias oriundas deste termo, renunciando expressamente a qualquer
outro, por mais privilegiado que seja.

Foz do Jordão 23 de março de 2020.



Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E DE ASSESSORAMENTO NA ÁREATRIBUTÁRIA,

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FOZ DO JORDÁO, EStado do Paraná, inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o n.º 01.603.719/0001-80, com sede na Rua Padre Emilio Barbieri, 339, Centro, Foz do Jordáo, Paraná, CEP, 85.145-000 fone n.º (42) 3639-8100, representada pelo Prefeito Municipal Sr. IVAN PINNIRIO DA SILVAN

dia 23 de março de 2020.

CLÁUSULA SEGUINDA

An firmar este instrumento, declara a CONTRATADA ter plena ciência do contedoa, aceitudo todas as condições estabelecidas e renunciando em sua totalidade a todas os direitos decorrentes do contrato administrativo nº 83/2017, Tomado de precos nº 20/2017 em questo.

CLÁUSULA TERCHERA

AS partes libror de 10 (dans) testemulhas abaixo, elegendo o Foro da Comarca de Guarapiava, Estado de Paranão, para dirimir todas e qualquer controvérsias oriundas deste terem, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Foz do Jordão 23 de março de 2020.

Foz do Jordão 23 de março de 2020

MAURO S. KRINSKI & CIA LTDA CONTRATADA





CONTRATADA: SAUDAX MEDICINA LTDA – ME, Inscrita no CNP] n.º 08741163/0001-37, situada a Rua FREI CANECA, n.º 2350, TRIANON, GUARAPIUAVA Pr. CEP. 85012000, neste ato representada pela Sra. ANAINA ANDRADE BLANCO, brasileira, portadora do CPF/MF n.º 03255541964, e cétula de identidade n.º 7131820-6 SSP/Pr.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Será suspenso o presente contrato amigavelmente de forma unilateraj. por interesse do contratado e do contratante, como obtenção de medidas de segurança (COVID 19) observando o Decreto Municipal 26/2020, a partir do dia 23 de março de 2020. CLAÚSULA SEGUNDA
Ao firmar este instrumento, declara a CONTRATADA ter plena ciência do

Totativana.

CLAUSULA TERCEIRA

As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor
e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abálxo, elegendo o Foro da
Comarca de Guarapiuava, Estado do Paraná, para dirimir todas e quaisquer
controvérsias oriundas deste termo, renunciando expressamente a qualquer
outro, por mais privilegiado que seja.

Foz do Jordão 23 de março de 2020.

IVAN PINHEIRO DA SILVA Contratante

FOZ»JORDÃO





Objeto: Prestação de Serviços na área de tecnologia de informação (ti), Suporte dos sistemas de gerenciamento interno, web, controle de ips, Banda larga e firewall.

CONTRATADA: VINICIUS NASCIMENTO FARIAS 09477481998, portador do CNPJ 31.647908)0001-15, localizada na Rua Trajano da Luz, nº 487, Bairro dos Pioneiros, Cep 5140-000 Landô-PR, a seguir denominada CONTRATADA, representada por Vinicius Nascimento Farias, portador da cédula de identidade RG № 1.307.162-29 CPF nº 094774811-99. Escienter em Candô-Dr.

totalidade a todos os utrenos de 09/2019, prega presencia nº 01/2019 em questão.
CLÁUSULA TERCEIRA

As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual te e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo, elegendo o Foro Comarca de Guarapiavas, Estado do Paraná, para dirimir todas e quaisque controvérsias oriundas deste termo, renunciando expressamente a quaiquo outro, por mais privilegiado que seja.

Foz do Jordão 23 de março de 20:

Foz do Jordão 23 de março de 2020

VINICIUS NASCIMENTO FARIAS 09477481998 CONTRATADA Testemunhas:

FOZ-JORDÃO



DECRETO N.º 073/2020 DATA: 18/03/2020

Município de Pinhão

aná, em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e cons cesso de aposentadoria do Servidor Publico Municipal **Geraldo Marines**ki Cal

Decreta:

Aft. 1°. Exa concolido so Servidor Geraldo rimeski Caldas, brasileiro servidor público minicipal de l'inhisi, ecapante do cargo de vimento cletivo de Molenfas de Vectudor Pesados, partidor 16/8 Gr. 1′. 1277/98.1, e ritino nCT Fes do 1/24/18/89/34, apoentadoris volonitàris porfidade, com prostra susis exproporcionale so tempo de contribuigio, sem partidole, mietta das 80°. maiores nuareações, com intralamenção no art. 40, § 2° III. 7° do 16°. Comismo com o artigo 24, da Municipal 1.274/2006.

Art. 2°, 1300 pstquasar-oria o valor de IS 592/2 dijumbentos é oliente e brove reale e cinquenta e dois o complementação de IS 54/2º (guinhentos e gazenta reale se vinte e nove a alingir o piso salarial municipal de IS 1.12/581 (um mil cento e vinte e nove e um centavos), conforme a Lei Municipal n.º 2.052/2019 e demonstrativo de



DECRETO N.º 077/2020 DATA: 20/03/2020

importanza Nacional (EST-11) em decorrieracia as interçao riumana peio novo coronavira. Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronaviras COVID-19 publicado pelo Ministério da Satido, Secretaria de Vigillarias em Satido, em fevereiro de 2020;

Considerando a de declaração da Organização Mundial da Satide em 30 de janeiro de 2020, de que o surto do novo Coronavirus (COVID19)

mantanta au saude em 30 de pañorto de 2004, en que es anaro ou montro Consavario omstitui Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional (ESFII); Considerando a classificação pela fundial de Saúde, no dia 11 de março de 2020, como pandemia do COVID19; Considerando o Deretto Estadual 4.301

Município de Pinhão

Decreta:

c) Higienização frequente do estabelecimento com sabonete láquido, papel toalha descartável e álcool gel 70%;

AVENIDA TRIFON HANYSZ, 220 - CENTRO - TEL.: (42) 3677-2699 - PINHÃO - PARANÁ www.pinhao.pr.gov.br

FOZ»JORDÃO

FOZ»JORDÃO









§3º - O COE COVID-19 PINHÃO, realizará a nte decreto, podendo para tanto solicitar auxilio dos órgãos de fiscalização do Município, e em caso de resistência ao cumprimento poderá ainda ser acionada força policial, sem prejuízo das demais sanções.

Art.4º - Em relação ao setor hoteleiro (hotéis

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua

de 19 de marco de 2020:



Município de Pinhão

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PINHÃO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e; Considerando a Portaria MS/CM nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Ministério da Suúde, que declara Emergência em Suúde Pública de Importância Nacional (ESPN) em decorrêveia da Infecção Humana pelo novo Coronavários.

novo Coronavirus;

Considerando o Plano de Contingência
Nacional para Infecção Humana pedo novo Coronavirus COVID-19 publicado pedo
Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, em fevereiro de 2020;
Considerando a declaração da Organização
Mundial da Saúde em 30 de jameiro de 2020, de que o surto do novo Coronavirus
(COVID19) constitui Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional
(ESPII);

de 19 de março de 2020;

de 17 de março de 2020; Considerando o Decreto Municipal 075/2020

Considerando o Decreto Municipal 077/2020

Considerando a Recomendação nº 2058.2020 do Ministério Público do Trabalho; Ministério Público do Trabalho;

Considerando o agravamento da pandemia,
com o aumento do número de casos confirmados e mortes no país;

Considerando o posicionamento do COE

Considerando que o momento atual é complexo, e exige um esforço conjunto e adoção das medidas necessárias aos riscos que a situação demanda;

Considerando a Medida Provisória 926 de 20 de

Decreta:

 $\mbox{Art.1°. O artigo} \quad \mbox{primeiro} \quad \mbox{do Decreto} \quad \mbox{r°} \\ 77/2020, passará a vigorar com a seguinte redação:} \label{eq:redef}$

Município de Pinhão



MUNICÍPIO DE PINHÃO **ESTADO DO PARANÁ**

RATIFICAÇÃO Processo de Dispensa de Licitação nº 013/2020

Parecer Jurídico Nº 083/2020 - Waldir Figueiredo

Reccanello OAB/PR nº 30.804

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, NA LINHA Nº 79 - ESCOLA DO ZATTAR/VINICIUS/ESCOLA/ERVATEIRA/TORRE /MARINA LIMA/LAURO DIVISA
CAMBARÁ/INÁCIO/ESCOLA
Em favor de:
SOLANGE NASCIMENTO DA SILVA 09431678926

CNPJ: 32.168.912/0001-63
Valor Total: R\$ 29.920,00 (Vinte e Nove Mil Novecentos e Vinte Reais)
Fundamento Legal: Artigo 24 Inciso I, II e IV da Lei 8.666/93.

Pinhão - PR, 23 de março de 2020.

Odir Antonio Gotardo Prefeito Municipal

AVISO DE SITUAÇÃO DE LICITAÇÃO
MUNICIPIO DE PINHÃO
EDITAL DE PREGÃO (PRESENCIAL) N.º 051/2018
PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE 01
(UM) VEÍCULO TIPO VAN, COM CAPACIDADE DE TRANSPORTE DE
16 (DEZESSEIS) PASSAGEIROS SENTADOS (15-1), ANO/MODELO
2018/2018 (NOVO, ZERO KM), PARA USO DA SECRETARIA DE
ESPORTES DO MUNICÍPIO DE PINHÃO, EM CONVÊNIO COM O
PARANACIDADE ESPORTES DO MANACIDADE

PARANACIDADE

Data da Realização da Sessão: 23/07/2018 ás 09:00 (nove) horas

Parecer Jurídico nº 041/2018 - C - Waldir Figueiredo Reccanello - OAB/PR 30.804

Pinhão, 23 de março de 2020.

Odir Antonio Gotardo Prefeito Municipal



PORTARIA N.º 116/2020 DATA: 20/03/2020

§4º - Os servidores que estiverem em escala de balho nas dependências da Secretaria de Administração, deverão obedecer à distância tima de 15 metro entre um a outre



Secretaria de Administração:	admpinhao2017@gmail.com
Departamento de Recursos Humanos:	drhpinhao@hotmail.com
Departamento de Compras e Licitações:	compraspinhao@gmail.com
Setor de Contratos:	admpinhao@outlook.com
Almoxarifado Central:	almoxarifado @pinhao.pr.gov.br
Departamento de TI (Informática)	ti@pinhao.pr.gov.br
Departamento de Planejamento e Siconv	planejamento@pinhao.pr.gov.br
Departamento de Patrimônio	adelarfranca@omail.com



MUNICÍPIO DE PINHÃO ESTADO DO PARANÁ

LICITAÇÃO EXCLUSIVA -MEI/ME/EPP

EDITAL MODIFICATIVO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO (PRESENCIAL) N.º 010/2020

A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE OVOS DE PÁSCOA DE CHOCOLATES DESTINADOS A ATENDER OS PROJETOS SOCIAIS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I DO EDITAL.

DISPONIBILIDADE DO EDITAL: DE 24/03/2020 ATÉ 06/04/2020.

INFORMAÇÕES ATRAVÉS DO FONE: (42)3677-1131 E E-MAIL: COMPRASPINHAO@GMAIL.COM

PROTOCOLO DOS ENVELOPES: ATÉ AS 09h00min DO DIA 06/04/2020, NA SALA DE REUNIÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHÃO.

ABERTURA DA LICITAÇÃO: ÀS 09H00MIN DO DIA 06/04/2020, NA SALA DE REUNIÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHÃO.

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM.

PARECER JURÍDICO Nº 084/2020-B - WALDIR FIGUEIREDO RECCANELLO - OAB/PR 30.804

PINHÃO-PR, 23 DE MARÇO DE 2020.

Odir Antonio Gotardo Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE ESPIGÃO ALTO DO IGUACU RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA BALANCO ORCAMENTÁRIO - RECEITAS ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

Página: 1 / 2

		Previsão		Receitas	realizadas		Saldo a realizar
RECEITAS	Previsão Inicial	atualizada(a)	No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	(a - c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	26.200.823,60	26.200.917,25	3.819.160,61	14,58	3.819.160,61	14,58	22.381.756,64
RECEITAS CORRENTES	23.040.823,60	23.040.917,25	3.536.934,24	15,35	3.536.934,24	15,35	19.503.983,01
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	868.904,20	868.904,20	81.291,54	9,36	81.291,54	9,36	787.612,66
IMPOSTOS	838.295,78	838.295,78	81.277,68	9,70	81.277,68	9,70	757.018,10
TAXAS	30.608,42	30.608,42	13,86	0,05	13,86	0,05	30.594,56
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	206.082,00	206.082,00	37.894,99	18,39	37.894,99	18,39	168.187,01
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE	206.082,00	206.082,00	37.894,99	18,39	37.894,99	18,39	168.187,01
RECEITA PATRIMONIAL	56.100,10	56.193,75	5.305,68	9,44	5.305,68	9,44	50.888,07
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO	22.898,00	22.898,00	1.702,37	7,43	1.702,37	7,43	21.195,63
VALORES MOBILIÁRIOS	33.202,10	33.295,75	3.603,31	10,82	3.603,31	10,82	29.692,44
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO INTANGÍVEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CESSÃO DE DIREITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	394.273,60	394.273,60	50.550,00	12,82	50.550,00	12,82	343.723,60
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS	394.273,60	394.273,60	50.550,00	12,82	50.550,00	12,82	343.723,60
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	21.515.463,70	21.515.463,70	3.359.633,40	15,61	3.359.633,40	15,61	18.155.830,30
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS	11.787.890,40	11.787.890,40	1.756.782,94	14,90	1.756.782,94	14,90	10.031.107,46
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO	7.117.843,30	7.117.843,30	1.140.627,41	16,02	1.140.627,41	16,02	5.977.215,89
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS	90.950,00	90.950,00	15.564,08	17,11	15.564,08	17,11	75.385,92
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES	2.518.780,00	2.518.780,00	446.658,97	17,73	446.658,97	17,73	2.072.121,03
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS PROVENIENTES DE DEPÓSITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	2.258,63	0,00	2.258,63	0,00	(2.258,63)
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E	0,00	0,00	28,63	0,00	28,63	0,00	(28,63)
BENS, DIREITOS E VALORES INCORPORADOS AO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	2.230,00	0,00	2.230,00	0,00	(2.230,00)
RECEITAS DE CAPITAL	3.160.000,00	3.160.000,00	282.226,37	8,93	282.226,37	8,93	2.877.773,63
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.160.000,00	3.160.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.160.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	3.160.000,00	3.160.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.160.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	282.226,37	0,00	282.226,37	0,00	(282.226,37)
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO	0,00	0,00	282.226,37	0,00	282.226,37	0,00	(282.226,37)
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



MUNICÍPIO DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e	§1°)					F	Página: 2 / 2
		Previsão		Receitas	realizadas		Saldo a realizar
RECEITAS	Previsão Inicial	atualizada(a)	No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	(a - c)
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	26.200.823,60	26.200.917,25	3.819.160,61	14,58	3.819.160,61	14,58	22.381.756,64
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	26.200.823,60	26.200.917,25	3.819.160,61	14,58	3.819.160,61	14,58	22.381.756,64
DEFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL COM DEFICIT (VII) = (V + VI)	26.200.823,60	26.200.917,25	3.819.160,61	14,58	3.819.160,61	14,58	22.381.756,64
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	528.960,90	0,00	0,00	528.960,90	100,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00	528.960,90	0,00	0,00	528.960,90	100,00	0,00

JAILTON PAULEK	JOSE CARLOS ANDREIV	VANDERLEI HOCHMANN
TÉCNICO EM CONTABILIDADE	SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANCAS	CONTROLE INTERNO

HILARIO CZECHOWSKI PREFEITO MUNICIPAL



MUNICÍPIO DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORCAMENTARIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

	Dotação inicial	Dotação atualizada	DESPESAS E	MPENHADAS	Saldo	DESPESAS I	.IQUIDADAS	Saldo	Despesa pagas
DESPESAS	(d)	(e)	No bimestre	Até bimestre (f)	(g) = (e-f)	No bimestre	Até bimestre (h)	(i) = (e-h)	até o bimestre (j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	26.200.823,60	26.729.878,15	4.454.420,46	4.454.420,46	22.275.457,69	2.749.429,71	2.749.429,71	23.980.448,44	1.583.225,5
DESPESAS CORRENTES	21.930.987,10	22.429.041,65	4.029.657,37	4.029.657,37	18.399.384,28	2.664.872,66	2.664.872,66	19.764.168,99	1.499.030,0
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.206.272,90	12.690.123,91	1.664.401,29	1.664.401,29	11.025.722,62	1.664.401,29	1.664.401,29	11.025.722,62	814.714,8
JUROS E ENCARGOS DA DIVÍDA	201.500,00	201.500,00	140.023,00	140.023,00	61.477,00	37.767,89	37.767,89	163.732,11	37.756,3
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.523.214,20	9.537.417,74	2.225.233,08	2.225.233,08	7.312.184,66	962.703,48	962.703,48	8.574.714,26	646.558,8
DESPESAS DE CAPITAL	4.029.836,50	4.060.836,50	424.763,09	424.763,09	3.636.073,41	84.557,05	84.557,05	3.976.279,45	84.195,5
INVESTIMENTOS	3.678.336,50	3.709.336,50	119.734,37	119.734,37	3.589.602,13	1.755,89	1.755,89	3.707.580,61	1.408,7
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	351.500,00	351.500,00	305.028,72	305.028,72	46.471,28	82.801,16	82.801,16	268.698,84	82.786,8
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	240.000,00	240.000,00	0,00	0,00	240.000,00	0,00	0,00	240.000,00	0,0
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	240.000,00	240.000,00	0,00	0,00	240.000,00	0,00	0,00	240.000,00	0,0
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	26.200.823,60	26.729.878,15	4.454.420,46	4.454.420,46	22.275.457,69	2.749.429,71	2.749.429,71	23.980.448,44	1.583.225,5
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Outras Dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Outras Dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	26.200.823,60	26.729.878,15	4.454.420,46	4.454.420,46	22.275.457,69	2.749.429,71	2.749.429,71	23.980.448,44	1.583.225,5
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.069.730,90	1.069.730,90	(1.069.730,90)	2.235.935,0
									-

JAILTON PAULEK

PREFEITO MUNICIPAL

JOSE CARLOS ANDREIV SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS VANDERLEI HOCHMANN

MUNICÍPIO DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU
RELATÓRIO DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020



MUNICÍPIO DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA DEMOSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUB ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

			DES	PESAS EMPENHAL	DAS	SALDO	DE	SPESAS LIQUIDAD	MS	SALDO
FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	No bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)	(c) = (a-b)	No bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)	(e) = (a-d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I))	26.200.823,60	26.729.878,15	4.454.420,46	4.454.420,46	100,00	22.275.457,69	2.749.429,71	2.749.429,71	100,00	23.980.448,44
LEGISLATIVA	1.320.000,00	1.320.000,00	0,00	0,00	0,00	1.320.000,00	0,00	0,00	0,00	1.320.000,00
AÇÃO LEGISLATIVA	1.320.000,00	1.320.000,00	0,00	0,00	0,00	1.320.000,00	0,00	0,00	0,00	1.320.000,00
ADMINISTRAÇÃO	3.110.000,00	3.110.000,00	598.206,51	598.206,51	13,43	2.511.793,49	445.211,58	445.211,58	16,19	2.684.788,42
REPRESENTAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	220.000,00	220.000,00	18.400,00	18.400,00	0,41	201.600,00	18.400,00	18.400,00	0,67	201.600,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.600.000,00	2.600.000,00	534.291,09	534.291,09	11,99	2.065.708,91	381,296,16	381.296,16	13,87	2.218.703,84
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	180.000,00	180.000,00	27.779,94	27.779,94	0,62	152.220,06	27.779,94	27.779,94	1,01	152.220,06
CONTROLE INTERNO	110.000,00	110.000,00	17.735,48	17.735,48	0,40	92.264,52	17.735,48	17.735,48	0,65	92.264,52
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.240.867,50	1.240.867,50	228.657,43	228.657,43	5,13	1.012.210,07	157.186,56	157.186,56	5,72	1.083.680,94
ADMINISTRAÇÃO GERAL	100.000,00	100.000,00	9.600,00	9.600,00	0,22	90.400,00	9.600,00	9.600,00	0,35	90.400,00
ASSISTÊNCIA AO IDOSO	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	200.000,00	200.000,00	25.681,78	25.681,78	0,58	174.318,22	21.866,46	21.866,46	0,80	178.133,54
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	900.867,50	900.867,50	193.375,65	193.375,65	4,34	707.491,85	125.720,10	125.720,10	4,57	775.147,40
PREVIDÊNCIA SOCIAL	850,000,00	1.333.851,01	128.566,73	128.566,73	2,89	1.205.284,28	128.566,73	128.566,73	4,68	1.205.284,28
PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	850,000,00	1.333.851,01	128.566,73	128.566,73	2,89	1,205,284,28	128.566,73	128.566,73	4,68	1.205.284,28
SAÚDE	4.717.610,00	4.762.813,54	877.869,02	877.869,02	19,71	3.884.944,52	642.493,38	642.493,38	23,37	4.120.320,16
ADMINISTRAÇÃO GERAL	120.000,00	120.000,00	11.904,00	11.904,00	0,27	108.096,00	11.904,00	11.904,00	0,43	108.096,00
ATENÇÃO BÁSICA	4.097.610,00	4.141.813,54	825.542,36	825.542,36	18,53	3.316.271,18	590.166,72	590.166,72	21,47	3.551.646,82
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÉUTICO	150.000,00	150.000,00	27.657,38	27.657,38	0,62	122.342,62	27.657,38	27.657,38	1,01	122:342,62
VIGILÂNCIA SANITÂRIA	210.000,00	210.000,00	7.519,11	7.519,11	0,17	202.480,89	7.519,11	7.519,11	0,27	202.480,89
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	140.000,00	141.000,00	5.246,17	5.246,17	0,12	135.753,83	5.246,17	5.246,17	0,19	135.753,83
TRABALHO	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
FOMENTO AO TRABALHO	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30,000,00
EDUCAÇÃO	5.788.780,00	5.843.780,00	1.296.126,79	1.236.126,79	27,75	4.607.653,21	752.471,68	752.471,68	27,37	5.091.308,32
ADMINISTRAÇÃO GERAL	180.000,00	180.000,00	11.904,00	11.904,00	0,27	168.096,00	11.904,00	11.904,00	0,43	168.096,00
ENSINO FUNDAMENTAL	4.398.780,00	4.423.780,00	1.023.572,19	1.023.572,19	22,98	3.400.207,81	547.842,76	547.842,76	19,93	3.875.937,24
ENSINO SUPERIOR	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
EDUCAÇÃO INFANTIL	1.050.000,00	1.080.000,00	200.650,60	200.650,60	4,50	879.349,40	192.724,92	192.724,92	7,01	887.275,08
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	40.000,00
EDUCAÇÃO ESPECIAL	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50,000,00
CULTURA	270.000,00	270.000,00	23.907,04	23.907,04	0,54	246.092,96	22.642,50	22.642,50	0,82	247.357,50
ADMINISTRAÇÃO GERAL	100.000,00	100.000,00	9.600,00	9.600,00	0,22	90.400,00	9.600,00	9.600,00	0,35	90.400,00
PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	170,000,00	170.000,00	14.307,04	14.307,04	0,32	155.692,96	13.042,50	13.042,50	0,47	156.957,50
DIREITOS DA CIDADANIA	50,000,00	50.000,00	3.703,80	3.703,80	0,08	46.296,20	3.703,80	3.703,80	0,13	46.296,20



MUNICÍPIO DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA DEMOSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGUIFIADE SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DES	PESAS EMPENHAL	DAS	SALDO	DE	SPESAS LIQUIDAD	AS	SALDO
FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	INICIAL	ATUALIZADA (a)	No bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)	(c) = (a-b)	No bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)	(e) = (a-d)
JRBANISMO	3,900,820,80	3.931.820,80	307.176,99	307.176,99	6,90	3.624.643,81	113.297,93	113.297,93	4,12	3.818.5
ADMINISTRAÇÃO GERAL	150.000,00	150.000,00	10.380,00	10.380,00	0,23	139.620,00	10.380,00	10.380,00	0,38	139.6
INFRA-ESTRUTURA URBANA	3.254.738,80	3.254.738,80	179.267,43	179.267,43	4,02	3.075.471,37	44.935,95	44.935,95	1,63	3.209
SERVIÇOS URBANOS	496.082,00	527.082,00	117.529,56	117.529,56	2,64	409.552,44	57.981,98	57.981,98	2,11	469.
HABITAÇÃO	80,000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.
HABITAÇÃO URBANA	80,000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	80.
SANEAMENTO	120.000,00	120.000,00	20.000,00	20.000,00	0,45	100.000,00	12.979,32	12.979,32	0,47	107
SANEAMENTO BÁSICO URBANO	120,000,00	120.000,00	20.000,00	20.000,00	0,45	100.000,00	12.979,32	12.979,32	0,47	107
GESTÃO AMBIENTAL	350,000,00	295.000,00	6.896,42	6.896,42	0,15	288.103,58	6.896,42	6.896,42	0,25	288
ADMINISTRAÇÃO GERAL	50,000,00	50.000,00	6.896,42	6.896,42	0,15	43.103,58	6.896,42	6.896,42	0,25	43
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	300,000,00	245.000,00	0,00	0,00	0,00	245.000,00	0,00	0,00	0,00	245
AGRICULTURA	1.020.938,00	1.020.938,00	112.409,02	112.409,02	2,52	908.528,98	97.821,54	97.821,54	3,56	923
ADMINISTRAÇÃO GERAL	150.000,00	150.000,00	13.159,46	13.159,46	0,30	136.840,54	13.159,46	13.159,46	0,48	136
ASSISTÊNCIA AOS POVOS INDÍGENAS	170.000,00	170.000,00	12.661,05	12.661,05	0,28	157.338,95	12.661,05	12.661,05	0,46	157
EXTENSÃO RURAL	610.938,00	610.938,00	86.588,51	86.588,51	1,94	524.349,49	72.001,03	72.001,03	2,62	538
PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	90,000,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90.000,00	0,00	0,00	0,00	90
INDÚSTRIA	140.000,00	109.000,00	9.600,00	9.600,00	0,22	99.400,00	9.600,00	9.600,00	0,35	99
ADMINISTRAÇÃO GERAL	100,000,00	100.000,00	9.600,00	9.600,00	0,22	90.400,00	9.600,00	9.600,00	0,35	90
PROMOÇÃO INDUSTRIAL	40.000,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	
COMÉRCIO E SERVIÇOS	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PROMOÇÃO COMERCIAL	30,000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSPORTE	1.776.807,30	1.806.807,30	355.700,71	355.700,71	7,99	1.451.106,59	189.616,83	189.616,83	6,90	1.617
ADMINISTRAÇÃO GERAL	150.000,00	150.000,00	13.036,72	13.036,72	0,29	136.963,28	13.036,72	13.036,72	0,47	136
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.626.807,90	1.656.807,30	342.663,99	342.663,99	7,69	1.314.143,31	176.580,11	176.580,11	6,42	1.480
DESPORTO E LAZER	340.000,00	340.000,00	20.600,00	20.600,00	0,46	319.400,00	17.631,28	17.631,28	0,64	322
ADMINISTRAÇÃO GERAL	200.000,00	200.000,00	9.600,00	9.600,00	0,22	190.400,00	9.600,00	9.600,00	0,35	190
DESPORTO COMUNITÁRIO	140.000,00	140.000,00	11.000,00	11.000,00	0,25	129.000,00	8.031,28	8.031,28	0,29	131
ENCARGOS ESPECIAIS	825.000,00	825.000,00	525.000,00	525.000,00	11,79	300.000,00	149.310,16	149.310,16	5,43	675
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	550,000,00	550.000,00	445.000,00	445.000,00	9,99	105.000,00	120.517,33	120.517,33	4,38	429
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	240.000,00	240.000,00	80,000,00	80.000,00	1,80	160.000,00	28.792,83	28.792,83	1,05	211
OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	35.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	240.000,00	240.000,00	0,00	0,00	0,00	240.000,00	0,00	0,00	0,00	240
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	240.000,00	240.000,00	0,00	0,00	0,00	240.000,00	0,00	0,00	0,00	240
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL III = (I + II)	26.200.823,60	26.729.878,15	4.454.420,46	4.454.420,46	100,00	22.275.457,69	2.749.429,71	2.749.429,71	100,00	23.980



MUNICÍPIO DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU
RELATÓRIO RESUNIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMOSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

JAILTON PAULEK JOSE CARLOS ANDREIV SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANCAS





MUNICÍPIO DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

RECEITAS DE	ENSINO			
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Caput do art. 212 da constituição)	PREVISÃO	PREVISÃO	RECEITAS RE	EALIZADAS
	INICIAL	ATUALIZADA (a)	Até bimestre (b)	%(c) = (b/a)x100
- RECEITA DE IMPOSTOS	838.295,79	838.295,79	81.277,68	9,7
.1 - Receitas resultantes do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU	46.024,99	46.024,99	162,82	0,3
.1.1 - IPTU	20.608,20	20.608,20	0,00	0,0
1.2 - Multas, juros de mora, dívida ativa e outros encargos do IPTU	25.416,79	25.416,79	162,82	0,6
2 - Receita resultante do imposto sobre transmissão inter vivos - ITBI	125.252,07	125.252,07	33.164,70	26,4
.2.1 - ITBI	114.490,00	114.490,00	33.148,88	28,9
2.2 - Multas, juros de mora, dívida ativa e outros encargos do ITBI	10.762,07	10.762,07	15,82	0,
.3 - Receita resultante do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	140.364,73	140.364,73	12.462,46	8,8
.3.1 - ISS	137.388,00	137.388,00	12.462,46	9,0
.3.2 - Multas, juros de mora, divida ativa e outros encargos do ISS	2.976,73	2.976,73	0,00	0,0
.4 - Receita resultante do imposto de renda retido na fonte - IRRF	526.654,00	526.654,00	35.487,70	6,7
- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONTITUCIONAIS E LEGAIS	20.797.108,51	20.797.108,51	3.342.520,56	16,0
.1 - Cota-parte FPM	12.319.124,00	12.319.124,00	1.976.380,87	16,0
.1.1 - Parcela referenta à CF. art. 159, I, alínea 'b'	11.334.510,00	11.334.510,00	1.976.380,87	17,4
.1.2 - Parcela referenta à CF. art. 159, I, alínea 'd'	984.614,00	984.614,00	0,00	0,0
.1.3 - Parcela referenta à CF. art. 159, I, alínea 'e'	0,00	0,00	0,00	0,0
.2 - Cota-parte ICMS	7.899.810,00	7.899.810,00	1.154.165,60	14,6
.3 - ICMS-Desoneração - LC. nº 87/1996	57.245,00	57.245,00	0,00	0,0
.4 - Cota-parte IPI-Exportação	114.490,00	114.490,00	16.522,50	14,4
5 - Cota-parte ITR	40.071,51	40.071,51	357,02	0,8
6 - Cota-parte IPVA	366.368,00	366.368,00	195.094,57	53,2
.7 - Cota-parte IOF-Ouro (100 %)	0,00	0,00	0,00	0,0
- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1+2)	21.635.404,30	21.635.404,30	3.423.798,24	15,8

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS RI	EALIZADAS
	INICIAL	ATUALIZADA (a)	Até bimestre (b)	%(c) = (b/a)x100
4 - RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	12,53	0,00
5 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	664.042,00	664.042,00	69.200,13	10,42
5.1 - Transferências do salário-educação	286.225,00	286.225,00	37.690,78	13,17
5.2 - Transferências Diretas - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3 - Transferências Diretas - PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4 - Transferências Diretas - PNATE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5 - Outras transferências do FNDE	377.817,00	377.817,00	31.461,69	8,33
5.6 - Aplicação financeira dos recursos do FNDE	0,00	0,00	47,66	0,00
6 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	55,59	0,00
6.1 - Transferências de convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2 - Aplicação financeira dos recursos de convênios	0,00	0,00	55,59	0,00
7 - RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00
9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4+5+6+7+8)	664.042,00	664.042,00	69.268,25	10,43

FUNDEB						
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO	PREVISÃO	RECEITAS REALIZADAS			
	INICIAL	ATUALIZADA (a)	Até bimestre (b)	%(c) = (b/a)x100		
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.962.498,90	3.962.498,90	668.503,89	16,87		
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.266.902,00	2.266.902,00	395.276,12	17,44		
10.2 - Cota-parte ICMS destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.579.962,00	1.579.962,00	230.833,09	14,61		
10.3 - ICMS-Desoneração destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	11.449,00	11.449,00	0,00	0,00		
10.4 - Cota-parte IPI-Exportação destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	22.898,00	22.898,00	3.304,47	14,43		
10.5 - Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB – (20% de ((1.5 – 1.5.5) + 2.5))	8.014,30	8.014,30	71,39	0,89		
10.6 - Cota-parte IPVA destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	73.273,60	73.273,60	39.018,82	53,25		
11 - RECEITAS RECEBIDAS do FUNDEB	2.518.780,00	2.518.780,00	446.784,05	17,74		
11.1 - Transferências de recursos do FUNDEB	2.518.780,00	2.518.780,00	446.658,97	17,73		
11.2 - Complementação da união ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00		
11.3 - Receita de aplicação financeira dos recursos do FUNDEB	0,00	0,00	125,08	0,00		
12 - RESULTADO LIQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10) = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	(1.443.718,90)	(1.443.718,90)	(221.844,92)	15,37		



MUNICÍPIO DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO DOTAÇÃO DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS L	IQUIDADAS
	INICIAL	INICIAL ATUALIZADA (d) Até bimestre (e) %(f) = (e		Até bimestre (e) %(f) = (e/d)x100		%(h) = (g/d)x100
13 - PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.518.780,00	2.518.780,00	470.836,08	18,69	470.836,08	18,6
13.1 - Com educação infantil	550.000,00	550.000,00	145.126,96	26,39	145.126,96	26,3
13.2 - Com ensino fundamental	1.968.780,00	1.968.780,00	325.709,12	16,54	325.709,12	16,5
14 - OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
14.1 - Com educação infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
14.2 - Com ensino fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
AF TOTAL DAG DECREGAG COM FUNDED (40 - 44)	0.540.700.00	0.540.700.00	470 000 00	10.00	470 000 00	10.0

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	Valor
16 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
16.1 - FUNDEB 60%	0,00
16.2 - FUNDEB 40%	0,00
17 - DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	22.529,51
17.1 - FUNDEB 60%	21.651,53
17.2 - FUNDEB 40%	877,98
18 - TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FINDEB (16+17)	22.529,51

INDICADORES DO FUNDEB	
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)	448.306,57
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %	100,54
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11)x 100) %	(0,20)
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %	(0,34)

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE	Valor	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	22.529,51	
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DO EXERCÍCIO	22.529,51	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - D	ESPESAS CUSTE	ADAS COM A RECE	ITA RESULTANTE	DE IMPOSTOS E RE	CURSOS DO FUNDI	ЕВ
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS L	QUIDADAS
		Até bimestre (e)	%(f) = (e/d)x100	Até bimestre (g)	%(h) = (g/d)x100	
22 - EDUCAÇÃO INFANTIL	1.050.000,00	1.080.000,00	200.650,60	18,58	192.724,92	17,84
22.1 - Despesas custeadas com recursos do FUNDEB	550.000,00	550.000,00	145.126,96	26,39	145.126,96	26,39
22.2 - Despesas custeadas com outros recursos de impostos	500.000,00	530.000,00	55.523,64	10,48	47.597,96	8,98
23 - ENSINO FUNDAMENTAL	4.004.738,00	4.029.738,00	855.976,24	21,24	525.281,76	13,04
23.1 - Despesas custeadas com recursos do FUNDEB	1.968.780,00	1.968.780,00	325.709,12	16,54	325.709,12	16,54
23.2 - Despesas custeadas com outros recursos de impostos	2.035.958,00	2.060.958,00	541.791,02	26,29	210.870,54	10,23
23.9 - Dedução de Despesas indevidamente contabilizadas	0,00	0,00	(11.523,90)	0,00	(11.297,90)	0,00
24 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25 - ENSINO SUPERIOR	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27 - OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TIPICAS DE MDE (22+23+24+25+26+27)	5.124.738,00	5.179.738,00	1.056.626,84	20,40	718.006,68	13,86

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	Valor
29 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	(221.844,92)
30 - DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
31 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	22.529,51
32 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	411,45
33 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	291.532,88
34 - CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44 j)	0,00
35 - TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29+30+31+32+33+34)	92.628,92
36 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22+23-35)	625.377,76
37 - PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%	18,27





MUNICÍPIO DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

Página: 3 / 3 RREO - ANEXO 8 (LDB, art.72)

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE								
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPESAS EMPENHADAS				DESPESAS L	IQUIDADAS
PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	INICIAL	INICIAL ATUALIZADA (d)	Até bimestre (e)	%(f) = (e/d)x100	Até bimestre (g)	%(h) = (g/d)x100		
38 - DESPESAS CUSTEADAS COM APL FINAN DE OUTROS RECURSOS DE IMP VINC AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0		
39 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	286.225,00	286.225,00	58.881,40	20,57	8.000,00	2,8		
40 - DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0		
41 - DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	377.817,00	377.817,00	109.094,65	28,87	15.167,10	4,0		
42 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38+ 39 + 40 + 41)	664.042,00	664.042,00	167.976,05	25,30	23.167,10	3,4		
43 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28+42)	5.788.780,00	5.843.780,00	1.224.602,89	20,96	741.173,78	12,6		

RES	TOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ BIMESTRE	CANCELADOS EM 2020 (j)
44 - F	RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	659.671,76	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	30.307,01	37.718,70
46 - (+) INGRESSOS DE RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE (Orçamentário)	446.658,97	37.690,78
47 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	228.672,60	8.000,00
47.1 - Orçamento do Exercício	220.895,10	8.000,00
47.2 - Restos a Pagar	7.777,50	0,00
48 - (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE	125,08	45,59
49 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	248.418,46	67.455,07
50 - (+) Ajustes	0,00	0,00
50.1 - (+) Retenções	0,00	0,00
50.2 - (-) Valores a recuperar	0,00	0,00
50.3 - (+) Outros valores extraorçamentários	0,00	0,00
50.4 - (+) Conciliação Bancária	0,00	0,00
51 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	248.418,46	67.455,07

JAILTON PAULEK	JOSE CARLOS ANDREIV	VANDERLEI HOCHMANN
TÉCNICO EM CONTABILIDADE	SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS	CONTROLE INTERNO

HILARIO CZECHOWSK PREFEITO MUNICIPAL



MUNICÍPIO DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	DDELUGIO DUCAL	PREVISÃO	RECEITAS RE	ALIZADAS
E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	ATUALIZADA (a)	Até o bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	838.295,79	838.295,79	81.277,68	9,7
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	46.024,99	46.024,99	162,82	0,38
IPTU	20.608,20	20.608,20	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora, Divida Ativa e Outros Encargos do IPTU	25.416,79	25.416,79	162,82	0,64
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ITBI	125.252,07	125.252,07	33.164,70	26,48
ITBI	114.490,00	114.490,00	33.148,88	28,95
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	10.762,07	10.762,07	15,82	0,15
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	140.364,73	140.364,73	12.462,46	8,8
ISS	137.388,00	137.388,00	12.462,46	9,0
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	2.976,73	2.976,73	0,00	0,0
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	526.654,00	526.654,00	35.487,70	6,74
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	19.812.494,51	19.812.494,51	3.342.520,56	16,8
Cota-Parte FPM	11.334.510,00	11.334.510,00	1.976.380,87	17,44
Cota-Parte ITR	40.071,51	40.071,51	357,02	0,88
Cota-Parte IPVA	366.368,00	366.368,00	195.094,57	53,25
Cota-Parte ICMS	7.899.810,00	7.899.810,00	1.154.165,60	14,6
Cota-Parte IPI-Exportação	114.490,00	114.490,00	16.522,50	14,43
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	57.245,00	57.245,00	0,00	0,0
Desoneração ICMS (LC 87/96)	57.245,00	57.245,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,0
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	20.650.790,30	20.650.790,30	3.423.798,24	16,5

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPESAS EM	PENHADAS	DESPESAS LI	QUIDADAS	DESPESAS	PAGAS
SAÚDE(ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	INICIAL	ATUALIZADA (c)	Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	3.089.595,10	3.089.595,10	623.711,41	20,19	482.179,93	15,61	254.119,26	8,23
Despesas Correntes	2.995.381,10	2.995.381,10	623.198,70	20,81	481.667,22	16,08	253.968,05	8,48
Despesas de Capital	94.214,00	94.214,00	512,71	0,54	512,71	0,54	151,21	0,16
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	150.000,00	150.000,00	27.657,38	18,44	27.657,38	18,44	13.926,20	9,28
Despesas Correntes	150.000,00	150.000,00	27.657,38	18,44	27.657,38	18,44	13.926,20	9,28
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	192.826,50	192.826,50	7.519,11	3,90	7.519,11	3,90	3.758,81	1,95
Despesas Correntes	181.826,50	181.826,50	7.519,11	4,14	7.519,11	4,14	3.758,81	2,07
Despesas de Capital	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	82.755,00	82.755,00	4.246,17	5,13	4.246,17	5,13	2.122,29	2,56
Despesas Correntes	82.755,00	82.755,00	4.246,17	5,13	4.246,17	5,13	2.122,29	2,56
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (Apoio Administrativo/Manutenção) (X)	120.000,00	120.000,00	11.904,00	9,92	11.904,00	9,92	5.952,00	4,96
Despesas Correntes	115.000,00	115.000,00	11.904,00	10,35	11.904,00	10,35	5.952,00	5,18
Despesas de Capital	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL $(XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)$	3.635.176,60	3.635.176,60	675.038,07	18,57	533.506,59	14,68	279.878,56	7,70

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	675.038,07	533.506,59	279.878,5
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	139.816,33	139.816,33	139.816,3
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,0
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,0
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	535.221,74	393.690,26	140.062,2
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			513.569,7
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)			513.569,7
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	21.652,00	(119.879,48)	(373.507,51
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	(119.879,48)	(373.507,5
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Le i Orgânica Municipal)			11,5



MUNICÍPIO DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

Página: 2 / 3

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO	LIMITE NÃO CUMPRIDO						
CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS	Saldo inicial (no exercicio atual)	Despesas cust	eadas no exercício	de referência	Saldo final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))		
RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	(h)	Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	(1) = (11 - (1 00)))		
Diferença de limite não cumprido em 2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

	EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínino (o) = (n - m), se < 0 ,então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP inscrito indevidamente no exercicio sem disponibilidade financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no limite (r) = (p - (o + q)) se <0 então (r)=(0)	pagos	Total de RP a pagar (t)	Total RP cancelado ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelado (v) = ((o + q) - u)	
Empenhos de 2020	513.569,74	877.869,02	364.299,28	0,00	139.816,33	0,00	30.879,42	0,00	0,00	504.115,61	

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)	0,00	
TOTAL DOS DESTOS A DAÇAD CANCELADOS OLIDESCRITOS ATÉ O SINAL DO EVEDÇÍCIO ANTEDIOD OLIS ASETADAM O CLIMPRIMENTO DO LIMITE (VVII)	0.00	

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)								
"CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS								
CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE	Saldo inicial (w)	Despesas cust	teadas no exercício	de referência	Saldo final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))			
CAIXA CONFORME ARTIGO 24 § 1° e 2° DA LC 141/2012	(w)	Empenhadas	Liquidadas	Pagas	(aa) = (w - (x ou y))			

Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2020 a compensar (XXIV)	XXIV)		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS (XXVII)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPU	TARAC		T		RECEITA	S REALIZADAS
NO CÁLCULO DO MÍNIMO			PREVISÃO ATUALIZADA (a)		Até o bimestre (l	
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)		991.483,40		991.483,40	124.096	,09 12,52
Proveniente da União		922.789,40		922.789,40	105.929	,09 11,48
Proveniente dos Estados		68.694,00	1	68.694,00	18.167	.00 26,45

RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX) OUTRAS RECEITAS (XXX)
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX

	DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO											
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPESAS EM	PENHADAS	DESPESAS LI	QUIDADAS	DESPESAS	PAGAS				
CÁLCULO DO MÍNIMO	INICIAL	ATUALIZADA (c)	Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100				
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	1.008.014,90	1.052.218,44	201.830,95	19,18	107.986,79	10,26	69.965,83	6,65				
Despesas Correntes	1.008.014,90	1.052.218,44	201.830,95	19,18	107.986,79	10,26	69.965,83	6,65				
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	17.173,50	17.173,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
Despesas Correntes	17.173,50	17.173,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	57.245,00	58.245,00	1.000,00	1,72	1.000,00	1,72	1.000,00	1,72				
Despesas Correntes	37.245,00	38.245,00	1.000,00	2,61	1.000,00	2,61	1.000,00	2,61				
Despesas de Capital	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	1.082.433,40	1.127.636,94	202.830,95	17,99	108.986,79	9,67	70.965,83	6,29				

MUNICÍPIO DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

Página: 3 / 3

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)								
DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPESAS EM	PENHADAS	DESPESAS LI	QUIDADAS	DESPESAS	PAGAS
COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	INICIAL	ATUALIZADA (c)	Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	4.097.610,00	4.141.813,54	825.542,36	19,93	590.166,72	14,25	324.085,09	7,82
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	150.000,00	150.000,00	27.657,38	18,44	27.657,38	18,44	13.926,20	9,28
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	210.000,00	210.000,00	7.519,11	3,58	7.519,11	3,58	3.758,81	1,79
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	140.000,00	141.000,00	5.246,17	3,72	5.246,17	3,72	3.122,29	2,2
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	120.000,00	120.000,00	11.904,00	9,92	11.904,00	9,92	5.952,00	4,96
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	4.717.610,00	4.762.813,54	877.869,02	18,43	642.493,38	13,49	350.844,39	7,37
(-) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0

JAILTON PAULEK JOSE CARLOS ANDREIV VANDERLEI HOCHMANN TÉCNICO EM CONTABILIDADE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS CONTROLE INTERNO

HILARIO CZECHOWSKI

PREFEITO MUNICIPAL



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9º REGIÃO
PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA-PR

RECOMENDAÇÃO nº. 2058.2020

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA - PR, pelos Procuradores do Trabalho que ao final assinam, com fundamento nos artigos 6º, 7º, 8º, 127 e 129 III CF/188, arts. 6º XX da LC 75/93, 27 PU IV da Lei n. 8625/93, art. 4 §2º da lei 9.615, lei 8.080, LACP, CLT e CDC, nos autos do procedimento promocional nº 67 2020 e:

CONSIDERANDO que em 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou estado de pandemia em razão de niveis alarmantes de contaminação e gravidade do coronavirus, causador de doenças como a COVID-19, bem como em razão do alarmante nivel de inação diante da

CONSIDERANDO que em visita à China em 24 de fevereiro de 2020, a OMS declarou que o país adotou uma das mais antigas estratégias para

thttps://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200311-sitrep-51-cor 19.pdf?sfyrsn=1ba62e57 10. acesso em 15 de marco de 2020.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9º REGIÃO
PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA-PR

controle de doenças contagiosas e colocou em prática um dos mais **ambiciosos ágeis e agressivos** planos de atuação para contenção de doenças na história.²

CONSIDERANDO que o Dr. Bruce Aylward, chefe da comitiva da OMS que acompanha a situação da pandemia na China, explicou que o combate ao virus exige medidas agressivas como bloqueios, quarentenas, isolamentos e testes mandatórios. ² e que a velocidade na tomada de decisões é fundamental.

CONSIDERANDO que medidas drásticas como essas adotadas na China estão sendo adotadas em todo o mundo: com 100 milhões de pessoas em quarentena, países europeus anunciam série de medidas restritivas para conter pandemia no continente. Governos limitam a livre circulação de cidadãos e fecham

CONSIDERANDO que o Brasil também já alcançou o quarto (e mais grave) cenário de transmissão do coronavírus, o cenário de transmissão comunitária⁴, em São Paulo e no Rio de Janeiro. De acordo com a OMS, é necessário reduzir o número de casos, diminuír a transmissão e o sunto comunitário. O Ministério da Saúde recomendou, para áreas com transmissão comunitária/sustentada, a redução de deslocamentos para o trabalho; incentiva que reuniões sejam realizadas virtualmente, que viagens não essenciais (avalidadas pele empresa) sejam adiadas/canceladas e que, quando possível, deva se realizar o

²https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/transcripts/joint-mission-press-conference script-enelish-final.pdf?sfwsn=51c90b9e 2 . acesso em 15 de marco de 2020.

³https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/transcripts/joint-mission-pre script-english-final.pdf?sfvrsn=51c90b9e_2, acesso em 15 de março de 2020.

https://www.dw.com/pt-br/europa-intensifica-guerra-contra-o-coronav%C3%ADrus/a-527839 acesso em 15 de março de 2020.

⁵https://www.who.int/publications-detail/critical-preparedness-readiness-and-response-actions-focovid-19, acesso em 15 de março de 2020.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9º REGIÃO
PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA-PR

trabalho de casa (home office). Adotar horários alternativos para evitar períodos de pico também é uma das medidas recomendadas pelo Ministério da Saúde aos Estarlos⁶

CONSIDERANDO que o CNMP editou em a NOTA TÉCNICA CONJUNTA Nº 1/2020 - CESICNMP/1* CCR, com a determinação de atuação coordenada, com o protagonismo das unidades e ramos do Ministério Público, para o acompanhamento das ações realizadas pela Vigilância em Saúde, em todos os nivaie:

CONSIDERANDO que a Procuradoria Geral do Trabalho editou as notas técnicas 02 e 03 de 2020 com a determinação de observância do papel de toda a sociedade no esforço conjunto de conter a disseminação da doença (COVID-19). Tomas-e imperioso relembrar que no Brasil a Lei Orgânica da Saúde - Lei r^o 8.080/90 prevé que a saúde é direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício (art. 2º, caput). Porém, também deixa claro que o dever do Estado "não exclui o das pessoas, da familia, das empresas e da sociedade" (§ 2º). No mesmo sentido é a NOTA TÉCNICA CONJUNTA Nº 1/2020 - CES/CNMIP/1º CCR, do Conselho Nacional do Ministério Público.

CONSIDERANDO, por fim, ser DEVER do MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO a defesa intransigivel dos interesses sociais e individuais indisponíveis (127 CRFB/88), nele compreendido o do resguardo à saúde do trabalhador (art, 6° c/c 7°, XXII da CRFB/88), bem como ser DEVER das empresas exercer sua atividade econômica fundada na valorização do trabalho humano e assegurando a todos existência digna (art 170 da CRFB/88),

4 https://www.saude.gov.br/notkias/agencia-saude/46540-saude-anuncia-orientacoes-para-evitar-a



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9º REGIÃO
PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA-PR

EXPEDE a presente RECOMENDAÇÃO para que todas as EMPRESAS (art. 966 do Código Civil) nas cidades de Antônio Olinto, Bituruna, Campina do Simão, Candói, Cantagalo, Cruz Machado, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Fernandes Pinheiro, Foz do Jordão, General Carmeiro, Goioxim, Guamiranga, Guaraniaçu, Guarapuava, Imbituva, Inácio Martins, Irati, Laranjeiras do Sul, Mallet, Marquinho, Nova Laranjeiras, Paula Freitas, Paulo Frontin, Pinhão, Porto Barreiro, Porto Vitória, Prudentópolis, Quedas do Iguaçu, Rebouças, Reserva do Iguaçu, Rio Azul, Rio Bonito do Iguaçu, São Mateus do Sul, Teixeira Soares, Turvo, União da Vitória e Virmond, <u>Imediatamente</u>, ADOTEM todas as medidas necessárias para reduzir a circulação, a aglomeração de pessoas e a contaminação comunitária em especial:

I. Preferencialmente SUBSTITUAM a exigência de presença física de seus empregados pela utilização de ferramentas de TELETRABALHO (art. 6º da CLT, or, espeitado o princípio de inalterabilidade contratual lesiva previsto no art. 488 da CLT, ou, subsidiariamente, INTERROMPAM os contratos de trabalho, proibida a dispensa sem justa causa (art. 471 da CLT) e mantido o pagamento de salários, o cómputo de tempo de serviço e o retorno ao trabalho imediatamente após o período de interrupção, nos termos do art. 61 §3º da CLT. Com o retorno ao trabalho, a duração da jornada poderá ser prorrogada pelo tempo necessário até o máximo de 2 (duas) horas, durante o número de dias indispensáveis à recuperação do tempo perdido, desde que não exceda de 10 (dez) horas diárias, em período não superior a 45 (quarenta e cinco) dias por ano, sujeita essa recuperação à prévia autorização da autoridades commentes

II. Subsidiariamente, INTERROMPAM contratos de trabalho de empregados considerados em grupos populacionais mais vulneráveis, tais como maiores de 60 anos, portadores de doenças crônicas, imunocomprometidos e cestantes, probibíd a dispensa sem justa causa (art. 471 da CLT) e mantido o



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9º REGIÃO PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA-PR

pagamento de salários, o cômputo de tempo de serviço e o retorno ao trabalho imediatamente após o período de interrupção, nos termos do art. 61 §3º da CLT. Com o retorno ao trabalho, a duração da jornada poderá ser prorrogada pelo tempo necessário até o máximo de 2 (dua) horas, durante o número de dias indispensáveis à recuperação do tempo perdido, desde que não exceda de 10 (dez) horas diárias, em período não superior a 45 (quarenta e cinco) dias por ano, sujeita essa recuperação à prévia autorização da autoridade competente.

III. Em casos de comprovada impossibilidade de substituição da presença física de seus empregados pela utilização de ferramentas de TELETRABALHO ou INTERRUPÇÃO do contrato de trabalho (serviços mínimos de e necessidades sociais impreteríveis como, por exemplo, assistência médica e hospitalar, produção de alimentos e medicamentos), REDUZAM a jornada de trabalho SEM REDUZIR o salário, para diminuir o número de empregados a cada tumo, o número de empregados em deslocamento simultâneo, a superiotação do transporte coletivo e assim permitir o cuidado de crianças em momento de

IV. Em casos comprovadamente excepcionais, eventual redução de salários deverá ser proporcional à redução da jornada, com prazo certo, não excedente de 3 (três) meses, prorrogável, nas mesmas condições, se ainda indispensável, e sempre de modo que a redução do salário mensal resultante não seja superior a 25% (vinte e cinco por cento) do salário contratual, respelada o salário-mínimo e reduzidas proporcionalmente a remuneração e as gratificações de operentes e diretores, conforme art. 503 da CLT el ei n. 4.923/ISS.

V. Em casos de comprovada impossibilidade de substituição da presença física de seus empregados pela utilização de ferramentas de TELETRABALHO ou INTERRUPÇÃO do contrato de trabalho (serviços mínimos de necessidades sociais impretiveis como, por exemplo. assistência médica e



MINISTERIO PUBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9º REGIÃO
PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA-PR

hospitalar, produção de alimentos e medicamentos), PROVIDENCIEM um meio ambiente do trabalho hígido, saudável e seguro, em especial com o atendimento integral de todas as medidas sanitárias determinadas pelos órgãos de saúde pública e por Planos de Contingência do Estado do Paraná e dos respectivos municípios.

VI. Em casos de comprovada impossibilidade de substituição da presença física de seus empregados pela utilização de ferramentas de TELETRABALHO ou INTERRUPÇÃO do contrato de trabalho (serviços mínimos de necessidades sociais impreteríveis como, por exemplo, assistência médica e hospitalar, produção de alimentos e medicamentos), PROVIDENCIEM meios de transporte para deslocamentos INDIVIDUAIS aos empregados para diminuir a utilização de veículos coletivos, conforme Lei n. 7.418/85, Decreto 95.247/87 e Súmula 480 do Tribunal Superior do Trabalho.

VII. Comprovada a impossibilidade de cumprimento da presente recomendação e promovida a dispensa do empregado por força maior, DEVEM SER PAGOS o saldo salarial do mês, o 13º vencido e proporcionals, as férias vencidas e proporcionais (inclusive a dobra), bem como o terço adicional, o aviso prévio, nos termos da Súmula 44 do Tribunal Superior do Trabalho e eventuais multas por atraso no pagamento da rescisão. Serão devidas, pela metade, as indenizações dos artigos 477, 478, 496, todos da CLT, tem como a multa sobre os depósitos do FGTS, conforme art. 502 da CLT e 18, §2º da Lei n. 8.036/90.

EXPEDE a presente RECOMENDAÇÃO para que todas as CENTRAIS SINDICAIS, CONFEDERAÇÕES, FEDERAÇÕES e SINDICATOS PROFISSIONAIS com base territorial nas cidades de Antônio Olinto, Bituruna, Campina do Simão, Candól, Cantagalo, Cruz Machado, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Fernandes Pinheiro, Foz do Jordão, General Carreiro, Goloxím, Guamiranga, Guarraniaçu, Guarapuava, Imbituva, Inácio Martins, Irati, Laranjeiras do Sul, Mallet, Marquinho, Nova Laranjeiras, Paula Freitas, Paulo Frontín, Pinhão, Porto



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9º REGIÃO PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA-PR

Barreiro, Porto Vitória, Prudentópolis, Quedas do Iguaçu, Rebouças, Reserva do Iguaçu, Rio Azul, Rio Bonito do Iguaçu, São Mateus do Sul, Teixeira Soares, Turvo, União da Vitória e Virmond, <u>imediatamente</u>:

DEFENDAM o direito de resistência dos trabalhadores (jus resistentiae) ante alterações contratuais lesivas, com a manutenção integral de seu contrato de trabalho, se necessário desobedecerem ordens contrárias à lei, à segurança, à saúde e ao bem-estar, conforme previsto no art. 13 da Convenção 155 e no art. 18 da Convenção 170, ambas da Organização Internacional do Trabalho, bem como nos itens 9.6.3 e 31.3.5 'd' das Normas Regulamentadoras do Trabalho.

II. ATUEM em casos de AMEAÇAS DE DISPENSA EM MASSA, por força do direito fundamental social à participação obrigatória dos sindicatos nas negociações coletivas, que também se atrela à malha protetiva da condição humana dos trabalhadores estabelecida na Constituição da República de 1988, a emolver a dignidade da pessoa humana (art. 1º III), a valorização social do trabalho (art. 1º VI), a função social da propriedade (art. 5º XXIII; art. 170 VIII), o direito ao trabalho (art. 183).

III. DENUNCIEM ao Ministério Público do Trabalho quaisque

Encaminhe-se, também, a presente recomendação aos Sindicatos Patronais, bem como aos representantes legais dos municípios, Vigilâncias Sanilárias e GRTEs da área de abrangência da PTM de Guarapuava para viabiliza a ampla ciência das empresas da região.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9º REGIÃO PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA-PR

Providencie-se a ampla divulgação nos canais de comunicação do Ministério Rúblico do Trabalho

ALINE RIEGEL NILSON

LINCOLN ROBERTO NOBREGA CORDEIRO



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU

AVENIDA BRASÍLIA, 551- FONE (046) 3553-1484

5.465-000 - ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU - PARAN

DECRETO Nº. 013 DATA: 20/03/2020

Súmula: DISPÓE SOBRE A ALTERAÇÃO E NOMEAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - CMDM DO MUNICÍPIO DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Espigão Alto do Iguaçu, Estado do Paraná, Sr. Hilário Czechowski, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor,

DECRETA

Art. 1º. Ficam alterados e nomeados para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM, do município de Espigão Alto do Iguaçu, sendo os secuintes membros para o Triênio 2020/2023:

§ 1º- Membros Governamentais:

Órgão/Departamento	Representante	Função
0	Marlene dos Santos Bonella	Titular
Secretaria de Educação	Ana Lucia Piacecki	Suplente
CRAS	Blanca Consuelo Giraldi	Titular
Secretaria de Saúde	Juliane Bento da Rosa	Suplente





PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU CNPI-MF 01.612.634/0001-68

AVENIDA BRASÍLIA, 551- FONE (046) 3553-1484

85,465-000 - ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU - PAR

§ 2º – Membros da Sociedade Civ

Segmento/Instituição	Representante	Função
	Roseli Ap.ª Prado Guimarães	Titular
II/: PAIE/DDE	Edite do Carmo de Andrade	Suplente
Usuários PAIF/PBF	Juliana Tays Fin	Titular
	Marilene Borges	Suplente
D #1 D #1	Iolanda da Rosa	Titular
Partido Político	Raquel Andreiv	Suplente
APMF – Escola Municipa	Janilce Gonçalves de Azevedo	Titular
Monteiro Lobato	Evanildo de Oliveira	Suplente

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir desta data, revogadas as disposições er contrário

GABINETE DO PREFEITO, EM 20 DE MARÇO DE 202

HILÁRIO/OZECHOWSKI



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUACU CNP-MF 01.612.63400001-68

AVENIDA BRASÍLIA, 551 - FONE: (46) 3553-1484

85.465-000 - ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU - PARANÁ

PORTARIA Nº 045/2020 DATA: 19/03/2020

Súmula: Concede Licença Gestante

O Prefeito Municipal de Espigão Alto do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei

RESOLVE

Art. 1°. – Conceder Licença Gestante à servidora SIMONE BARBIERI (59665), pelo período de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos retroativos a 16 de março de 2020.

Art. 3°. - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU, EM 19 DE MARÇO DE 2020.

IILARIO CZECHOWSKI



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUACU CNP1-MF 01.612-631-0001-68

AVENIDA BRASÍLIA, 551 - FONE - FAX (46) 3553-1484 465-000 - ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU - PA

PORTARIA Nº 046/2020 DATA: 19/03/2020

Súmula: Prorroga Licença Gestan

O Prefeito Municipal de Espigão Alto do Iguaçu, Estado do Paraná, no o de suas atribuições que lhe são conferidas por lei

RESOLVE

Art. 1º. – Prorrogar por mais 60 (sessenta dias) a Licença Gestante concedida à servidora SIMONE BARBIERI (59665), conforme requerimento solicitando prorrogação, com base na Lei nº.505 de 03 de março de 2011.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir desta data.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrár

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU, EM 19 DE MARÇO DE 2020.

HILARIO CZECHOWSKI Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUACU CNPI-MF 01.612.634/0001-68

AVENIDA BRASILIA, 551 - FONE - FAX (46) 3553-1484

85.465-000 - ESPIGÃO ALTO DO IGUACU - PARAN

PORTARIA Nº 047/2020 DATA: 19/03/2020

Súmula: Concede Gratificação ao servidor que abaixo menciona

O Prefeito Municipal de Espigão Alto do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei

RESOLVE

Art. 1º. – Conceder Gratificação pela Execução de Trabalho de Natureza Especial com Risco a Saúde de 20% (vinte por cento), ao servidor EVANDRO CARLOS ROHDEN (59656).

Art. 2°. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir desta data.

Art. 3°. - Revogam-se as disposições em contrário

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU, EM 19 DE MARÇO DE 2020.

HILARIO CZECHOWSKI Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUACU CNPJ-MF 01.612.634/0001-68

AVENIDA BRASÍLIA, 551 - FONE: (46) 3553-1484 165-000 - ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU -

DATA: 20/03/2020

Súmula: Concede Regime Suplementar às servidoras que abaixo menciona.

O Prefeito Municipal de Espigão Alto do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas tribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder Regime Suplementar, às servidoras ocupantes de cargo de ovimento efetivo de professora, abaixo relacionadas.

MATRIC.	NOME	HOR
59643	ADRIANA PATRICIA F. DA SILVA	28
7681	ANTONIA MENDES	24
9101	JANAINA BRUSTOLIN RIBEIRO	16
9181	MARCIA REGINA B. KASMIERCZAK	04
9171	MARILENE DA ROCHA MARTELI	08
8261	MARISTELA KRASSOSKI KERBER	28
59649	ROSILENE NARDO PIASECKI CHAVES	20
59646	SABRINA PAVAN	08
5621	TEREZINHA VOGLER C. PIECAUA	28

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus ĉeitos financeiros a partir desta data.

Art. 3º. - Revogam-se as disposições em contrário

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU, EM 20 DE MARÇO DE 2020.

HILARIO CZECHOWSKI

- PUBLICAÇÃO OFICIAL -





CONSOLIDADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
BALANÇO ORÇAMENTÂRIO - DESPESA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

Página: 1 /

IREO - Anexo 1	(LRF, Art.	52, inciso I,	alineas 'a'	e "b"	do inciso	ll e §1°

П		Dotação inicial	Dotação atualizada	DESPESAS E	MPENHADAS	Saldo	DESPESAS L	IQUIDADAS	Saldo	Despesa pagas até o bimestre
	DESPESAS	(d)	(e)	No bimestre	Até bimestre (f)	(g) = (e-f)	No bimestre	Até bimestre (h)	(i) = (e-h)	0
	DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	25.138.880,00	25.138.880,00	4.510.015,84	4.510.015,84	20.628.864,16	3.461.772,47	3.461.772,47	21.677.107,53	1.658.505,83
	DESPESAS CORRENTES	22.656.230,00	22.649.730,00	3.000.149,96	3.000.149,96	19.649.580,04	1.951.906,59	1.951.906,59	20.697.823,41	1.315.542,71
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11.269.100,00	11.269.100,00	1.438.460,55	1.438.460,55	9.830.639,45	1.437.248,64	1.437.248,64	9.831.851,36	801.435,88
1	JUROS E ENCARGOS DA DIVÍDA	200.000,00	200.000,00	25.486,46	25.486,46	174.513,54	25.486,46	25.486,46	174.513,54	25.486,46
1	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.187.130,00	11.180.630,00	1.536.202,95	1.536.202,95	9.644.427,05	489.171,49	489.171,49	10.691.458,51	488.620,37
	DESPESAS DE CAPITAL	2.352.650,00	2.359.150,00	1.509.865,88	1.509.865,88	849.284,12	1.509.865,88	1.509.865,88	849.284,12	342.963,12
-	INVESTIMENTOS	651.500,00	658.000,00	0,00	0,00	658.000,00	0,00	0,00	658.000,00	0,00
-	INVERSÕES FINANCEIRAS	1.461.150,00	1.461.150,00	1.461.150,00	1.461.150,00	0,00	1.461.150,00	1.461.150,00	0,00	294.247,24
-	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	240.000,00	240.000,00	48.715,88	48.715,88	191.284,12	48.715,88	48.715,88	191.284,12	48.715,88
-	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	130.000,00	130.000,00	0,00	0,00	130.000,00	0,00	0,00	130.000,00	0,00
1	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	130.000,00	130.000,00	0,00	0,00	130.000,00	0,00	0,00	130.000,00	0,00
1	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	1.192.000,00	1.192.000,00	154.735,34	154.735,34	1.037.264,66	154.735,34	154.735,34	1.037.264,66	89.251,90
1	SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	26.330.880,00	26.330.880,00	4.664.751,18	4.664.751,18	21.666.128,82	3.616.507,81	3.616.507,81	22.714.372,19	1.747.757,73
	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Amortização da Divida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-	Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
١	Outras Dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-	Amortização da Divida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1	Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ı	Outras Dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	26.330.880,00	26.330.880,00	4.664.751,18	4.664.751,18	21.666.128,82	3.616.507,81	3.616.507,81	22.714.372,19	1.747.757,73
	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	224.820,08	224.820,08	(224.820,08)	2.093.570,16
I	TOTAL COM SUPERAVIT (XIV) = (XII + XIII)	26.330.880,00	26.330.880,00	4.664.751,18	4.664.751,18	21.666.128,82	3.841.327,89	3.841.327,89	22.489.552,11	3.841.327,89



CONSOLIDADO
RELATÓRIO RESUNIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO: DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS
ORÇAMENTÓ FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

gina: 1 / 1

EO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alineas "a" e "b" do inciso II e §1º

	Dotação inicial	Dotação atualizada	DESPESAS EMPENHADAS		Saldo	DESPESAS LIQUIDADAS		Saldo	Despesa pagas até o bimestre	
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	(d)	(e)	No bimestre	Até bimestre (f)	(g) = (e-f)	No bimestre	Até bimestre (h)	(i) = (e-h)	0	
DESPESAS CORRENTES (I)	1.192.000,00	1.192.000,00	154.735,34	154.735,34	1.037.264,66	154.735,34	154.735,34	1.037.264,66	89.251,90	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.192.000,00	1.192.000,00	154.735,34	154.735,34	1.037.264,66	154.735,34	154.735,34	1.037.264,66	89.251,90	
JUROS E ENCARGOS DA DIVÍDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II)	1.192.000,00	1.192.000,00	154.735,34	154.735,34	1.037.264,66	154.735,34	154.735,34	1.037.264,66	89.251,90	
SUPERÁVIT (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (V) = (III + IV)	1.192.000,00	1.192.000,00	154.735,34	154.735,34	1.037.264,66	154.735,34	154.735,34	1.037.264,66	89.251,90	



CONSOLIDADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

Página: 1 / 2

		Previsão		Receitas	realizadas		Saldo a realizar
RECEITAS	Previsão Inicial	atualizada(a)	No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	(a - c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	26.203.980,00	26.203.980,00	3.841.327,89	14,66	3.841.327,89	14,66	22.362.652,11
RECEITAS CORRENTES	26.203.980,00	26.203.980,00	3.841.327,89	14,66	3.841.327,89	14,66	22.362.652,11
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	748.000,00	748.000,00	63.576,62	8,50	63.576,62	8,50	684.423,38
IMPOSTOS	693.000,00	693.000,00	61.422,25	8,86	61.422,25	8,86	631.577,75
TAXAS	55.000,00	55.000,00	2.154,37	3,92	2.154,37	3,92	52.845,63
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	1.840.050,00	1.840.050,00	313.115,41	17,02	313.115,41	17,02	1.526.934,59
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.840.050,00	1.840.050,00	313.115,41	17,02	313.115,41	17,02	1.526.934,59
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	71.330,00	71.330,00	7.677,27	10,76	7.677,27	10,76	63.652,73
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALORES MOBILIÁRIOS	71.330,00	71.330,00	7.677,27	10,76	7.677,27	10,76	63.652,73
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO INTANGÍVEL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CESSÃO DE DIREITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	50.000,00	50.000,00	4.171,36	8,34	4.171,36	8,34	45.828,64
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	22.600,00	22.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.600,00
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS	600,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	23.472.000,00	23.472.000,00	3.452.787,23	14,71	3.452.787,23	14,71	20.019.212,77
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS	14.675.000,00	14.675.000,00	1.912.730,39	13,03	1.912.730,39	13,03	12.762.269,61
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO	7.149.000,00	7.149.000,00	1.238.624,09	17,33	1.238.624,09	17,33	5.910.375,91
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	48.000,00	48.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES	1.600.000,00	1.600.000,00	301.432,75	18,84	301.432,75	18,84	1.298.567,25
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS PROVENIENTES DE DEPÓSITOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
BENS, DIREITOS E VALORES INCORPORADOS AO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS PROVENIENTES DE DEPÓSITOS	1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
•	•			•			



CONSOLIDADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

Página: 2 /

		Previsão		Receitas	realizadas		Saldo a realizar	
RECEITAS	Previsão Inicial	atualizada(a)	No bimestre (b)	No bimestre (b) % (b/a)		% (c/a)	(a - c)	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,	
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,	
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,	
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,	
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,	
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	26.203.980,00	26.203.980,00	3.841.327,89	14,66	3.841.327,89	14,66	22.362.652,	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,	
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,	
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,	
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,	
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,	
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	26.203.980,00	26.203.980,00	3.841.327,89	14,66	3.841.327,89	14,66	22.362.652	
DEFICIT (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,	
TOTAL COM DEFICIT (VII) = (V + VI)	26.203.980,00	26.203.980,00	3.841.327,89	14,66	3.841.327,89	14,66	22.362.652	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,	
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	
SUPERÁVIT FINANCEIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,	



CONSOLIDADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RREO – Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

Página: 1/ 1

		Previsão		Receitas	realizadas		Saldo a realizar	
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	atualizada(a)	No bimestre (b)	% (b/a)	Até o bimestre (c)	% (c/a)	(a - c)	
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DÉFICIT (IV)	1.192.000,00	1.192.000,00	154.735,34		154.735,34		0,00	
TOTAL(V) = (III + IV)	1.192.000,00	1.192.000,00	154.735,34	12,98	154.735,34	12,98	0,00	



CONSOLIDADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2020

Página: 1 /1

R\$ 1,00

IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	REGISTROS EFETUADOS EM 2020			
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	(a)	No bimestre	Até o bimestre (b)		
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00		
Ativos Contabilizados na SPE	0,00	0,00	0,00		
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00	0,00		
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00		
Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00		
Outros Passivos	0,00	0,00	0,00		
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00	0,00		
Obrigações Contratuais	0,00	0,00	0,00		
Riscos não Provisionados	0,00	0,00	0,00		
Garantias Concedidas	0,00	0,00	0,00		
Outros Passivos Contigentes	0,00	0,00	0,00		

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes (I) Das Estatais Não-dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPP A CONTRATAR (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (III)	24.521.858,42	3.837.741,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (IV = I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V = IV / III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota:

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PORTO BARREIROPREV
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
01/2020 À 12/2020 Página: 1 / 1

RREO - ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1°, inciso II)

PLANO PREVIDENCIÁRIO

Conjunto de informações em tempo real, atualizados até 23/03/2020 08:26



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PORTO BARREIROPREV RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

	JANEIRO A FEVI	EREIRO DE 2020			
RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)				Página: 1 / 3	
	PLANO PREVIDENCIÁR	10			
	PREVISÃO INICIAL		RECEITAS REALIZADAS		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS		PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre Exercício	Até o Bimestre Exercício Anterior	

	PLANO PREVIDENCIÁR	10		
			RECEITAS F	EALIZADAS
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre Exercício	Até o Bimestre Exercício Anterior
RECEITAS CORRENTES (I)	1.873.100,00	1.873.100,00	316.725,16	240.384,6
Receita de Contribuições dos Segurados	697.950,00	697.950,00	118.768,14	91.699,
Civil	697.950,00	697.950,00	118.768,14	91.699,
Ativo	697.950,00	697.950,00	118.768,14	91.699,
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,
Militar	0,00	0,00	00,00	0,
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,
Receita de Contribuições Patronais	1.142.100,00	1.142.100,00	194.347,27	147.915,
Civil	1.142.100,00	1.142.100,00	194.347,27	147.915,
Ativo	1.142.100,00	1.142.100,00	194.347,27	147.915,
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,
Militar	0,00	0,00	00,00	0,
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,
Inativo	0,00	0,00	0,00	0.
Pensionista	0,00	0,00	00,00	0.
Receita Patrimonial	33.050,00	33.050,00	3.609,75	770.
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	00,00	0.
Receitas de Valores Mobiliários	33.050,00	33.050,00	3.609,75	770.
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0.
Receita de Serviços	0,00	0,00	00,00	0.
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0.
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)1	0,00	0,00	0,00	0,
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0.
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00	0.
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0.
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	1 873 100 00	1 873 100 00	316 725 16	240 384

			DESPESAS E	MPENHADAS	DESPESAS	LIQUIDADAS
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre Exercício	Até o Bimestre Exercício Anterior	Até o Bimestre Exercício	Até o Bimestre Exercício Anterior
ADMINISTRAÇÃO (V)	126.900,00	126.900,00	9.060,00	3.800,00	9.060,00	3.800,00
Despesas Correntes	116.900,00	116.900,00	9.060,00	3.800,00	9.060,00	3.800,00
Despesas de Capital	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (VI)	1.873.100,00	1.873.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Beneficios - Civil	1.873.100,00	1.873.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	373.100,00	373.100,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Beneficios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Beneficios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Beneficios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VII) = (V + VI)	2.000.000,00	2.000.000,00	9.060,00	3.800,00	9.060,00	3.800,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII) ²	(126.900,00)	(126.900,00)	307.665,16	236.584,64	307.665,16	236.584,64

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORCAMENTÁRIA					
VALOR	0,00					
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORCAMENTÁRIA					
VALOR	0,00					

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
---	--------------------

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PORTO BARREIROPREV RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

	JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020
RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)	Página: 2 / 3
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	APORTES REALIZADOS

		PERÍODO DE	REFERÊNCIA
	BENS E DIREITOS DO RPPS	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO ANTERIOR
	Caixa e Equivalentes de Caixa	319.294,74	0,00
	Investimentos e Aplicações	0,00	0,00
1	Outron Roma a Dispitan	0.00	0.00

	PLANO FINANCEIRO				
			RECEITAS R	REALIZADAS	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre Exercício	Até o Bimestre Exercício Anterior	
RECEITAS CORRENTES (IX)	0,00	0,00	0,00	0,	
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0.	
Civil	0,00	0,00	0,00	0	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	(
Militar	0,00	0,00	0,00		
Ativo	0,00	0,00	0,00		
Inativo	0,00	0,00	0,00		
Pensionista	0,00	0,00	0,00		
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00		
Civil	0,00	0,00	0,00		
Ativo	0,00	0,00	0,00		
Inativo	0,00	0,00	0,00		
Pensionista	0,00	0,00	0,00		
Militar	0,00	0,00	0,00		
Ativo	0,00	0,00	0,00		
Inativo	0,00	0,00	0,00	l	
Pensionista	0,00	0,00	0,00		
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00		
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00		
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00		
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00		
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00		
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	1	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	l	
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00		
RECEITAS DE CAPITAL (X)	0,00	0,00	0,00	ĺ	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00		
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	ĺ	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00		
				(

			DESPESAS E	MPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS		
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre Exercício	Até o Bimestre Exercício Anterior	Até o Bimestre Exercício	Até o Bimestre Exercício Anterior	
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PREVIDÊNCIA (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Beneficios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Beneficios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Beneficios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Beneficios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PORTO BARREIROPREV RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

	_		DESPESAS EN		DESPESAS	LIQUIDADAS
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre Exercício	Até o Bimestre Exercício Anterior	Até o Bimestre Exercício	Até o Bimestre Exercício Anterior
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIV) = (XII + XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XV) = (XI - XIV) ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00

CONSOLIDADO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA DEMOSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FIUNÇÃO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIÁL JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DES	PESAS EMPENHAD	AS	SALDO	DE	SPESAS LIQUIDAD	AS	SALDO
FUNÇÃO	INICIAL	ATUALIZADA (a)	No bimestre	Até o bimestre (b) % (b/total b)		(c) = (a-b)	No bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)	(e) = (a-d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I))	25.138.880,00	25.138.880,00	4.510.015,84	4.510.015,84	96,68	20.628.864,16	3.461.772,47	3.461.772,47	95,72	21.677.107
LEGISLATIVA	995.000,00	995.000,00	0,00	0,00	0,00	995.000,00	0,00	0,00	0,00	995.000
ADMINISTRAÇÃO	3.982.280,00	3.982.280,00	718.363,70	718.363,70	15,40	3.263.916,30	540.428,12	540.428,12	14,94	3.441.851
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.461.350,00	1.461.350,00	159.972,40	159.972,40	3,43	1.301.377,60	106.340,24	106.340,24	2,94	1.355.000
PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.000.000,00	2.000.000,00	9.060,00	9.060,00	0,19	1.990.940,00	9.060,00	9.060,00	0,25	1.990.940
SAÚDE	4.385.900,00	4.385.900,00	703.452,48	703.452,48	15,08	3.682.447,52	432.417,92	432.417,92	11,96	3.953.482
EDUCAÇÃO	4.877.000,00	4.877.000,00	636.297,84	636.297,84	13,64	4.240.702,16	430.684,32	430.684,32	11,91	4.446.315
CULTURA	186.000,00	186.000,00	0,00	0,00	0,00	186.000,00	0,00	0,00	0,00	186.000
URBANISMO	864.700,00	864.700,00	28.195,41	28.195,41	0,60	836.504,59	22.525,41	22.525,41	0,62	842.174
GESTÃO AMBIENTAL	1.676.150,00	1.676.150,00	1.484.011,60	1.484.011,60	31,81	192.138,40	1.478.717,80	1.478.717,80	40,89	197.432
AGRICULTURA	869.000,00	869.000,00	103.553,93	103.553,93	2,22	765.446,07	87.364,61	87.364,61	2,42	781.635
TRANSPORTE	2.943.500,00	2.943.500,00	567.813,29	567.813,29	12,17	2.375.686,71	258.422,82	258.422,82	7,15	2.685.077
DESPORTO E LAZER	328.000,00	328.000,00	25.092,85	25.092,85	0,54	302.907,15	21.608,89	21.608,89	0,60	306.391
ENCARGOS ESPECIAIS	440.000,00	440.000,00	74.202,34	74.202,34	1,59	365.797,66	74.202,34	74.202,34	2,05	365.797
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	130.000,00	130.000,00	0,00	0,00	0,00	130.000,00	0,00	0,00	0,00	130.000
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.192.000,00	1.192.000,00	154.735,34	154.735,34	3,32	1.037.264,66	154.735,34	154.735,34	4,28	1.037.264
TOTAL III = (I + II)	26.330.880,00	26.330.880,00	4.664.751,18	4.684.751,18	100,00	21.666.128,82	3.616.507,81	3.616.507,81	100,00	22.714.372



JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alinea "c" FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO

PUNÇÃO / SUBFUNÇÃO

DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMI

LEGISLATIVA

AÇÃO LEGISLATIVA

ACMINISTRAÇÃO DEPALAMENTO

ADMINISTRAÇÃO GERAL

ADMINISTRAÇÃO GERAL

ADMINISTRAÇÃO GERAL

ADMINISTRAÇÃO GERAL

ADMINISTRAÇÃO GERAL

ASSISTENCIA AD DIGO

ASSISTÊNCIA Á DIGOSO

ASSISTÊNCIA Á CRIANÇÃE AO ADO

ASSISTÊNCIA Á CRIANÇÃE AO ADO

ASSISTÊNCIA SOCIATIVA

ENDÊNCIA SOCIATIVA

ENDÊ VIDÊNCIA SOCIAL PREVIDÊNCIA DO RE



RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alinea "c"



RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA DEMOSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO INT ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGUINDAS SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DES	PESAS EMPENHAE	DAS	SALDO	DE	SPESAS LIQUIDAD	AS	SALDO	
FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	INICIAL	ATUALIZADA (a)	No bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)	(c) = (a-b)	No bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)	(e) = (a-d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.192.000,00	1.192.000,00	154.735,34	154.735,34	100,00	1.037.264,66	154.735,34	154.735,34	100,00	1.037.26	
LEGISLATIVA	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	45.0	
AÇÃO LEGISLATIVA	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00	0,00	0,00	0,00	45.0	
ADMINISTRAÇÃO	239.500,00	239.500,00	31.114,97	31.114,97	20,11	208.385,03	31.114,97	31.114,97	20,11	208.3	
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	25.000,00	25.000,00	2.077,04	2.077,04	1,34	22.922,96	2.077,04	2.077,04	1,34	22.5	
ADMINISTRAÇÃO GERAL	129.500,00	129.500,00	15.887,21	15.887,21	10,27	113.612,79	15.887,21	15.887,21	10,27	113.6	
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	85.000,00	85.000,00	13.150,72	13.150,72	8,50	71.849,28	13.150,72	13.150,72	8,50	71.8	
ASSISTÊNCIA SOCIAL	55.000,00	55.000,00	7.788,96	7.788,96	5,03	47.211,04	7.788,96	7.788,96	5,03	47.3	
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	4.	
ASSISTÉNCIA COMUNITÁRIA	51.000,00	51.000,00	7.788,96	7.788,96	5,03	43.211,04	7.788,96	7.788,96	5,03	43.	
SAÚDE	274.500,00	274.500,00	40.345,49	40.345,49	26,07	234.154,51	40.345,49	40.345,49	26,07	234.	
ATENÇÃO BÁSICA	269.500,00	269.500,00	39.788,07	39.788,07	25,71	229.711,93	39.788,07	39.788,07	25,71	229.	
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	5.000,00	5.000,00	557,42	557,42	0,36	4.442,58	557,42	557,42	0,36	4.	
EDUCAÇÃO	374.000,00	374.000,00	52.559,03	52.559,03	33,97	321.440,97	52.559,03	52.559,03	33,97	321.	
ENSINO FUNDAMENTAL	302.500,00	302.500,00	50.232,69	50.232,69	32,46	252.267,31	50.232,69	50.232,69	32,46	252.	
EDUCAÇÃO INFANTIL	71.500,00	71.500,00	2.326,34	2.326,34	1,50	69.173,66	2.326,34	2.326,34	1,50	69.	
CULTURA	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2	
DIFUSÃO CULTURAL	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2	
URBANISMO	39.500,00	39.500,00	999,22	999,22	0,65	38.500,78	999,22	999,22	0,65	38.	
INFRA-ESTRUTURA URBANA	39.500,00	39.500,00	999,22	999,22	0,65	38.500,78	999,22	999,22	0,65	38.	
AGRICULTURA	50.000,00	50.000,00	7.099,24	7.099,24	4,59	42.900,76	7.099,24	7.099,24	4,59	42.5	
EXTENSÃO RURAL	50.000,00	50.000,00	7.099,24	7.099,24	4,59	42.900,76	7.099,24	7.099,24	4,59	42.5	
TRANSPORTE	97.500,00	97.500,00	13.969,71	13.969,71	9,03	83.530,29	13.969,71	13.969,71	9,03	83.5	
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	97.500,00	97.500,00	13.969,71	13.969,71	9,03	83.530,29	13.969,71	13.969,71	9,03	83.5	
DESPORTO E LAZER	15.000,00	15.000,00	858,72	858,72	0,56	14.141,28	858,72	858,72	0,56	14.1	
DESPORTO COMUNITÁRIO	15.000,00	15.000,00	858,72	858,72	0,55	14.141,28	858,72	858,72	0,55	14.1	
TOTAL (I) =	1.192.000,00	1.192.000,00	154.735,34	154.735,34	100.00	1.037.264.66	154,735,34	154,735,34	100.00	1.037.2	





CONSOLIDADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMOSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
FEVEREIRO DE 2019 A JANEIRO DE 2020

falso, 4 /

ESPECIFICAÇÃO					EVOLUÇÃO DA I	RECEITA REALI	ZADA NOS ÚLTI	MOS 12 MESES						Previsão
ESPECIFICAÇÃO	02/2019	03/2019	04/2019	05/2019	06/2019	07/2019	08/2019	09/2019	10/2019	11/2019	12/2019	01/2020	TOTAL	atualiza 2020
RECEITAS CORRENTES (I)	1.987.814,46	2.046.579,11	2.261.703,80	2.569.069,54	1.780.858,16	2.690.746,71	2.010.458,47	1.520.428,21	2.420.435,34	1.987.005,51	4.166.157,61	2.107.307,82	27.548.584,74	30.019.980,0
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	65.818,18	64.005,09	49.264,13	71.821,84	59.856,21	69.068,43	71.876,43	26.952,08	52.496,29	51.539,94	105.695,92	17.819,79	705.214,33	748.000,00
IPTU	266,40	705,08	589,36	2.824,10	677,05	16.279,03	12.669,24	5.841,49	3.959,65	1.455,49	3.311,21	2.102,11	50.680,21	47.000,00
ISS	7.251,28	6.418,60	5.445,95	10.096,04	4.157,70	6.627,44	4.980,84	4.162,32	6.446,86	3.702,51	5.134,06	5.399,68	69.823,28	90.000,00
ITBI	4.028,00	17.640,00	7.660,00	15.411,00	21.360,00	8.120,00	8.040,00	9.100,00	8.726,81	8.900,00	6.300,00	6.040,00	121.325,81	120.000,00
IRRF	54.267,04	36.734,46	33.066,28	39.616,71	30.855,49	34.188,08	31.529,94	3.065,50	31.517,96	32.361,66	87.687,53	2.632,77	417.523,42	435.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5,46	2.506,95	2.502,54	3.873,99	2.805,97	3.853,88	14.656,41	4.782,77	1.845,01	5.120,28	3.263,12	1.645,23	46.861,61	55.000,00
Contribuições	239.614,46	5.165,97	144.791,01	132.358,38	124.650,52	134.036,24	136.021,91	103.449,39	104.938,06	109.862,67	143.227,88	209.014,97	1.587.131,46	1.840.050,0
Receita patrimonial	6.025,18	6.401,74	8.248,97	10.565,13	12.764,60	10.931,08	3.990,64	20.413,54	21.861,35	4.435,25	18.964,03	5.828,93	130.430,44	71.330,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	6.025,18	6.401,74	8.248,97	10.565,13	12.764,60	10.931,08	3.990,64	20.413,54	21.861,35	4.435,25	18.964,03	5.828,93	130.430,44	71.330,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita agropecuária	1.560,00	3.350,20	2.145,02	2.140,02	1.915,03	2.404,90	3.600,00	2.945,00	4.440,00	2.290,03	4.220,00	3.421,36	34.431,56	50.000,00
Receita industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Receita de serviços	4.904,00	39,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.943,00	22.600,00
Transferências correntes	1.667.809,30	1.965.533,77	2.057.254,67	2.352.204,17	1.581.671,80	2.465.972,70	1.792.886,15	1.366.668,20	2.230.449,62	1.818.877,62	3.894.049,78	1.871.222,77	25.064.600,55	27.288.000,00
Cota parte do FPM	977.192,34	731.666,01	713.820,72	916.064,51	721.582,02	982.760,69	720.268,04	641.144,76	590.257,03	801.063,25	1.365.680,60	808.350,50	9.969.850,47	11.845.000,00
Cota parte do ICMS	440.683,26	533.750,95	661.661,55	528.806,75	461.116,82	623.080,12	580.585,09	451.382,17	691.273,74	515.135,96	705.177,20	609.394,33	6.802.047,94	7.500.000,00
Cota parte do IPVA	32.670,21	35.268,43	12.524,77	9.023,18	7.495,61	8.368,76	4.226,79	3.752,80	3.683,99	983,95	6.096,58	146.846,13	270.941,20	300.000,00
Cota parte do ITR	233,80	310,14	137,66	2.102,03	251,54	245,40	1.154,02	25.105,54	72.295,12	16.655,70	1.627,13	1.549,57	121.667,65	140.000,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,0
Transferências da LC 61/1989	8.752,10	8.452,63	8.569,37	8.391,03	8.799,19	8.908,25	7.972,97	9.719,22	8.601,42	9.032,74	10.617,14	7.998,67	105.814,73	110.000,00
Transferências do FUNDEB	119.806,25	111.719,61	107.789,79	109.301,46	91.469,61	104.386,86	105.025,96	87.334,93	114.586,17	104.729,09	120.768,91	158.976,87	1.335.895,51	1.600.000,00
Outras transferências correntes	88.471,34	544.366,00	552.750,81	778.515,21	290.957,01	738.222,62	373.653,28	148.228,78	749.752,15	371.276,93	1.684.082,22	138.106,70	6.458.383,05	5.763.000,00
Outras receitas correntes	2.083,34	2.083,34	0,00	0,00	0,00	8.333,36	2.083,34	0,00	6.250,02	0,00	0,00	0,00	20.833,40	0,00
DEDUÇÕES (II)	384.372,26	265.345,87	338.057,13	349.288,76	296.990,51	304.751,62	315.424,04	283.252,33	331.608,28	312.636,89	406.744,58	397.695,58	3.986.167,85	4.513.950,0
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	92.465,99	3.456,26	58.714,37	56.411,30	57.141,42	57.936,01	52.582,70	57.031,45	58.385,99	44.062,60	70.579,38	82.867,77	691.635,24	697.950,0
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	291.906,27	261.889,61	279.342,76	292.877,46	239.849,09	246.815,61	262.841,34	226.220,88	273.222,29	268.574,29	336.165,20	314.827,81	3.294.532,61	3.816.000,0
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.603.442,20	1.781.233,24	1.923.646,67	2.219.800,78	1.483.867,65	2.385.995,09	1.695.034,43	1.237.175,88	2.088.827,06	1.674.368,62	3.759.413,03	1.709.612,24	23.562.416,89	25.506.030,0



2.7 - Cota-parte IOF-Ouro (100 %) 3 - TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1+2)

CONSOLIDADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

Página: 1/ 3 RREO - ANEXO 8 (LDB, art.72) RECEITAS DE ENSINO RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Caput do art. 212 da constituição) RECEITAS REALIZADAS PREVISÃO INICIAL PREVISÃO ATUALIZADA (a) Até bimestre (b) %(c) = (b/a)x100 1 - RECEITA DE IMPOSTOS 61.422,2 1.1 - Receitas resultantes do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU 47.000.0 47.000.0 3.892.29 1.1.1 - IPTU 32.000,0 32.000,0 2.685,54 8,39 1.2 - Receita resultante do imposto sobre transmissão inter vivos - ITBI 120.000.00 120.000.00 7.880.00 6,57 1.2.1 - ITBI 120.000,00 7.880,00 6,57 120.000,00 1.2.2 - Multas, juros de mora, dívida ativa e outros encargos do ITBI 1.3 - Receita resultante do imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS 90.000,00 90.000,00 11.232,87 12,48 1.3.1 - ISS 90.000,00 90.000,00 11.232,87 12,48 1.4 - Receita resultante do imposto de renda retido na fonte - IRRF 436.000.00 436.000.00 38.417.09 8,81 2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONTITUCIONAIS E LEGAIS 19.925.000,0 19.925.000,00 3.387.284,40 17,00 2.1 - Cota-parte FPM 16,69 11.845.000,00 1.976.380,87 11.845.000,00 2.1.1 - Parcela referenta à CF. art. 159, I, alínea 'b' 11.000.000,00 11.000.000,00 1.976.380,87 17,97 2.1.2 - Parcela referenta à CF. art. 159, I, alínea 'd' 845.000.0 845.000.0 0.00 0,00 2.1.3 - Parcela referenta à CF. art. 159, I, alínea 'e' 0,00 15,79 2.3 - ICMS-Desoneração - LC. nº 87/1996 30.000.00 30.000.00 0,00 0,00 2.4 - Cota-parte IPI-Exportação 16.785,46 15,26 110.000,00 110.000,00 2.6 - Cota-parte IPVA 300.000,00 300.000.0 203.795,22 67,93

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO	PREVISÃO	RECEITAS R	EALIZADAS
	INICIAL	ATUALIZADA (a)	Até bimestre (b)	%(c) = (b/a)x100
4 - RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO	800,00	800,00	75,30	9,41
5 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	145.500,00	145.500,00	24.362,15	16,74
5.1 - Transferências do salário-educação	145.000,00	145.000,00	24.341,21	16,79
5.2 - Transferências Diretas - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3 - Transferências Diretas - PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4 - Transferências Diretas - PNATE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5 - Outras transferências do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6 - Aplicação financeira dos recursos do FNDE	500,00	500,00	20,94	4,19
6 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	401.200,00	401.200,00	19.681,32	4,91
6.1 - Transferências de convênios	400.000,00	400.000,00	19.522,58	4,88
6.2 - Aplicação financeira dos recursos de convênios	1.200,00	1.200,00	158,74	13,23
7 - RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00
9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4+5+6+7+8)	547.500,00	547.500,00	44.118,77	8,06

FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO	RECEITAS REALIZADAS		
	INICIAL	ATUALIZADA (a)	Até bimestre (b)	%(c) = (b/a)x100	
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.816.000,00	3.816.000,00	677.456,78	17,75	
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.200.000,00	2.200.000,00	395.276,11	17,97	
10.2 - Cota-parte ICMS destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.500.000,00	1.500.000,00	236.892,29	15,79	
10.3 - ICMS-Desoneração destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	
10.4 - Cota-parte IPI-Exportação destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	22.000,00	22.000,00	3.357,09	15,26	
10.5 - Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB – (20% de ((1.5 – 1.5.5) + 2.5))	28.000,00	28.000,00	1.172,21	4,19	
10.6 - Cota-parte IPVA destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	60.000,00	60.000,00	40.759,08	67,93	
11 - RECEITAS RECEBIDAS do FUNDEB	1.601.000,00	1.601.000,00	301.432,75	18,83	
11.1 - Transferências de recursos do FUNDEB	1.600.000,00	1.600.000,00	301.432,75	18,84	
11.2 - Complementação da união ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	
11.3 - Receita de aplicação financeira dos recursos do FUNDEB	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	
12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10) = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	(2.216.000,00)	(2.216.000,00)	(376.024,03)	16,97	



CONSOLIDADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

RREO - ANEXO 8 (LDB, art.72) Página: 2 / 3						
DESPESAS DO FUNDEB			DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS L	IQUIDADAS
	INICIAL	ATUALIZADA (d)	Até bimestre (e)	%(f) = (e/d)x100	Até bimestre (g)	%(h) = (g/d)x100
13 - PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	960.500,00	960.500,00	139.703,35	14,54	139.703,35	14,54
13.1 - Com educação infantil	170.000,00	170.000,00	10.184,01	5,99	10.184,01	5,99
13.2 - Com ensino fundamental	790.500,00	790.500,00	129.519,34	16,38	129.519,34	16,38
14 - OUTRAS DESPESAS	640.500,00	640.500,00	49.049,67	7,66	49.049,67	7,66
14.1 - Com educação infantil	57.000,00	57.000,00	4.888,19	8,58	4.888,19	8,58
14.2 - Com ensino fundamental	583.500,00	583.500,00	44.161,48	7,57	44.161,48	7,57
15 - TOTAL DAS DESPESAS COM FUNDEB (13+14)	1.601.000,00	1.601.000,00	188.753,02	11,79	188.753,02	11,79

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	Valor
16 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
16.1 - FUNDEB 60%	0,00
16.2 - FUNDEB 40%	0,00
17 - DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	13.730,32
17.1 - FUNDEB 60%	8.238,19
17.2 - FUNDEB 40%	5.492,13
18 - TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FINDEB (16+17)	13.730,32

INDICADORES DO FUNDEB	Valor
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)	175.022,70
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %	43,61
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11)x 100) %	14,45
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %	41,94

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE	Valor	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	13.730,32	
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DO EXERCÍCIO	13.730,32	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO		DESPESAS EMPENHADAS		IQUIDADAS
	INICIAL	ATUALIZADA (d)	Até bimestre (e)	%(f) = (e/d)x100	Até bimestre (g)	%(h) = (g/d)x100
22 - EDUCAÇÃO INFANTIL	885.000,00	885.000,00	59.428,39	6,72	21.077,55	2,3
22.1 - Despesas custeadas com recursos do FUNDEB	227.000,00	227.000,00	15.072,20	6,64	15.072,20	6,6
22.2 - Despesas custeadas com outros recursos de impostos	658.000,00	658.000,00	44.356,19	6,74	6.005,35	0,9
23 - ENSINO FUNDAMENTAL	3.716.800,00	3.716.800,00	587.234,72	15,80	462.144,90	12,4
23.1 - Despesas custeadas com recursos do FUNDEB	1.374.000,00	1.374.000,00	173.680,82	12,64	173.680,82	12,6
23.2 - Despesas custeadas com outros recursos de impostos	2.342.800,00	2.342.800,00	439.300,41	18,75	288.464,08	12,3
23.9 - Dedução de Despesas indevidamente contabilizadas	0,00	0,00	(25.746,51)	0,00	0,00	0,0
4 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
25 - ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
6 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
7 - OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
8 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	4.601.800,00	4.601.800,00	646.663,11	14,05	483.222,45	10,5

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	Valor
29 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	(376.024,03)
30 - DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
31 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	13.730,32
32 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
33 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00
34 - CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44 j)	0,00
35 - TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29+30+31+32+33+34)	(362.293,71)
36 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22+23-35)	845.516,16
37 - PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%	24,52



16,73

CONSOLIDADO

Página: 3/ 3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS	DOTAÇÃO DOTAÇÃO		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS L	.IQUIDADAS
PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	INICIAL	ATUALIZADA (d)	TUALIZADA (d) Até bimestre (e)		Até bimestre (g)	%(h) = (g/d)x100
38 - DESPESAS CUSTEADAS COM APL FINAN DE OUTROS RECURSOS DE IMP VINC AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
39 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	145.500,00	145.500,00	16.447,25	11,30	20,90	0,0
40 - DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0
41 - DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	503.700,00	503.700,00	0,00	0,00	0,00	0,0
42 - TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38+ 39 + 40 + 41)	649.200,00	649.200,00	16.447,25	2,53	20,90	0,0
43 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28+42)	5 251 000 00	5 251 000 00	663 110 36	12.63	483 243 35	9.2

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ BIMESTRE	CANCELADOS EM 2020 (j)
44 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	298.372,95	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45 - DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	13.730,32	2.045,76
46 - (+) INGRESSOS DE RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE (Orçamentário)	301.432,75	24.341,21
47 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	2.149,13
47.1 - Orçamento do Exercício	0,00	20,90
47.2 - Restos a Pagar	0,00	2.128,23
48 - (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE	0,00	20,13
49 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	315.163,07	24.257,97
50 - (+) Ajustes	0,00	0,00
50.1 - (+) Retenções	0,00	0,00
50.2 - (-) Valores a recuperar	0,00	0,00
50.3 - (+) Outros valores extraorçamentários	0,00	0,00
50.4 - (+) Conciliação Bancária	0,00	0,00
51 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	315.163,07	24.257,97





CONSOLIDADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

ACIMA DA LINHA					
Até Fevereiro / 200					
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS (a)			
ECEITAS CORRENTES (I)	26.203.980,00	3.841.3			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	748.000,00	63.57			
IPTU	47.000,00	3.8			
ISS	90.000,00	11.2			
ITBI	120.000,00	7.8			
IRRF	436.000,00	38.4			
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	55.000,00	2.1			
Contribuições	1.840.050,00	313.1			
Receita patrimonial	71.330,00	7.6			
Aplicações Financeiras (II)	71.330,00	7.6			
Outras Receitas Patrimoniais	0,00				
Transferências correntes	23.472.000,00	3.452.7			
Cota-Parte do FPM	9.645.000,00	1.581.			
Cota-Parte do ICMS	6.000.000,00	947.			
Cota-Parte do IPVA	240.000,00	163.0			
Cota-Parte do ITR	112.000,00	4.			
Transferências da LC 87/1996	24.000,00				
Transferências da LC 61/1989	0,00				
Transferências do FUNDEB	1.600.000,00	301.4			
Outras transferências correntes	5.851.000,00	454.			
Demais receitas correntes	72.600,00	4.			
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00				
Receitas Correntes Restantes	72.600,00	4.			
ECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	26.132.650,00	3.833.			
ECEITAS DE CAPITAL (V)	0,00				
Operações de Crédito (VI)	0,00				
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00				
Alienação de Bens	0,00				
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00				
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00				
Outras Alienações de Bens	0,00				
Transferências de Capital	0,00				
Convênios	0,00				
Outras Transferências de Capital	0,00				
Outras Receitas de Capital	0,00				
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00				
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00				
ECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	0,00				
ECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	26.132.650,00	3.833.6			

				Até Fevere	eiro / 2020			
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	ATUALIZADA DESPESAS [DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	RESTOS A NÃO PROCE		
		EIII EIII BIDIO	LIGOIDADAO	T Mario (a)	PAGOS (b)	LIQUIDADOS	PAGOS (c)	
DESPESAS CORRENTES (XIII)	22.649.730,00	3.000.149,96	1.951.906,59	1.315.542,71	260.152,81	109.543,42	109.543,4	
Pessoal e encargos sociais	11.269.100,00	1.438.460,55	1.437.248,64	801.435,88	0,00	0,00	0,0	
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	200.000,00	25.486,46	25.486,46	25.486,46	0,00	0,00	0,0	
Outras despesas correntes	11.180.630,00	1.536.202,95	489.171,49	488.620,37	260.152,81	109.543,42	109.543,4	
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	
Demais Despesas Correntes	11.180.630,00	1.536.202,95	489.171,49	488.620,37	260.152,81	109.543,42	109.543,4	
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	22.449.730,00	2.974.663,50	1.926.420,13	1.290.056,25	260.152,81	109.543,42	109.543,4	
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	2.359.150,00	1.509.865,88	1.509.865,88	342.963,12	30.000,00	36.368,00	36.368,0	
Investimentos	658.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	36.368,00	36.368,0	
Inversões financeiras	1.461.150,00	1.461.150,00	1.461.150,00	294.247,24	0,00	0,00	0,0	
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	
Demais inversões financeiras	1.461.150,00	1.461.150,00	1.461.150,00	294.247,24	0,00	0,00	0,0	
Amortização da Dívida (XX)	240.000,00	48.715,88	48.715,88	48.715,88	0,00	0,00	0,0	
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	2.119.150,00	1.461.150,00	1.461.150,00	294.247,24	30.000,00	36.368,00	36.368,0	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	130.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0	
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	24.698.880,00	4.435.813,50	3.387.570,13	1.584.303,49	290.152,81	145.911,42	145.911,4	



(-) Restos a Pagar Processados (XXX)

Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS

SERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS

Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais

CONSOLIDADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

VANCINO A 1 EVENEINO DE 2020			
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)		Página: 2 /	
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR O	ORRENTE	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00	
	Até Fever	eiro / 2020	
JUROS NOMINAIS	VALOR IN	ICORRIDO	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)		27.199,85	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)		0,00	
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)		1.840.482,75	
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR C	ORRENTE	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00	
ABAIXO DA LINHA			
-6	SALDO		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	Em 31/12/2019 (a)	Até Fevereiro / 2020 (b)	
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	2.280.907,34	2.206.705,00	

Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	729.917,05	1.096.360,8
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		(366.443,7
AJUSTE METODOLÓGICO	Até Fevereiro / 20:	20
/ARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)		(1.577.637,27
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)		0,0
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)		128.205,4
/ARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)		0,0
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)		0,0
DUTROS AJUSTES (XXXVII)		0,0
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII)		1.339.398,9
ESSETASS TO THE PROPERTY OF A SERVICE SERVICE (ARCTIN) - (ARCTIN) ARCTIN		1.000.000,0
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)		1.312.199,1



CONSOLIDADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

RREO - Anexo XVIII (LRF, Art. 48)				F	Página: 1 /
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o l	Bimestre		
Previsão Inicial da Receita					26.203.980,
Previsão Atualizada da Receita					26.203.980,
Receitas Realizadas					3.841.327,
Déficit Orçamentário					0,0
Saldos de Exercícios Anteriores					0,0
Dotação Inicial					n
Créditos Adicionais					n
Dotação Atualizada					n
*					
Despesas Empenhadas					n
Despesas Liquidadas					n
Despesas Pagas					n
Superávit Orçamentário					0,0
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o l	Bimestre		
Despesas Empenhadas					4.664.751,
Despesas Liquidadas					3.616.507,
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Ate o	Bimestre		
Receita Corrente Líquida					23.968.336,
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até o l	Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO		7.10 0 1			
Receitas Previdenciárias Realizadas					010 705
Despesas Previdenciárias Liquidadas					316.725,
					9.060,
Resultado Previdenciário					307.665,
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO					
Receitas Previdenciárias Realizadas					0,0
Despesas Previdenciárias Liquidadas					0,0
Resultado Previdenciário					0,0
					-
RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta fixada no ane:			% em r	elação a meta (b/a
	metas fiscais da LD	. (,)	stre (b)		
Resultado Nominal		0,00	1.840.482,75		0,00
Resultado Primário		0,00	1.813.282,90		0,00
MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	In a said off a	Cancelamento até	I		0-14-
MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A FAGAR	Inscrição	o bimestre	Pagamento a bimestre		Saldo
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		O Dilliestre	Dimestre	_	
	746.571,35	960,0	200	152,81	455.458,
Poder Executivo			1	- 1	
Poder Legislativo	0,00	0,0	1	0,00	0,0
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				- 1	137.030,
Poder Executivo	291.841,38				
		8.899,4	1	911,42	
Poder Legislativo	0,00	0,0	0	0,00	0,0
			0	- 1	
Poder Legislativo TOTAL	0,00 1.038.412,73	0,0 9.859,4	0 436.0	0,00 064,23	0, 592.489,
Poder Legislativo	0,00 1.038.412,73 Valor apurado at	0,0 9.859,4	0	0,00 064,23 cionais	0, 592.489, anuais Aplicado até o
Poder Legislativo TOTAL DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	0,00 1.038.412,73 Valor apurado at bimestre	0,0 9.859,4 6 0 % Minimo	0 436.0 Limites constitue a aplicar no rcício	0,00 064,23 cionais	592.489, anuais Aplicado até o
Poder Legislativo TOTAL DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE Mínimo Anual de 25% dos Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE	0,00 1.038.412,73 Valor apurado at bimestre	0,0 9.859,4 6 0 % Minimo exe	D 436.0 Limites constitue a aplicar no recicio 25% / 18%	0,00 064,23 cionais	0,1 592.489, anuais Aplicado até o bimestre 24,52
Poder Legislativo TOTAL DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	0,00 1.038.412,73 Valor apurado at bimestre	0,0 9.859,4 6 0 % Minimo	0 436.0 Limites constitue a aplicar no rcício	0,00 064,23 cionais	592.489, anuais Aplicado até o
Poder Legislativo TOTAL DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE Mínimo Anual de 25% dos Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE	0,00 1.038.412,73 Valor apurado at bimestre	0,0 9.859,4 6 0 % Minimo exe 516,16	Limites constitue a aplicar no recicio 25% / 18% 60%	0,00 064,23 cionais	0, 592.489, anuais • Aplicado até o bimestre 24,52 43,61
Poder Legislativo TOTAL DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE Mínimo Anual de 25% dos Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino	0,00 1.038.412,73 Valor apurado ab bimestre 845 139	0,0 9.859,4 6 0 % Minimo exe 516,16	D 436.0 Limites constitue a aplicar no recicio 25% / 18% 60%	0,00 064,23 cionais	0, 592.489, anuais • Aplicado até o bimestre 24,52 43,61
Poder Legislativo TOTAL DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE Mínimo Anual de 25% dos Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL Receita de Operações de Crédito	0,00 1.038.412,73 Valor apurado ab bimestre 845 139	0,0 9.859,4 6 o % Minimo exe .516,16 .703,35 até o bimestre	0 436.0 Limites constitue a aplicar no recicio 25% / 18% 60%	0,00 064,23 cionais	0,, 592.489, anuais - Aplicado até o bimestre 24,52 43,61 ealizar 0,
Poder Legislativo TOTAL DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE Mínimo Anual de 25% dos Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL Receita de Operações de Crédito Despesa de Capital Líquida	0,00 1.038.412,73 Valor apurado at bimestre 845 139 Valor apurado	0,0 9.859,4 6 o % Minimo exs 516,16 7703,35 até o bimestre 0,0 1.509.865,8	436.Limites constitute a aplicar no reicio 25% / 18% 60% Si	0,00 064,23 cionais %	0,0 592.489, anuais Aplicado até o bimestre 24,52 43,61 ealizar 0,0 849.284,
Poder Legislativo TOTAL DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE Mínimo Anual de 25% dos Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL Receita de Operações de Crédito	0,00 1.038.412,73 Valor apurado at bimestre 845 139 Valor apurado	0,0 9.859,4 6 o % Minimo exe .516,16 .703,35 até o bimestre	0 436.0 Limites constitue a aplicar no recicio 25% / 18% 60%	0,00 064,23 cionais %	0,, 592.489, anuais - Aplicado até o bimestre 24,52 43,61 ealizar 0,
Poder Legislativo TOTAL DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE Minimo Anual de 25% dos Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE Minimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL Receita de Operações de Crédito Despesa de Capital Líquida PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00 1.038.412,73 Valor apurado at bimestre 845 139 Valor apurado	0,0 9.859,4 6 o % Minimo exs 516,16 7703,35 até o bimestre 0,0 1.509.865,8	436.Limites constitute a aplicar no reicio 25% / 18% 60% Si	0,00 064,23 cionais %	0,0 592.489, anuais Aplicado até o bimestre 24,52 43,61 ealizar 0,0 849.284,
Poder Legislativo TOTAL DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE Mínimo Anual de 25% dos Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL Receita de Operações de Crédito Despesa de Capital Líquida PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA Plano Previdenciário	0,00 1.038.412,73 Valor apurado at bimestre 845 139 Valor apurado Exercício em Referência	0,0 9.859,4 6 0	436.0 436.	0,00 064,23 cionais % aldo a r	0,1 592.489, anuais Aplicado até o bimestre 24,52 43,61 ealizar 0,1 849.284,
Poder Legislativo TOTAL DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE Mínimo Anual de 25% dos Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL Receita de Operações de Crédito Despesa de Capital Líquida PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA Plano Previdenciário Receitas Previdenciárias	0,00 1.038.412,73 Valor apurado at bimestre 845 139 Valor apurado Exercício em Referência	0,0 9.859,4 6 0 % Minimo exe 516,16 703,35 1.509.865,8 10° Exercício	do 436.0 Limites constitut a aplicar no recicio 25% / 18% 60% Si 20° Exercíc	0,00 064,23 cionais % aldo a r	0,1 592.489, anuais Aplicado até o bimestre 24,52 43,61 ealizar 0,1 849.284, 35° Exercício
Poder Legislativo TOTAL DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE Mínimo Anual de 25% dos Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL Receita de Operações de Crédito Despesa de Capital Líquida PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA Plano Previdenciário	0,00 1.038.412,73 Valor apurado at bimestre 845 139 Valor apurado Exercício em Referência	0,0 9.859,4 6 0	0 436.0 Limites constitut a splicar no recicio 25% / 18% 60% Si 0 20° Exercic	0,00 064,23 cionais % aldo a r	0,1 592.489, anuais Aplicado até o bimestre 24,52 43,61 ealizar 0,1 849.284, 35° Exercício
Poder Legislativo TOTAL DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE Mínimo Anual de 25% dos Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL Receita de Operações de Crédito Despesa de Capital Líquida PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA Plano Previdenciário Receitas Previdenciárias	0,00 1.038.412,73 Valor apurado at bimestre 845 139 Valor apurado Exercício em Referência	0,0 9.859,4 6 0 % Minimo exe 516,16 703,35 1.509.865,8 10° Exercício	0 436.0 Limites constitut a splicar no recicio 25% / 18% 60% Si 0 20° Exercic	0,00 064,23 cionais % aldo a r	0,1 592.489, anuais Aplicado até o bimestre 24,52 43,61 ealizar 0,1 849.284, 35° Exercício
Poder Legislativo TOTAL DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE Minimo Anual de 25% dos Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE Minimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL Receita de Operações de Crédito Despesa de Capital Líquida PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA Plano Previdenciário Receitas Previdenciárias Despesas Previdenciárias	0,00 1.038.412,73 Valor apurado at bimestre 845 139 Valor apurado Exercício em Referência	0,0 9.859,4 6 0	0 436.0 Limites constitut a splicar no recicio 25% / 18% 60% Si 0 8 20° Exercic	0,00 064,23 cionais % aldo a r	0,1 592.489, anuais Aplicado até o bimestre 24,52 43,61 ealizar 0,1 849.284, 35° Exercício
Poder Legislativo TOTAL DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE Minimo Anual de 25% dos Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE Minimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL Receita de Operações de Crédito Despesa de Capital Líquida PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA Plano Previdenciário Receitas Previdenciárias Resultado Previdenciárias Resultado Previdenciárias Resultado Previdenciário	0,00 1.038.412,73 Valor apurado at bimestre 845 139 Valor apurado Exercício em Referência	0,0 9.859,4 6 0	0 0 436.00 436.00 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 1	0,00 064,23 cionais % aldo a r	0,1 592.489, anuais Aplicado até o bimestre 24,52 43,61 ealizar 0,1 849.284, 35° Exercício
Poder Legislativo TOTAL DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE Mínimo Anual de 25% dos Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE Mínimo Anual de 50% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL Recelta de Operações de Crédito Despesa de Capital Líquida PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA Plano Previdenciário Receitas Previdenciárias Despesas Previdenciárias Resultado Previdenciário Plano Financeiro Receitas Previdenciárias	0,00 1.038.412,73 Valor apurado at bimestre 845 139 Valor apurado Exercício em Referência 0,00 0,00 0,00	0,0 9.859,4 5 0 % Minimo exs 516,16 703,35 até o bimestre 0.0 1.509,865,8 10° Exercício	0 0 436.0 Limites constitutes a gelier no cicio 25% / 18% 60% Si 0 8 8 20° Exercic	0,00 064,23 aldo a n	0,1 592.489, anuais Aplicado até o bimestre 24,52 43,61 ealizar 0,4849.284, 35° Exercício 0,0,0,0,0,0,0,0,0,0,0,0,0,0,0,0,0,0,0,
Poder Legislativo TOTAL DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE Minimo Anual de 25% dos Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE Minimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL Receita de Operações de Crédito Despesa de Capital Líquida PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA Plano Previdenciárias Receitas Previdenciárias Resultado Previdenciárias Resultado Previdenciário Plano Financeiro Receitas Previdenciárias Despesas Previdenciárias Despesas Previdenciárias Despesas Previdenciárias	0,00 1.038.412,73 Valor apurado at bimestre 845 139 Valor apurado Exercício em Referência 0,00 0,00 0,00	0,0 9.859,4 6 0 % Minimo exe 703,35 1.509,865,8 10° Exercício 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0	0 0 436.6	0,00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00	0,1 592.489, anuals 43,61 ealizar 0,1 849.284, 35° Exercício 0,1 0,1 0,1
Poder Legislativo TOTAL DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE Minimo Anual de 25% dos Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE Minimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL Receita de Operações de Crédito Despesa de Capital Líquida PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA Plano Previdenciárias Receitas Previdenciárias Resultado Previdenciário Plano Financeiro Plano Financeiro Receitas Previdenciárias Despesas Previdenciárias Despesas Previdenciárias Despesas Previdenciárias Despesas Previdenciárias Resultado Previdenciário	0,00 1.038.412,73 Valor apurado at bimestre 845 139 Valor apurado Exercício em Referência 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	0,0 9.859,4 5 0 5,5 Minimo exs 516,16 703,35 até o bimestre 0,0 1.509.865,8 10° Exercício 0,0,0 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	0 0 436.6 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	0,00 064,23 cionais % aldo a n 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	0, 592.489, anuais s. Aplicado até o bimestre 24,52 43,61 849.284, 35° Exercício 0, 0, 0, 0, 0, 0, 0, 0, 0, 0, 0, 0, 0,
Poder Legislativo TOTAL DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE Mínimo Anual de 25% dos Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL Receita de Operações de Crédito Despesa de Capital Liquida PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA Plano Previdenciário Receitas Previdenciárias Resultado Previdenciário Plano Financeiro Receitas Previdenciárias Despesas Previdenciárias Despesas Previdenciárias Resultado Previdenciárias Resultado Previdenciárias Resultado Previdenciárias RESULTAD DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	0,00 1.038.412,73 Valor apurado at bimestre 845 139 Valor apurado Exercício em Referência 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	0,0 9.859,4 6 0 % Minimo exe 516,16 703,35 até o bimestre 0,0 1.509,865,8 10° Exercicio 0,0,0 0,0,	0 436.60 436.00 4	0,00 064,23 cionais % aldo a n 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	0,4 592.489, anuais
Poder Legislativo TOTAL DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE Minimo Anual de 25% dos Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE Minimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL Receita de Operações de Crédito Despesa de Capital Líquida PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA Plano Previdenciárias Receitas Previdenciárias Resultado Previdenciário Plano Financeiro Plano Financeiro Receitas Previdenciárias Despesas Previdenciárias Despesas Previdenciárias Despesas Previdenciárias Despesas Previdenciárias Resultado Previdenciário	0,00 1.038.412,73 Valor apurado at bimestre 845 139 Valor apurado Exercício em Referência 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	0,0 9.859,4 5 0	0	0,00 064,23 cionais % aldo a n 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	0,4 592.489, anuais 592.489, 4 pilicado até o bimestre 24,52 43,61 ealizar 0,4 849.284, 35° Exercício 0,0,0,0,0,0,0,0,0,0,0,0,0,0,0,0,0,0,0,
Poder Legislativo TOTAL DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE Mínimo Anual de 25% dos Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL Receita de Operações de Crédito Despesa de Capital Liquida PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA Plano Previdenciário Receitas Previdenciárias Resultado Previdenciário Plano Financeiro Receitas Previdenciárias Despesas Previdenciárias Despesas Previdenciárias Resultado Previdenciárias Resultado Previdenciárias Resultado Previdenciárias RESULTAD DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	0,00 1.038.412,73 Valor apurado at bimestre 845 139 Valor apurado Exercício em Referência 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	0,0 9.859,4 6 0 % Minimo exe 516,16 703,35 até o bimestre 0,0 1.509,865,8 10° Exercicio 0,0,0 0,0,	0	0,00 064,23 cionais % aldo a n 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	0,4 592.489, anuais
Poder Legislativo TOTAL DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE Mínimo Anual de 25% dos Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE Mínimo Anual de 80% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL Recelta de Operações de Crédito Despesa de Capital Líquida PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA Plano Previdenciário Receltas Previdenciárias Despesas Previdenciárias Pesultado Previdenciária Resultado Previdenciárias Despesas Previdenciárias Resultado Resultado Resultante da Alienação DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00 1.038.412,73 Valor apurado at bimestre 845 139 Valor apurado Exercício em Referência 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 Valor apurado	0,0 9.859,4 6 0	0 0 436.0 imittes constitution a spicer no cisio 25% / 18% 60% 60% 60% 60% 60% 60% 60% 60% 60% 60	0,00 064,23 2 cionais % aldo a r	0,4 592.489, anuais anuais Aplicado até o bimestre 24,52 43,61 ealizar 0,4849.284, 35° Exercício 0,0,0,0,0,0,0,0,0,0,0,0,0,0,0,0,0,0,0,
Poder Legislativo TOTAL DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE Mínimo Anual de 25% dos Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL Recelta de Operações de Crédito Despesa de Capital Líquida PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA Plano Previdenciário Receltas Previdenciárias Despesas Previdenciárias Pesultado Previdenciária Despesas Previdenciárias Resultado Previdenciárias Despesas Previdenciárias Resultado Previdenciária	0,00 1.038.412,73 Valor apurado at bimestre 845 139 Valor apurado Exercício em Referência 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 Valor apurado	0,0 9.859,4 5 0 % Minimo exs 516,16 703,35 até o bimestre 0,0 1.509,865,8 10° Exercício 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,	0 0 436.0 imittes constitution a spicer no cisio 25% / 18% 60% 60% 60% 60% 60% 60% 60% 60% 60% 60	0,00 064,23 cionaiss % aldo a n 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,	0, 592.489, anuais Aplicado até o bimestre 24,52 44,51 ealizar 0, 849.284, 35° Exercício 0, 0, 0, 0, 0, 0, 0, 0, 0, 0, 0, 0, 0,
Poder Legislativo TOTAL DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE Mínimo Anual de 25% dos Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL Receita de Operações de Crédito Despesas de Capital Líquida PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA Plano Previdenciário Receitas Previdenciárias Despesas Previdenciárias Resultado Previdenciárias Resultado Previdenciárias Receitas Previdenciárias Receitas Previdenciárias Resultado Previdenciárias Receitas Previdenciárias Resultado Previdenciárias	Valor apurado at bimestre Exercício em Referência Exercício em Quo 0,000 0,000 0,000 Valor apurado at bimestre Valor apurado at bimestre	0,0 9.859,4 5 0 5 Minimo exs 516,16 703,35 1.509.865,8 10° Exercicio 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,	1	0,00 064,23 cionaiss % aldo a n 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,	0,4 592.489, anuais s- Aplicado até o bimestre 24,52 43,61 849.284, 35° Exercício 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,
Poder Legislativo TOTAL DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE Mínimo Anual de 25% dos Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE Mínimo Anual de 80% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL Recelta de Operações de Crédito Despesa de Capital Líquida PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA Plano Previdenciário Receltas Previdenciárias Despesas Previdenciárias Pesultado Previdenciária Resultado Previdenciárias Despesas Previdenciárias Resultado Resultado Resultante da Alienação DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	Valor apurado at bimestre Exercício em Referência Exercício em Quo 0,000 0,000 0,000 Valor apurado at bimestre Valor apurado at bimestre	0,0 9.859,4 5 0 % Minimo exs 516,16 703,35 até o bimestre 0,0 1.509,865,8 10° Exercício 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,	0 0 436.0 imittes constitution a spicer no cisio 25% / 18% 60% 60% 60% 60% 60% 60% 60% 60% 60% 60	0,00 064,23 cionaiss % aldo a n 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,	0, 592.489, anuais Aplicado até o bimestre 24,52 44,51 ealizar 0, 849.284, 35° Exercício 0, 0, 0, 0, 0, 0, 0, 0, 0, 0, 0, 0, 0,
Poder Legislativo TOTAL DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE Mínimo Anual de 25% dos Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL Receita de Operações de Crédito Despesas de Capital Líquida PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA Plano Previdenciário Receitas Previdenciárias Despesas Previdenciárias Resultado Previdenciárias Resultado Previdenciárias Receitas Previdenciárias Receitas Previdenciárias Resultado Previdenciárias Receitas Previdenciárias Resultado Previdenciárias	Valor apurado at bimestre Exercício em Referência Exercício em Quo 0,000 0,000 0,000 Valor apurado at bimestre Valor apurado at bimestre	0,0 9.859,4 5 0 5 Minimo exs 516,16 703,35 1.509.865,8 10° Exercicio 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,	10	0,00 064,23 cionais % aldo a n 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,	0,4 592.489, anuais s- Aplicado até o bimestre 24,52 43,61 849.284, 35° Exercício 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,0 0,



CONSOLIDADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

RREO - Anexo XVIII (LRF, Art. 48)



2.324.208,6

0,00 0,00 0,00

CONSOLIDADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAMEIRO A FEVEREIRO DE 2020

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020 Página: 1 / 1

Página: 2/ 2

REO – ANEXO 11	(LRF, art	. 53, § 1°	, inciso III)	

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR c = (a - b)
RECEITA DE CAPITAL	0,00	62,67	(62,67)
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	62,67	(62,67)
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	62,67	(62,67)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	62,67	(62,67)

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g) = (d-e)
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO APLICAR	EXERCÍCIO ANTERIOR	DO EXERCÍCIO	SALDO ATUAL	
SALDO FINANCEIRO APLICAR	(h)	(i) = (lb - (lle+ llf))	(j) = (IIIh + IIIi)	
VALOR (III)	23.681,66	62,67	23.744,33	





CONSOLIDADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

Página: 1 /

RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1°, inciso I)		
RECEITAS	PREVISÃO	

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO(I)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	2.359.150,00	1.509.865,88	849.284,12
Investimentos	658.000,00	0,00	658.000,00
Inversões Financeiras	1.461.150,00	1.461.150,00	0,00
Amortização da Dívida	240.000,00	48.715,88	191.284,12
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	2.359.150,00	1.509.865,88	849.284,12
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I)	2.359.150,00	1.509.865,88	849.284,12



CONSOLIDADO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA EMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

Página: 1 / 3

		REST	TOS A PAGAR PE	ROCESSADOS		RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
PODER / ORGÃO	Em Exercícios Anteriores	itos Em 31 de dezembro	Pagos	Cancelados	Saldo	Insc Em Exercícios Anteriores	ritos Em 31 de dezembro de 2019	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	Saldo Total
	Ameriores (a)	06 2019 (b)	(c)	(d)	e = (a+b) - (c+d)	Amenores (f)	de 2019 (g)	(h)	(i)	(j)	k=(f+g)-(i+j)	L=(e+k)
EXECUTIVO												
Município de Porto Barreiro	30.737,00	715.834,35	290.152,81	960,00	455.458,54	41.029,04	250.812,34	145.911,42	145.911,42	8.899,40	137.030,56	592.489,10
GOVERNO MUNICIPAL	0,00	932,69	932,69	0,00	0,00	0,00	10,00	0,00	0,00	0,00	10,00	10,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	24.867,01	72.365,45	35.686,40	0,00	61.546,06	1.056,00	19.967,02	16.377,66	16.377,66	0,00	4.645,36	66.191,42
SECRETARIA DE FINANÇAS	0,00	1.987,05	394,29	960,00	632,76	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	632,76
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	5.739,99	66.945,82	52.681,80	0,00	20.004,01	0,00	72,24	72,24	72,24	0,00	0,00	20.004,01
SECRETARIA DE SAÚDE	0,00	23.483,49	23.134,11	0,00	349,38	7.616,00	171.842,77	104.962,27	104.962,27	8.899,40	65.597,10	65.946,48
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO SOCIAL	0,00	15.222,22	14.894,61	0,00	327,61	0,00	2.202,90	1.532,90	1.532,90	0,00	670,00	997,61
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DO CAMPO E MEIO	0,00	20.406,12	18.638,14	0,00	1.767,98	0,00	82,92	82,92	82,92	0,00	0,00	1.767,98
SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO	0,00	437.257,47	120.790,14	0,00	316.467,33	32.349,04	52.446,39	18.687,33	18.687,33	0,00	66.108,10	382.575,43
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	130,00	501,20	631,20	0,00	0,00	8,00	0,00	8,00	8,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE CULTURA ESPORTE ES TURISMO	0,00	76.732,84	22.369,43	0,00	54.363,41	0,00	4.188,10	4.188,10	4.188,10	0,00	0,00	54.363,41
TOTAL (III) = (I + II)	30.737,00	715.834,35	290.152,81	960,00	455.458,54	41.029,04	250.812,34	145.911,42	145.911,42	8.899,40	137.030,56	592.489,10



CONSOLIDADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM ACÕES E SERVICOS PÚBLICOS DE SAÚDE ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	DDENIO TO INIOIAL	ISÃO INICIAL PREVISÃO RECEITAS REALIZA		EALIZADAS
E LEGAIS	PREVISAU INICIAL	ATUALIZADA (a)	Até o bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	693.000,00	693.000,00	61.422,25	8,86
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	47.000,00	47.000,00	3.892,29	8,28
IPTU	32.000,00	32.000,00	2.685,54	8,39
Multas, Juros de Mora, Divida Ativa e Outros Encargos do IPTU	15.000,00	15.000,00	1.206,75	8,05
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ITBI	120.000,00	120.000,00	7.880,00	6,57
ITBI	120.000,00	120.000,00	7.880,00	6,57
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	90.000,00	90.000,00	11.232,87	12,48
ISS	90.000,00	90.000,00	11.232,87	12,48
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	436.000,00	436.000,00	38.417,09	8,81
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	19.080.000,00	19.080.000,00	3.387.284,40	17,75
Cota-Parte FPM	11.000.000,00	11.000.000,00	1.976.380,87	17,9
Cota-Parte ITR	140.000,00	140.000,00	5.861,18	4,19
Cota-Parte IPVA	300.000,00	300.000,00	203.795,22	67,93
Cota-Parte ICMS	7.500.000,00	7.500.000,00	1.184.461,67	15,79
Cota-Parte IPI-Exportação	110.000,00	110.000,00	16.785,46	15,26
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	30.000,00	30.000,00	0,00	0,0
Desoneração ICMS (LC 87/96)	30.000,00	30.000,00	0,00	0,0
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	19.773.000,00	19.773.000,00	3.448.706,65	17,44

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPESAS EM	PENHADAS	DESPESAS LI	QUIDADAS	DESPESAS	PAGAS
SAÚDE(ASPS) - POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	INICIAL	ATUALIZADA (c)	Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	3.566.950,00	3.566.950,00	543.895,62	15,25	369.815,10	10,37	257.777,79	7,23
Despesas Correntes	3.536.950,00	3.536.950,00	543.895,62	15,38	369.815,10	10,46	257.777,79	7,29
Despesas de Capital	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	26.000,00	26.000,00	4.166,25	16,02	4.166,25	16,02	2.387,35	9,18
Despesas Correntes	16.000,00	16.000,00	4.166,25	26,04	4.166,25	26,04	2.387,35	14,92
Despesas de Capital	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (Apoio Administrativo/Manutenção) (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL $(XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)$	3.592.950,00	3.592.950,00	548.061,87	15,25	373.981,35	10,41	260.165,14	7,24

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	548.061,87	373.981,35	260.165,14
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	7.616,00	7.616,00	7.616,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIV - XV)	540.445,87	366.365,35	252.549,14
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			517.306,00
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)			517.306,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	23.139,87	(150.940,65)	(264.756,86)
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	(150.940,65)	(264.756,86)
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS			10,62



CONSOLIDADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

Página: 2 / 3

HNEO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)					
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO		LIMIT	E NÃO CUMPR	IDO	
CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS	Saldo inicial (no exercicio atual)	Despesas custo	eadas no exercício	de referência	Saldo final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	(h)	Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	() = ((52)))
Diferença de limite não cumprido em 2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CLIMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

	EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR									
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0 ,então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP inscrito indevidamente no exercicio sem disponibilidade financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no limite (r) = (p - (o + q)) se <0 então (r)=(0)	pagos	Total de RP a pagar (t)	Total RP cancelado ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelado (v) = ((o + q) - u)
Empenhos de 2020	517.306,00	743.797,97	226.491,97	0,00	0,00	0,00	39.425,10	0,00	7.616,00	226.491,97
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CA	NCELADOS OL	PRESCRITOS	ATÉ O FINAL D	O EXERCÍCIO	ATUAL QUE AF	ETARAM O CU	MPRIMENTO I	OO LIMITE (XXI)	0,00

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)

"CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS	RES	STOS A PAGAR	CANCELADOS	OU PRESCRIT	ros	ı
CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE	Saldo inicial (w)	Despesas cust	eadas no exercício	de referência	Saldo final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))	ı
CAIXA CONFORME ARTIGO 24 § 1° e 2° DA LC 141/2012	(,	Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	(==) (:: (:: ==)))	ı
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2020 a compensar (XXIV)	0,00	7.616,00	7.616,00	7.616,00	-7.616,00	ĺ
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	ı

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO	RECEITAS RI	EALIZADAS
NO CÁLCULO DO MÍNIMO	ATUALIZADA (a) Até o bimestre (b) % (b/a) x 1		% (b/a) x 100	
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	1.281.500,00	1.281.500,00	114.861,52	8,96
Proveniente da União	1.021.500,00	1.021.500,00	82.351,52	8,06
Proveniente dos Estados	260.000,00	260.000,00	32.510,00	12,50
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	2.800,00	2.800,00	331,34	11,83
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	1.284.300,00	1.284.300,00	115.192,86	8,97

ı	DESPESAS CON	I SAÚDE NÃO C	OMPUTADAS NO	CÁLCULO DO	МІ́ММО			
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPESAS EM	PENHADAS	DESPESAS LI	QUIDADAS	DESPESAS	PAGAS
CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	INICIAL	ATUALIZADA (c)	Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	1.016.150,00	1.016.150,00	194.323,80	19,12	98.782,06	9,72	71.655,22	7,05
Despesas Correntes	957.150,00	957.150,00	194.323,80	20,30	98.782,06	10,32	71.655,22	7,49
Despesas de Capital	59.000,00	59.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	51.300,00	51.300,00	1.412,30	2,75	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	51.300,00	51.300,00	1.412,30	2,75	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	1.067.450,00	1.067.450,00	195.736,10	18,34	98.782,06	9,25	71.655,22	6,71



CONSOLIDADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO DE 2020

Página: 3 / 3

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPESAS EM	PENHADAS	DESPESAS LI	QUIDADAS	DESPESAS	PAGAS
COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	INICIAL	(c)	Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	4.583.100,00	4.583.100,00	738.219,42	16,11	468.597,16	10,22	329.433,01	7,19
ASSISTÉNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	77.300,00	77.300,00	5.578,55	7,22	4.166,25	5,39	2.387,35	3,09
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	4.660.400,00	4.660.400,00	743.797,97	15,96	472.763,41	10,14	331.820,36	7,12
(-) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



DECRETO Nº. 022/2020 De 23 de marco de 2020.

EMENTA: Dispõe sobre as medidas para a iniciativa privada acerca do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância decorrente da COVID-19 no âmbito do município de Porto Barreiro, e dá outras providências.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfentamento da emergência de saide pública de importância internacional decorrente do Coronavirus responsável pelo surto de 2019/2020;

altera a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020; e

CONSIDERANDO o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020 do Governo Federal que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para

2020, e outros diplomas normativos relacionados ao observo II. 20, se // ve naso ve 19, deverá ser considerada em todo o ámbito municipal, inclusive na iniciativa privada, em regime de colaboração no enfrentamento da emergência de saúde pública, em decorrência da Infeçção Humana pelo COVID-19.



Art. 2º. Deverá ser considerada, no âmbito da iniciativa privada, a suspensão dos serviços e atividades não essenciais e que não atendam as necessidades inaddaveis da população, ressaltando-se a não interferência nos serviços e atividades considerados essenciais.

Paragrafo único São considerados serviços e atividade es

- I captação, tratamento e distribuição de água:
- II assistência médica e hospitalar

- VII funerários;
- IX fretamento para transporte de funcionários de empresas e indústrias cuja atividade esteja autorizada ao funcionamento;
- X transporte de profissionais da saúde e de coleta de lixo:
- XI captação e tratamento de esgoto e lixo;





MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO ESTADO DO PARANÁ Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000 CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-123

XIII - processamento de dados ligados a servicos es

XVI - transporte e entrega de cargas em geral;

XVII - serviço postal e o correio aéreo nacional;

XVIII - compensação bancária, redes de cartões de crédito e débito, bancários eletrônicos e outros serviços não presenciais de instit financeiras;

de previdência social e a assistência social

XX - atividades medico-periciais relacionadas com a caracterização do impedimento físico, mental, intelectual ou sensorial da pessoa com deficiência, por meio da integração de equipes multiprofissionais e interdisciplinares, para fins de reconhecimento de direitos previstos em lei, em especial na Lei Federal n.º 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência);

els ao atendimento das necessidades inadiáveis da

XXII - setores industrial e da construção civil, em geral.

XXIII - geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e de



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO ESTADO DO PARANÁ Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000 CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1237

XXVI - vigilância e certificações sanitárias e fitossanitárias

XXVII- prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais e de do

Art. 3º, Fica autorizada a instituição de barreiras sanitárias para controle do trânsito de pessoas nas fronteiras do município de Porto Barreiro/PR, em especial para fiscalizar a obediência ao contido nos decretos municipais 020 e

Art. 4°. O descumprimento das determinações contidas neste Decreto poderá ensejar aos infratores as penalidades contidas na Portaria Interministerial nº 5, de 17 de março de 2020 do Governo Federal.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e vigorará enquanto perdurar o estado de emergência nacional pelo COVID-19.

Gabinete da Prefeita Municipal de Porto Barreiro, Estado do ná, em 23 de março de 2020.





MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010

DECRETO Nº 021/2020

De 17 de março de 2020.

A Senhora **Marinez Baldin Crotti**, Prefeita Municipal de Porto Barreiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, instituída pela Lei nº 8.069/90;

Considerando que o fato de o adolescente se encontrar em conflito com a Lei não restringe a aplicação do princípio constitucional da prioridade absoluta, competindo ao Estado, à sociedade e à família dedicar a máxima atenção a estes adolescentes;

Considerando a necessidade de definição do Plano Municipal de Alendimento de Medida Socioeducativa em meio aberto.

Art. 1º. Fica oriada a Comissão Intersetorial para organização dos trabalhos de elaboração do Plano Municipal de Atendimento de Medida Socioeducativa em Meio Aberto constituindo sua implementação, acompanhamento e monitoramento, composta pelos seguintes membros:

- Vanete Maria da Rosa
 Ijanete R. Bier Mortiz
- Centro de Referência de Assistência Social CRAS

- taria Municipal de Esportes
- Rafael Arlan Gihel
 Emerson Bento

Ednilce T. Rodacki Andressa Pandini

- APAE Associação de País e Amigos dos Excepcionais de Porto Bar o Adriana Kava Joaquim o Vanderlli Vailatti da Luz
- Art. 2º. A Comissão que se refere esse Decreto terá o prazo de 02 meses para apresentação do resultado dos trabalhos.
- Art. 3°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete da Prefeita Municipal de Porto Barreiro, Estado do Paraná, em 17 de março de



Prefeitura do Município de Cantagalo

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 25/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2020

tendo em vista a Leis Federais Nº 10.520/2002, os Decretos Federais N 3.555/2000, N° 3.784/2000 e, subsidiariamente, a Lei Federal n°. 8.666/93

e suas alterações, torna público que fará realizar às optomómin Do DIA

06 DE ABRIL DE 2020, na sede da Prefeitura Municipal, situada a Rua

Cinderela, 379, fone (42) 3636-1185, o PREGÃO PRESENCIAL Nº

11/2020, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE INSUMOS VISANDO A CONCLUSÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO DE 50.000 (CINQUENTA MIL) METROS QUADRADOS NA MODALIDADE TST (TRATAMENTO SUPERFICIAL TRIPLO) DA ESTRADA QUE LIGA A SEDE DO MUNICÍPIO DE CANTAGALO-PR AO DISTRITO DE CAVACO,

conforme especificações do edital.

ados deverão retirar o edital de licitação no site do Municí

Cantagalo, 23 de março de 2020

JEAN MATHEUS MARTINS DE JESUS



Aviso de Suspensão de Licitação Nº 01/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020 - IPSM

Cantagalo/PR, através de sua Diretora Presidente e do Pregoeiro designado pela Portaria nº. 17/2020 de 05 de março de 2020, tendo em resguardo dos servidores e demais envolvidos no processo licitatório torna público a **SUSPENSÃO** por prazo indeterminado do certame do PREGÃO PRESENCIAL 01/2020-IPSM, para **CONTRATAÇÃO DE** BRASIL, PARA OPERAR COM EXCLUSIVIDADE OS SERVIÇOS DA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS DO IPSM - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CANTAGALO/PR; E FACULTATIVAMENTE NA CONCESSÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO EM

FOLHA DE PAGAMENTO, marcado para o dia 26 de março de 2020. Conforme Item 13.5, do edital, em momento oportuno a sessão será redesignada com nova data, horário e local a ser definidos; e novamente publicado na Imprensa Oficial.

Eliana Reolon Brandelero

JEAN MATHEUS MARTINS DE JESUS



ESTADO DO PARANÁ

- IV Clubes, Casas de Shows, Associações recreativas e similares
- VI Utilização de áreas comuns, praças, parques, academias públicas, salões de festas e similares;
- VIII Quaisquer outros serviços ou atividades privadas com ate público, não expressamente mencionadas no presente Decreto;
- § 1º Caso tenha estrutura e logistica adequadas, fica autorizado funcionamento dos restaurantes, lanchonetes e demais estabelicimentos glenores alimenticios, ocultais/amente para atendimento de serviço de entre ou retirada no local, desde que adotadas as medidas estabelecidas por autoridades de sade de prevenção ao contrágio e contenção da propaga de infecção viral relativa ao Coronavirus COVID-19.
- Art. 2º. Ficam mantidas as atividades essenciais, assim o
- II Distribuidoras de gás e água;

- § 1º As atividades essenciais descritas no artigo 2º deste Decreto, deven organizar o fluxo de entrada e permanência de pessoas nos seus respectivos espectos.

- Art. 4º: Fica proibida a circulação de pessoas nas vias públicas no período compreendido entre às 21h00min às 08h00min.
- Art. 5º: A fiscalização quanto ao cumprimento das medidas determinadas neste Decreto ficará a cargo dos órgãos de segurança pública, com apolo da Secretaria funicinal de Saúde
- Art. 7º. Poderão ser promovidas alterações no disposto acima, mediamente monitoramento da situação emergencial.
- Art. $8^{\rm o}$. O disposto neste Decreto não invalida as providências det Decreto nº. 52 de 2020, no que não forem conflitantes.



rela, 379, Centro, CEP. 85.160-000 Fone: (42) 3636-1185

dicamentos para animais, logas de suplement para animais, cooperativas e unidades se e produção agrícola e lojas de materiais de con mitido apenas o atendimento por telefone e/ou redes ega dos produtos já vendidos;

Este Decreto entra em vigor na data de sua public



MUNICÍPIO DE CANTAGALO ESTADO DO PARANÁ

379 - Planalto - CEP: 85160-000 - Can

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO - CONVÊNIO Nº 01/2020-PMC

ERRATA aba

"ONDE SE LÊ":

"LEIA-SE":



MUNICÍPIO DE CANTAGALO ESTADO rela, 379 - Planalto - CEP: 85160-000 - Cal CNPJ: 78.279.981/0001-45

Tomada de Preço № 01/2020

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE RECAPE ASFÁLTICO SOBRE PAVIMENTAÇÃO POLIÉDRICA A SER EXECUTADO NA VILA CAÇULA, MUNICÍPIO DE CANTAGALO.

Acrescimo ao contrato originário o montante de R\$ 65.246,78 (sessenta e cir mil duzentos e quarenta e seis reais e setenta e oito centavos). Referenta acréscimo de obra na Rua Rio de Janeiro, uma vez que o projeto originário r contempla trecho na altura da Rua Castelo Branco, o qual estava previsto outro projeto que não será mais executado.

Cantagalo – Paraná

JAIR ROCHA DA SILVA Prefeito Municipal



6º ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO RIO JORDÃO -CRJ

Pelo presente instrumento, após aprovação por unanimidade em Assembleia Geral Extraordinária de 18 de março de 2020, passam a integrar o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO RIO JORDÃO - CRJ - os Municípios de Pinhão e Guarapuava, por meio de seus representantes legais, devidamente autorizados por suas respectivas leis municípais, nos estritos termos do Protocolo de Intenções, em observância à Lei Federal nº 11.107/2005 e demais legislações aplicáveis à espécie, constituindo o referido Consórcio, que será regido pelas normas a seguir dispostas.

ninação, Finalidade, Constituição, Sede, Foro e Objetivos

CAPÍTULO I

- Art. 1º O Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Jordão, doravante ominado CRJ, constitui-se sob a forma de Associação Pública com denominado CRJ, constitui-se sob a forma de Associação Pública com Personalidade Jurídica de Direito Público, sem fins lucrativos, com prazo indeterminado de duração e será regido pelas normas e diretirzes estabelecidas pela Constituição Federal. Lei Federal nº 11.107, de 08 de abril de 2005, regulamentada pelo Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, e legislação municipal pertinente, tendo por finalidade a gestão compartilhada de políticas públicas relacionadas à prestação de serviços e fornecimento de equipamentos destinados à manutenção, adequação, readequação e melhorias nas estradas vicinais existentes nos Municípios Consorciados.
- Art. 2º A área de atuação do Consórcio será formada pelos territórios dos municípios integrantes, Zona Referencial deste, inexistindo limites intermunicipais para as finalidades a que se propõe, respeitando as autonomias municipais.





Art. 3º Considerar-se-á constituído o CRJ mediante os municípios que Considerar-se-á constituído o CRJ mediante os municípios que subscreverem o Protocolo de Intenções ratificado por Lei Municipal de cada município consorciado, iniciando sua existência legal com a inscrição do ato constitutivo do CRJ no respectivo registro e averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo, sendo que o consórcio será regido pelas normas e legislação pertinente aos consórcios públicos, pelo presente Estatuto Social e pela regulamentação a ser adotada pelos seus órgãos.

- Art. 4º O ingresso de novos municípios ao CRJ se dará, mediante a aprovação unânime dos Municípios Consorciados.
- Mediante aprovação da Assembleia Geral do CRJ, cabe ao município interessado a responsabilidade de apresentação da Lei Municipal de Interessado a responsadinada de apresentação da Lei Municipal de Ratificação do Protocolo de Intenções, após o que, será alterado o presente Estatuto, constituindo-o como Associado Efetivo e averbando-se no registro civil de pessoas jurídicas.

CAPÍTUI O III

Art. 5º O CRJ terá sede na Avenida Sebastião de Camargo Ribas, 2301, 1º o CAD, terá seue in a riverinua seuciasida de Carlinariyo Riuda; 2011, andar, sala 2, Bonsucesso, CEP 85055-000, anexo à Rodoviária Municipal de Guarapuava – PR, podendo ser alterado em caso de conveniência dos municipios integrantes, desde que por unanimidade, tendo foro de competência a Comarca de Guarapuava – PR.

CAPÍTULO IV

Dos Objetivos

- Art. 6º O CRJ, em prol de seus objetivos, atua em regime de intercâmbio e franca cooperação com entidades afins, órgão e entidades federais,
- Consorcio Intermunicipal do Vale do Rio Jordão
 Av. Sebastião de Camargo Ribas, 2301, 1º Andar, Sala 2 | CEP 85055-000 | Bonsucesso | Guarapuava | Paraná valedoriojordao.wissite.com/consorcio | consorciovaleriojordao@gmail.com | Telefone: (42) 9524 6310



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO RIO JORDÃO - CRJ CNPJ 17.851.062/0001-00

- Art. 7º Os principais objetivos do CRJ, além de outros que guardem estrita relação com a sua finalidade prevista no Art. 1º, são: Prestar assessoria institucional, técnica e jurídica, visando o planejamento, desenvolvimento e aprimoramento de ações voltadas ao atendimento dos objetivos estatutários de seus consorciados dentro do campo da Gestão Pública Cooperativa;
- Estabelecer canal de amplo intercâmbio e cooperação com os Tribunais de Contas, Ministério Público e Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, nos três niveis federativos, tendo em conta o atendimento dos interesses de seus consorciados;
- Trabalhar continuamente pela concentração e coordenação de esforços técnicos e o recebimento de aportes financeiros da União e Estado, bem como, da iniciativa privada, mediante o estabelecimento de acordos, convênios, contratos, termos de ajustes e conduta, e/ou parcerias para solução de problemas comuns de seus consorciados;
- Promover o fortalecimento da imagem institucional do consórcio, através da divulgação de seus eventos, atividades, estudos e resultados, obras concretizadas e outros por meio da imprensa local e Incentivar e cooperar com seus consorciados no desenvolvimento de processos de gestão administrativo eficazes, de acordo com as exigências legais, em especial aquelas exigidas pelos Tribunais de Conta do Paraná e da União;
- Incentivar e cooperar com seus consorciados no desenvolvi uma política de uso intensivo da tecnologia da informação para facilitar o planejamento, direção e controle das ações consorciais;

Consorcio Intermunicipal do Vale do Rio Jordão

Av. Sebastião de Camargo Ribas, 2301, 1º Andar, Sala 2 | CEP 85055-000 | Bonsucesso | Guarapuava | Paraná valedoriojordao, xixistie comiconsorcio | consorciovaleriojordao,@gmail.com | Telefone: (42) 3624 6310





CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO RIO JORDÃO - CRJ CNPJ 17.851.062/0001-00

- VIII Promover a concentração e coordenação de esforços para o desenvolvimento de suas atividades, buscando soluções políticas, técnicas e administrativas para os problemas de interesse comum dos
- Elaborar estudos, levantamentos e pareceres sobre problemas e potencialidades do território que envolve o CRJ para propor alternativas de solução e/ou linhas de ações pertinentes;
- Reivindicar e oferecer condições de implementação da gestão consorciada de serviços públicos de direito público em escala adequada, em que participem a União, Estado do Paraná ou mesmo
- Representar interesses e direitos coletivos de seus consorciados junto à Administração Pública e privada, promovendo, se necessário, ações judiciais, atuar como litisconsorte passivo em demandas que os consorciado(s) figurar(em) na condição de réu(s), visando colaborar na defesa judicial dos interesses;
- Planejar e executar projetos de interesse comum, destinados a promover, melhorar o controlar o uso do solo, as condições de saneamento e uso das águas de suas bacias hidrográficas e respectivas sub-bacias, também no que diz respeito ao esgoto doméstico e lixo urbano, para tanto estabelecendo normas de proteção ao meio ambiente e realizando monitoramento;
- XIII Constituir ações para promover a construção de habitações de interesse social no meio urbano e rural dos municípios consorciados;
- XIV Planejar ações, adquirir equipamentos e insumos para construir e conservar estradas vicinais, pavimentações, terraplanagens e realizar serviços que promova o desenvolvimento sustentável regional;
- XV Planejar e promover ações em comum nas áreas educacionais, culturais e esportivas;
- XVI Planejar ações, adquirir equipamentos e insumos, tais como, rolo compactador e caminhões, entre outros, para promover o desenvolvimento sustentável da produção agropecuária regional, como atenção especial ao pequeno e médio produto
- Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Jordão
 Av. Sebastião de Camargo Ribas, 2301, 1º Andar, Sala 2 | CEP 85055-000 | Bonsucesso | Guarapuava | Paraná
 valedoriojordao.wissile.comiconsorcio] consorciovaleriojordao@gmail.com | Telefone: (42) 3624 6310



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO RIO JORDÃO – CRJ CNPJ 17.851.062/0001-00

- Art. 8º Para cumprimento de seus objetivos o consórcio poderá:
- Adquirir os bens que entender necessários, os quais integrarão o seu
- Firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, ajustes, parceria, receber auxílios, contribuições e subvenções de outras entidades de governo ou da iniciativa privada;
- III Efetuar cobrança pela prestação de serviços, instituída de acordo com

CAPÍTULO V

- Art. 9° É direito do consorciado retirar-se do quadro social quando julgar necessário, protocolando seu pedido junto à Diretoria Executiva do CRJ, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data que pretende retirar-se, desde que não esteja em débito com suas obrigações associativas.
- Art. 10° A exclusão do consorciado será determinada pela Assembleia Geral, quando houver justa causa e falta grave, assim reconhecidas em processo administrativo, em que fique assegurado o direito da ampla defesa, quando ficar comprovada a ocorrência de:
- II Difamação ou injúria perpetrada contra o presente Consórcio ou seus
- III Atividades contrárias às decisões da Assembleia Geral.

CAPÍTULO VI

Dos Direitos e Deveres dos Consorciados

Art. 11 São direitos dos consorciados, quando adimplentes:

Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Jordão

Av. Sebastião de Camargo Ribas, 2301, 1º Andar, Sala 2 | CEP 85055–000 | Bonsucesso | Guarapuava | Paraná valedoriojordao wksalie.com/consorcio | consorciovaleriojordao@gmall.com | Telefone: (42) 9524 6310



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO RIO JORDÃO – CRJ

- Exigir o pleno cumprimento das cláusulas do Estatuto deste consórcio
- Exigir transparência e a qualquer tempo documentos pertinentes a prestação de contas deste instrumento;
- III Fazer parte de forma igualitária de todas as ações realizadas por este
- Manter-se adimplente com todos os seus compromissos firmados no contrato de rateio deste Consórcio
- Dispor de todo e qualquer documento de sua gestão municipal que se faça necessário para a devida manutenção do Consórcio e de suas
- III Justificar sua falta através de ofício na Assembleia Geral
- IV Zelar pelo melhor e eficiente andamento deste Consórcio
- Art. 13 Os consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações midas nelo CR.I

TITULO II

Da Estrutura Organizacional do Consórcio

Da Organização do Consórcio

Art. 14 O Consórcio tem a seguinte Organização

- I Assembleia Geral
- II Diretoria Executiva
- III Secretaria Executiva
- IV Conselho Fiscal
- Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Jordão

 Av. Sebastião de Camargo Ribas, 2031, 1º André, Sala 2 (EPS 8655-400) | Bonsucesso | Guarapuava | Paraná
 valedoriojordao.wixsile.comiconsorcio | consorciovaleriojordao@gmail.com | Telefone: (42) 3624 6310

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO RIO JORDÃO – CRJ CNPJ 17.851.062/0001-00

CAPITUI O II Da Assembleia Geral

- Art. 15 A Assembleia Geral é a instância máxima deliberativa do CRJ e será constituída pelos Chefes do Poder Executivo dos municípios consorciados ou seus representantes legais, estes últimos mediante outorga de poderes específicos, reunindo-se anualmente no més de fevereiro, ordinariamente, para apreciação das contas do CRJ e para eleição da Presidência e Vice-Presidência do Consórcio em votação secreta entre os membros, para um mandato de 2 (dois) anos.
- Parágrafo Primeiro Podem participar da reunião da Assembleia Gera Ordinária ou Extraordinária a estrutura básica constante dos itens II a V do artigo anterior, por conveniência da Assembleia Geral.
- Parágrafo Segundo As disposições sobre o funcionamento da Assembleia

 Geral serão consolidadas e complementadas pelo Regimento Interno

SECÃO I

DA COMPETÊNCIA DA ASSEMBLEIA GERAL

- Art. 16 Compete à Assembleia Geral
- I Alterar o Estatuto Social:
- Homologar o relatório e balanço anual de atividade do CRJ
- Autorizar a alienação de bens do CRJ;
- IV Aprovar e propor mudanças neste Estatuto como também resolver os

Cons, rico Intermunicipal do Vale do Rio Jordão

Av. Sebastião de Camargo Rúot, 1º Andar, Sala 2 | CEP 85055-000 | Bonsucesso | Guarapuava | Paraná
valedoriojordão. wiosite.com/consorcio | consorciovaleriojordão@gmail.com | Telefone: (42) 3624 6310



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO RIO JORDÃO – CRJ

- ar a elaboração de estudos e pareceres especializados a solucionar as questões trazidas pelos consorciados que direta relação com a finalidade, objetivos e interesses do
- VII Deliberar sobre as cotas de contribuições de cada município;
- IX Eleger e dar posse aos membros do Conselho Fiscal;
- nologar o Relatório Anual de atividades do Consórcio
- XI Homologar o quadro de pessoal proposto pela Diretoria Executiva
- XIII Destituir membros da Diretoria:
- XIV Deliberar sobre inclusão de novo município membro ou exclusão de sócio por não cumprimento das obrigações assumidas;
- XV Deliberar sobre dissolução do Consórcio;
- XVI Aprovar a proposta Orçamentária e o Plano de Atividades para o ano
- XVIIIRepresentar judicialmente o CRJ, através de seu presidente e do diretor presidente;
- XIX Homologar a prestação de contas para o Tribunal de Contas do Estado;
- XX Aprovar a requisição de empregados públicos feita pela Diretoria

Consócto Intermunicipal do Vale do Rio Jordão

Av. Sebastião de Camargo Ribas, 2301, 1º Andar, Sala 2 | CEP 85055–000 | Bonsucesso | Guarapuava | Paraná valedoriojordao, xiviste comiconsocio | consorciovaleriojordao@gmail.com | Telefone: (42) 3624 6310



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO RIO JORDÃO – CRJ

- XXI Aprovar o Regimento Interno do Consórcio, como também propor e deliberar alterações;
- XXII Aprovar a estrutura administrativa, bem como o quadro de cargos e salários do CRJ;
- Parágrafo Único Para as deliberações a que se referem os incisos acima é exigido o voto concorde de todos os con-
- Art. 17 Cada município do Consórcio terá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral através de seu prefeito ou representante legalmente constituído por oficio.
- Parágrafo Único O Presidente do CRJ participará em todo o processo de votação e, em caso de empate, terá voto minerva
- Art. 18 As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples dos consorciados, salvo as exceções expressas neste Estatuto.
- Art. 19 A reunião da Assembleia Geral será pública, podendo assisti-la, sem direito a voto, qualquer cidadão.
- Art. 20 A reunião da Assembleia Geral poderá ser ordinária ou extraordinária
- A Assembleia Geral Ordinária se reunirá anualmente, conforme Art. 15, e a sua convocação deverá ser efetuada pelo Presidente, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, devendo ser convocada por qualquer meio de comunicação, desde que reconhecida a ciência.
- A Assembleia Geral Extraordinária será convocada pelo Presid devendo ser convocada por qualquer meio de comunicação, desde que reconhecida a ciên
- Os consorciados que solicitarem convocação da Assembleia Geral Extraordinária, na forma estabelecida no inciso II deste artigo, deverão formalizar pedido por escritio ao Presidente do Consórcio, relatando os motivos e indicando os assuntos a serem tratados. Consórcio Intermunicipal do Vite do Rio Jorda
- Consortio mierriminicipal do vale do Nosociado

 Av. Sebastião de Camargo Ribas, 2301, 1º Andar, Sala 2 | CEP 85055–000 | Bonsucesso | Guarapuava | Paraná valedoriojordao.wisite.com/consortio | consorciovaleriojordao@gmail.com | Telefone: (42) 3624 6310



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO RIO JORDÃO - CRJ CNPJ 17.851.062/0001-00

- Art. 22 As deliberações da Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária.

serão executadas pela Diretoria Executiva

- Poderão participar dos trabalhos das referidas comissões, técnicos nas matérias relacionadas com as proposições encaminhadas à
- Compete à Comissão Técnica Especial da Assembleia Geral:
- I Emitir parecer nas proposições para as quais foram instituídas
- Sugerir emendas às proposições a ela subme
- Art. 24 Compete ao Presidente do CRJ:
 - Representar formalmente o CRJ em eventos, solenidades, perante a Administração Pública, em juízo ou fora dele, inclusive nestes últimos casos, delegar poderes
- II Convocar as reuniões de Assembleia Geral Ordinária;
- III Convocar as reuniões de Assembleia Geral Extraordinária
- IV Assinar todos os atos deliberativos pela Assembleia Geral:
- Firmar convênios, acordos, ajustes, parcerias para o cumprimento dos objetivos do CRJ.

CAPÍTULO III

Da Diretoria Executiva

Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Jordão
Av. Sebastião de Camargo Ribas, 2001, 1º Andar, Sala 2 (CEP 85055-00) Bonsucesso | Guarapuava | Parant
valedoriojordão.wiosite.comiconsorcio | consorciovaleriojordão.@gmail.com | Telefone: (42) 3624 6310



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO RIO JORDÃO – CRJ CNPJ 17.851.062/0001-00

- A Diretoria Executiva disporá de membros auxiliares, previsto neste Estatuto e de acordo com suas competências definidas no Regimento Interno, para execução das atividades fins do CRJ:
- Os membros auxiliares da Diretoria Executiva possuem cargos remunerados preenchidos mediante concurso público seleção competitiva e/ou teste seletivo, bem como nomeados por indicação, conforme especificações do cargo, definido no Regimento Interno.
- A eleição e posse da Diretoria Executiva serão realizadas na Assembleia do Consórcio e, posteriormente a cada biênio.
- O Município Consorciado que não estiver em dia com suas obrigações estatutárias não poderá indicar membros para a Diretoria Executiva.

SECÃO I

Das Competências da Diretoria Executiva

- Art. 27 Compete ao Diretor Presidente:
- Representar o CRJ judicialmente e extrajudicialmente, ativa e
- II Zelar pelo cumprimento do presente Estatuto;
- Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Jordão

 Av. Sebastião de Camargo Ribas, 2301, 1º Andar, Salia 2 | CEP 85055–000 | Bonsucesso | Guarapuava | Parant valedoriojordao, wiusite.com/consorcio/ consorciovalerlojordao@gmail.com | Telefone: (42) 3624 6310



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO RIO JORDÃO – CRJ

- IV Firmar convênio, acordos ou contratos com entidades públicas e
- Supervisionar os serviços oferecidos pelo CRJ aos seus associados, assegurando a eficiência dos mesmos;
- VI Encaminhar as decisões da Assembleia Geral para execução pelo
- Secretário Executivo
- VIII Constituir técnicos de órgãos municipais, estaduais, federais entidades privadas, profissionais liberais e membros da sociedade civil organizada para participarem dos grupos previstos no item anterior;
- IX Solicitar que sejam colocados à disposição do CRJ servidores dos municípios consorciados e submeter à Assembleia Geral:
- Autorizar pagamentos e movimentar recursos financeiros do CRJ através de cheques bancários nominais, ordens de pagamento ou meios eletrônicos em conjunto com o Diretor Financeiro
- XI Gerir o patrimônio do Consórcio:
- XII Assinar cheques em conjunto com o Diretor Financeiro e quaisquei outros documentos que digam respeito ao CRJ em conjunto com membros da Diretoria ou da Secretaria Executiva;
- XIII Elaborar o balanço e o relatório anual de atividades a ser apreciado
- XIV Receber as proposições dos associados para encaminhamento a Assembleia Geral, quando não instituída comissão especial para essa
- XV Preparar agenda e pauta para a Assembleia Geral;

Consórcio Intermunicipal do Vale do Río Jordão
Av. Sebastão de Camargo Ribas, 2091. 1º Andar, Sala 2 (CEP 85055-000) Bonsucesso | Guaraçuava | Parand-valedoriojordao, wissite comiconstordo | consorciovaleriojordao@gmail.com | Telefone: (42) 9624 6310
12

4

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO RIO JORDÃO - CRJ

do CRJ, bem como a respectiva tabela remuneratória

- XVI Executar e fazer cumprir as deliberações do Assembleia Geral, dando lhes ampla publicidade;
- XVII Submeter à Assembleia Geral, para aprovação, o quadro do pessoal
- XVIII Delegar poderes à Secretaria Executiva para o cumprimento de seus objetivos, através de ato próprio ou por procuração, quando houver
- XIX Contratar assessoria especializada ou consultoria para realização de trabalhos de planejamentos, administrativos e serviços de elaboração e gestão de projetos
- XX Contratar e demitir funcionários, colocar à disposição do órgão de origem o servidor cedido, como também, praticar todos os atos relativos ao quadro de pessoal administrativo técnico, mediante aprovação da Assembleia Geral.
- XXII Elaborar proposta orçamentária e o plano de atividades para o ano seguinte, encaminhando-o à Assembleia Geral até 30 de outubro de
- XXIII Propor a criação da estrutura administrativa, bem como o quadro de cargos e salários do CRJ à aprovação da Assembleia Geral. Art. 28 Compete ao Diretor Vice-Presidente substituir o Diretor Presidente nas suas ausências e impedimentos, participando das deliberações da
- Diretoria Executiva. Art. 29 Compete ao Diretor Financeiro, em consonância com a Secretaria
- I Organizar e guardar os documentos contábeis do CRJ;
- Assinar cheques e documentos de ordem financeira do CRJ em conjunto com o Diretor Presidente, bem como movimentações bancárias necessárias a pagamentos e recebimentos;
 Comercio Intermicigão de Vade o Roi Jordas

 Av. Sebastão de Camang DiBez, 2011, 1º Andar, Sala 2 | CEP 85055-001 Blorauceseo | Guarquave | Parana vietodrogorfaco waista comicorarocio consocioloseiros ordigenal com 1 Teletône (42) 3624 6510



III Deliberar juntamente com os membros da Diretoria Executiva CAPITUI O IV

- Da Secretaria Executiva
- Art. 30 A Secretaria Executiva é um órgão executor das deliberações da Assembleia Geral e da Diretoria Executiva. Art. 31 O Secretário Executivo se encarregará de todas as a administrativas e de controle financeiro do CRJ, deverá ser p notório conhecimento e experiência nas atividades administr órgãos públicos ou consorciais.
- Parágrafo Único O Secretário Executivo será contratado fazendo jus à remuneração estabelecida pela Assembleia Geral.
- Art. 32 A Secretaria Executiva é o órgão responsável pelo asses técnico-administrativo da Diretoria, cabendo-lhe o planejamento, coordenação, controle e execução das rotinas administrativas e fiscalização do desempenho do quadro de pessoal

Das Atribuições da Secretaria Executiva

- I Planejar, controlar e fiscalizar os trabalhos de cunho administrativo do II Propor à Assembleia Geral a estruturação das atividades de seus serviços, quadro de pessoal e respectiva tabela remuneratória submetendo tais proposições à apreciação da Diretoria Executiva;
- III Propor à Diretoria Executiva a contratação, enquadramento, promoção e afastamento de empregados, bem como praticar todos os atos relativos à boa administração do quadro de pessoal do CRJ;
- IV Promover, juntamente com o Diretor Financeiro, a arrecadação de recursos financeiros para o CRJ;



- CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO RIO JORDÃO CRJ V Zelar para que o CRJ cumpra com sua finalidade junto aos
- VI Divulgar as deliberações da Assembleia Geral, providenciando ampla publicidade do que foi deliberado, preferencialmente em página eletrônica do CRJ na Internet;
- VIII Organizar reuniões ordinárias e extraordinárias do CRJ, providenciando a divulgação das atas das reuniões e outros
- IX Executar outras tarefas referentes ao pagamento de créditos e de adimplemento de débitos dos associados; X Executar outras tarefas que lhe forem atribuídas

CAPÍTULO V

Art. 34 O Conselho Fiscal é composto por: Presidente e mais 02 (dois) membros efetivos; Eleitos para mandato de 02 (dois) anos, sendo composto por Prefeitos, Secretários ou Assessores Municipais dos municípios consorciados.

Parágrafo Único – Os integrantes do Conselho Fiscal realizarão suas atividades de forma gratuita.

SECÃO I

Art. 35 Compete ao Conselho Fiscal:

Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Jordão

Av. Sebastião de Camargo Ribas, 2301, 1º Andar, Sala 2 | CEP 85055-000 | Bonsucesso | Guarapuava | Paraná
valedoniojordão.wissite.comiconsorcio | consorcio/valenojordão@gmail.com | Telefone: (42) 3624 6310



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO RIO JORDÃO – CRJ CNPJ 17.851.062/0001-00

- Reunir-se, ao final de cada quadrimestre, para analisar e emitir parecer sobre os relatórios financeiros e aplicações de recursos do CRJ;
- III Emitir, sempre que solicitado, parecer sobre os assuntos colocados à sua apreciação pela Diretoria Executiva.
- § 1º As deliberações do conselho fiscal terão validade com o quórum
- § 2º Todas as Manifestações do Conselho Fiscal, que serão na forma de

CADÍTULOVI

DO CONTROLE INTERNO

Art. 36 O Controle Interno é Unidade de organização e conjunto de métodos e medidas adotadas dentro de uma organização, para salvaguardar seus recursos, verificar a exatidão e veracidade de sua informação financeira administrativa, promover eficiência nas operações, estimular a observância da política prescrita e conseguir o cumprimento das metas e objetivos programados.

SEÇÃO I

- Art 37 Compete an Controle Interno:
- Verificar a regularidade da programação orçamentária e financeira, avaliando o cumprimento das metas previstas no PLACIC (Plano de Ação Conjunta) a execução dos programas de governo e do orçamento do CRJ, no mínimo uma vez por ano;
- II Verificar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência, economicidade e efetividade das gestões orçamentária, financeira e patrimonial, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito público;
- III Exercer o controle das operações de crédito, avais e outras garantias bem como dos direitos e haveres do Estado e dos municípios consorciados:
- Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Jordão
 Av. Sebastião de Camargo Ribas, 2301, 1º Andar, Sala 2 | CEP 85055-000 | Bonsucesso | Guarapuava | Paraná
 valedoniojordao.wixsile.comiconsorcio | consorciovalenojordao@gmail.com | Telefone: (42) 3624 6310



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO RIO JORDÃO – CRJ CNPJ 17.851.062/0001-00

- V Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional
- V Examinar a escrituração e comprovar a legalidade contábil e a documentação a ela correspondente:
- VI Examinar as fases de execução da despesa, inclusive verificando regularidade das licitações e contratos, sob os aspectos da legalidade legitimidade, economicidade e razpabilidade:
- VII Exercer o controle sobre a execução da receita bem como as operações de crédito, emissão de títulos e verificação dos depósitos de cauções e fianças;
- VIII Exercer o controle sobre os créditos adicionais bem como a conta "restos a pagar" e "despesas de exercícios anteriores";
- IX Acompanhar a contabilização dos recursos provenientes de celebração de convênios e examinando as despesas correspondentes, na forma do inciso V deste artigo;
- X Supervisionar as medidas adotadas para o retorno da despesa total com Pessoal ao respectivo limite, nos termos dos artigos 22 e 23 da Lei nº 101/2000, caso haja necessidade;
- XI Realizar o controle dos limites e das condições para a inscrição de Restos a Pagar, processados ou não;
- XII Realizar o controle da destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, de acordo com as restrições impostas pela Lei Complementar nº 101/2000:
- XIII Controlar o alcance da consecução das metas fiscais dos resultados primário e nominal;
- XIV Acompanhar, para fins de posterior registro no Tribunal de Contas, os atos de admissão de pessoal, a qualquer título, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão e designações para função gratificada, bem como verificar os atos de aposentadoria para posterior registro no Tribunal de Contas;
- XV Organizar e executar, por iniciativa propria ou por solicitação d Tribunal de contas, a programação trimestral de auditorias contábi Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Jordão
- Consórcio Infermunicipal do Vale do Rio Jordão

 Av. Sebastião de Camargo Ribas, 2011, 1º Andar, Sala 2 | CEP 85055-000 | Bonsucesso | Guarapuava | Paran
 valedoriolograp wixsite comiconsorcio i consorciowajeriojordan/filmmail com | Telefone: (42) 3624,6310



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO RIO JORDÃO – CRJ

financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas sob seu controle, mantendo a documentação e relatórios organizados, especialmente para verificação do Controle Externo, enviando ao Tribunal os respectivos relatórios:

- XVI Realizar auditorias nas contas dos responsáveis sob seu controle, emitindo relatório, certificado de auditoria e parecer;
- XVII.Alertar formalmente a autoridade administrativa competente para que instaure tomada de contas especial sempre que tomar conhecimento de qualquer das ocorrências referidas que autorizem este procedimento;
- XVIII Realizar outras atividades de manutenção e aperfeiçoamento do sistema de controle interno, inclusive quando da edição de leis, regulamentos e orientações.
- Art. 38 Não poderá ocupar o cargo de Controle Interno do CRJ quem:
- I Realizar atividade político partidária
- II Exercer outra atividade profissional;
- III Tiver sofrido penalização administrativa, cível ou penal, por decisão definitiva.
- Art. 39 São prerrogativas do Controle Interno
- Solicitar qualquer processo, documento ou informação;
- Possibilidade de impugnar, mediante representação, atos sem fundamentação legal;
- III Solicitar providências para corrigir ilegalidades ou a irregularidade apurada.

TITULO III

Dos Recursos Financeiros, Patrimônios e Uso de Bens Serviços

Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Jordão

Av. Sebastião de Camargo Ribas, 2301, 1º Andar, Sala 2 (CEP 85055-001 | Bonsucesso | Guarapuava | Paraná
valedoriójordão. wixsile.com/consorcio | consorciovaleriojordão/gan

INICIDAD DO VALE DO DIO IODO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO RIO JORDÃO - CRJ

CAPÍTULO I

Dos Recursos Financeiros

- Art. 40 Os recursos financeiros do CRJ são provenientes
 - I De fundo operacional constituído pelas contribuições mensais dos consorciados, em valor a ser fixado em Reunião da Assembleia Geral, cuja destinação específica será a manutenção das atividades administrativas, das instalações da sede do CRJ, pagamento de pessoal, assessorias e aquisição de insumos, bens e serviços;
 - II Dos recursos repassados pela União e Estado do Paraná;
 - III Do produto de operações de crédito ou aplicação financeira;
 - IV De recursos oriundos de convênios, acordos, contratos e/ou parcerias com outras entidades:
- V De recursos de prestação de serviços técnicos a terceiros;
- VI De recursos eventuais que lhes forem repassados por entidade públicas e privadas;
- VII Das doações e Transferência em gera
- VIII Dos recursos repassados pelos consorciados para pagamento de
- IV Caldas da accessíalas
- § 1º A contrapartida que trata o inciso VIII se dará em valor proporcional de acordo com a necessidade de cada município, ou determinado
- § 2º A contrapartida que trata o inciso VIII para obras se dará da seguinte
 - Obra igual: são obras de interesse público instaladas em cada município que tem o mesmo porte, objeto e objeto s sendo o
- Av. Sebastião de Camargo Ribas, 2301, 1º Andar, Sala 2 | CEP 85055–000 | Bonsucesso | Guarapuava | Para valedoriolordao.wivsite.com/consorcio | consorciovaleriolordao@omail.com | Telefone: (42) 3624 6310



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO RIO JORDÃO – CRJ CNPJ 17.851.062/0001-010

- valor da Concedente distribuído igualitariamente e o de contrapartida se dará individualmente para cada município consorciado conforme necessidade da Planta de implantação e Placilho Concentrácio:
- § 3º É vedada a participação de contrapartida financeira do CRJ em obras que visem o desenvolvimento econômico em benefício direto à iniciativa privada.
- § 4º Todo e qualquer recurso financeiro recebido pelo CRJ deverá ser aplicado integralmente na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais.
- § 5º Independente da origem ou dos resultados financeiros alçados pelo CRJ, em nenhuma hipótese e sob nenhum pretexto, os lucros poderão ser distribuídos, doados ou repassados aos seus consorciados.
- Parágrafo Único O repasse dos recursos financeiros referentes a participação dos entes consorciados será efetuado mediante Contrat de Rateio.

CAPÍTULO II

Do Patrimônio

- Art. 41 Constituem patrimônio do CRJ:
 - I Bens móveis e imóveis adquiridos a qualquer título
- II Títulos diversos;
- II Recursos financeiros;
- IV Bens móveis e imóveis doados por entidades públicas ou particulares.
- Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Jordão

 Av. Sebastião de Camargo Ribas, 2301, 1º Andar, Sala 2 | CEP 85655-000 | Bonsucesso | Guarapuava | Paraná
 valedoriojordao, wixsite.com/consorcio | consorciovaleriojordao@gmail.com | Telefone: (42) 3624 6310



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO RIO JORDÃO – CRJ CNP.1 17. 851 062/0001-00

- Art. 42 Os consorciados que se retirarem espontaneamente e os excluídos do quadro social somente participarão da reversão dos bens patrimoniais do Consórcio quando de sua extincão.
- Parágrafo Único O município receberá proporcionalmente a sua participação

CAPÍTULO III

Do Uso Dos Bens e Serviços

- Art. 43 Terão acesso ao uso de bens e serviços do Consórcio todos aqueles consorciados que tenham contribuído para sua aquisição, sendo que o acesso daqueles que não tenham contribuído ocorrerá nas condições a serem deliberadas pelos que contribuíram.
- Art. 44 O Consorciado que não contribuir para aquisição, poderá fazer uso dos bens e serviços mediante o pagamento pecuniário equivalente a parcela paga por um Consorciado que contribuiu, sendo o valor, ainda, estipulado mediante cálculo de depreciação dos equipamentos existentes e aprovação dos consorciados que contribuíram.
- Parágrafo Único O valor que trata este Artigo poderá ser pago mediante transferência de um equipamento do patrimônio do consorciado, equivalente ao valor proposto, cabendo a aceitação dos consorciados que contribuíram.
- Art. 45 Respeitando as respectivas legislações municipais, cada consorciado poderá colocar à disposição do Consórcio os bens de seu próprio patrimônio e os serviços de sua própria administração para uso comum.
- equivalente a 0,5% (meio por cento) ao dia sobre o valor inadimplente.

TITULO IV

DOS RECURSOS HUMANOS

Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Jordão

Av. Sebastão de Camargo Ribas, 2301, 1º Andar, Sala 2 (CEP 85055-000 | Bonsucesso | Guarapuava | Paraná valedoriojordão.wissite.com/consorcio | consorciovaleriojordão@gmail.com | Telefone: (42) 3624 6310

21

IPAL DO VALE 7.851.062/000

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO RIO JORDÃO - CRJ

CADÍTULO

BOO 04BOOO

- Art. 47 Os cargos componentes da estrutura organizacional do CRJ, Secretaria Executiva, comissionados e cargos efetivos, serão remunerados, podendo perceber, além dos vencimentos, férias, 13º salário e grafificação de função (F. G.), e, exclusivamente, aos cargos efetivos, adicionais legais, quando for o caso, referente ao cargo em questão.
- 1º O cargo de Secretário Executivo deverá exercer suas funções em tempo integral e dedicação exclusiva, sem prejuízo dos direitos e garantias acima enumeradas.
- § 2º Os cargos de provimento em comissão são de livre nomeação e exoneração do Presidente do Consórcio, nos termos do art. 37, inciso II, segunda parte, da Constituição Federal.
- Art. 48 O Consórcio contará com quadro de pessoal composto por cargos de provimento em comissão e efetivos, regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), e de acordo com o Plano de Cargos e Salários (PCCS) do CRJ, através de concurso público, seleção competitiva e/ou teste seletivo conforme Anexo 1, II e III integrante deste Estatuto e com atribuições e competências dispostas no
- Art. 49 O quadro de pessoal do Consórcio será criado por resolução do Presidente, com assessoria da Secretaria Executiva, e submetida à aprovação da Assembleia Geral.
- Parágrafo Único As contratações de pessoal obedecerão ao Regime Ger
- Art. 50 Será concedida revisão anual de salários do quadro de funcionários do CRJ, sempre no mês de março de cada ano, conforme o acumulado do ano anterior do Índice Nacional de Preços do Consumidor (INPC/IBGE) ou outro Índice definido em Assembleia Geral

Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Jordão

Eebastião de Camargo Ribas, 2301, 1º Andar, Sala 2 | CEP 85055-00) Bonsucesso | Guarapuava | Parar
valedoniojordao.wissite.com/consorcio | consorciovaleriojordao@gmail.com | Telefone: (42) 3624 6310



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO RIO JORDÃO – CRJ CNP.I 17 851 062/0001.00

Art. 51 Os profissionais cedidos por outras estruturas organizacionais (Federal, Estadual e Municipal) sem ônus ao CRJ, perceberão seus vencimentos e vantagens de acordo com o órgão de origem, tendo o direito de retorno ao órgão de origem quando da dispensa de seus serviços ou por solicitação dos mesmos, após anuência do Diretor Procidante.

O A DÍTUU O U

DO PESSOAL E CARGA HORÁRIA

- Art. 52 Os cargos e o número de vagas dos membros auxiliares da Diretoria Executiva, dispostos no Anexo II, serão preenchidos através de concurso público, seleção competitiva e/ou teste seletivo, conforme atribuições e competências dispostas no Regimento Interno.
- § 1º O cargo de Contador é de provimento por concurso público, seleção competitiva e/ou teste seletivo, preenchido por profissional com graduação em Ciências Contábeis, com inscrição no órgão de classe, exercendo suas funções em 20 (vinte) horas semanais, conforme atribuições e competências dispostas no Regimento Interno.
- § 2º O cargo de Assessor Jurídico é de provimento por concurso público, seleção competitiva e/ou teste seletivo, preenchido por profissional com graduação em Direito, devidamente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, exercendo suas funções em 20 (vinte) horas semanais, conforme atribuições e competências dispostas no Regimento Interno.
- § 3º O cargo de Analista de Controle é de provimento por concurso público, seleção competitiva e/ou teste seletivo,preenchido por profissional com graduação em Ciências Contábeis ou Ciências Econômicas ou Direito ou Administração, com inscrição no respectivo órgão de classe, exercendo suas funções em 20 (vinte) horas semanais, conforme atribuições e competências dispostas no Regimento Interno.
- Art. 53 Os procedimentos administrativos e disciplinares serão instaurados pelo CRJ de acordo com seu próprio Regimento Interno, desde que não haja incompatibilidade com as normas previstas nos órgãos de origem do servidor cedido. Neste caso as conclusões deverão ser encaminhadas para a respectiva instituição, que será responsável pelos devidos procedimentos preliminares.
- Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Jordão

 Av. Sebastião de Camargo Ribas, 2011, 1º Andar, Sala 2 | CEP 85055-001 | Bonsucesso | Guarapuava | Par
 valedoriolordão, wixsite.com/consorcio | consorciovaleriolorda@banal.com | Telefone: (42) 3624 6310



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO RIO JORDÃO – CRJ

Parágrafo único. Na falta de Regimento Interno do CRJ, os procedimentos administrativos e disciplinares dos funcionários poderão ser instaurados pelo CRJ de acordo com o Regimento Interno/Estatuto de qualquer dos entes consorciados, com preferência para o município onde ocorreram os fatos, aplicando-se as penalidades descritas na Consolidação das Leis do Trabalho.

TITULO V

CAPÍTULO IV

Das Disposições Gerais E Transitórias O.C.I. poderá ser extinto quando não mais atender às finalid.

- propostas mediante aprovação em Assembleia Geral Extraordiná especialmente convocada para este fim, nos termos do inciso XV Parágrafo Único do Art. 16.
- Art. 55 Em caso de dissolução do Consórcio, o patrimônio adquirido durante seu periodo de existência será revertido de forma igualitária para a administração direta dos municípios consorciados; ou proporcional, conforme contrato de rateio; ou de acordo com decisão tomada em reunião de Assembleia Geral Extraordinária, desde que haja presença da maioria absoluta dos consorciados.
- Art. 56 Anualmente, até o último dia útil do mês de fevereiro do exercício posterior, deverá ser apresentado um relatório geral do CRJ, firmado pelo Presidente, incluindo todas as atividades e projetos executados por este no exercício fiscal em questão, acompanhado da respectiva prestação de contas.
- Art. 57 A Diretoria Executiva deverá constituir grupo de trabalho para a elaboração do regimento interno do CRJ, de acordo com este Estatuto.
- Art. 58 Para a aplicação de sanções disciplinadoras como advertência suspensão ou demissão de pessoal do quadro de funcionários do CRJ, o Presidente deverá tomar por fundamentação as disposições de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) no que tange às regras do contrato de trabalho.

Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Jordão

Av. Sebastião de Camergo Ribas, 2031, 1º Andra, Sala 2 (LEP 86055-400 | Bonsucesso | Guarapuava | Paraná
valedoriojordao, wixsite.com/consorcio | consorciovaleriojordao@gmail.com | Telefone: (42) 3624 6310

24.

24

_

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO RIO JORDÃO - O

- Art. 59 Não é permitido ao CRJ envolver-se em assuntos que não estejam de acordo com sua finalidade estatutária.
- Art. 60 Os casos omissos do presente Estatuto serão decididos pelo Presidente do CRJ, com necessária ratificação da Assembleia Geral.
- Presidente do CRJ, com necessária ratificação da Assembleia Geral.
- Art. 61 O Estatuto poderá ser reformado ou alterado através de Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, nos termos do inciso i e Parágrafo Único do Art. 16.
- Art. 62 O presente Estatuto Social entrará em vigor na data de seu registro no Cartório de Registro de Civil das Pessoas Jurídicas.
 Art. 63 O presente Estatuto Social, aprovado pelos consorciados, será levado para registro no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Guarapuava—PR, por meio da Secretaria Executiva, que se responsabilizará por promover os démais registros junto aos órgãos e entidades que se fizer necessário.

Assim, para que tenha seus efeitos legais, assinam o presente Estatuto em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Guaranuava, 17 de marco 2020.

CESAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI FILHO Presidente do CRJ

.

ODIR ANTONIO GOTARDO Vice-Presidente do CRJ

DANIELA NUNES

OAB/PR 81,242

Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Jordão

Av. Sebastião de Camargo Ribas, 2301, 1º Andar, Sala 2 | CEP 85055-000 | Bonsucesso | Guarapuava | Parar



SÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO RIO JORDÃO – CRJ

ANEXO I

CARGO VAGAS CARGA HORÁRIA SALÁRIO COORDENADOR OPERACIONAL 01 40 HORAS/SEM R\$ 3.500,00 SECRETÁRIO EXECUTIVO 01 40 HORAS/SEM R\$ 5.000,00 ASSESSOR TÉCNICO 01 20 HORAS/SEM R\$ 3.000,00



01

40 HORAS/SEM

R\$ 2.000,00

OFICIAL ADMINISTRATIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO RIO JORDÃO - CR

ANEXO II

CARGOS EFETIVOS CONCURSO PÚBLICO, SELEÇÃO COMPETITIVA E/OU TESTE SELETIVO

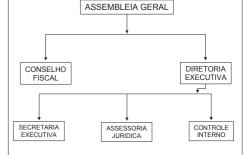
CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO
ANALISTA DE CONTROLE	01	20 HORAS/SEM	R\$ 3.000,00
ASSESSOR JURÍDICO	01	20 HORAS/SEM	R\$ 3.000,00
CONTADOR	01	20 HORAS/SEM	R\$ 3.000,00
ENGENHEIRO CIVIL	01	20 HORAS/SEM	R\$ 3.000,00
OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	02	40 HORAS/SEM	R\$ 2.500,00
OPERADOR DE MOTONIVELADORA	02	40 HORAS/SEM	R\$ 2.500,00
OPERADOR DE TRATOR DE ESTEIRA	02	40 HORAS/SEM	R\$ 2.500,00
OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA	02	40 HORAS/SEM	R\$ 2.200,00
OPERADOR DE ROLO COMPACTADOR	02	40 HORAS/SEM	R\$ 2.200,00
TÉCNICO AGRÍCOLA	01	40 HORAS/SEM	R\$ 2.000,00
LUBRIFICADOR	02	40 HORAS/SEM	R\$ 1.940,00
MOTORISTA/LUBRIFICADORPARA CAMINHÃO COMBOIO ABASTECEDOR 5000 LITROS	02	40 HORAS/SEM	R\$ 1.940,00
MOTORISTA PARA CAMINHÃO BASCULANTE	10	40 HORAS/SEM	R\$ 1.940,00
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	02	40 HORAS/SEM	R\$ 1.200,00
SERVENTE DE LIMPEZA	02	40 HORAS/SEM	R\$ 950,00

Consórcio Intermunicipal do Vale do Río Jordão

Av. Sebastião de Camargo Ribas, 2301, 1º Andar, Saía 2 | CEP 85055-000 | Bonsucesso | Guarapuava | Paraná
valedorio;ordão. wissile confronsorio | consoriovaleriojrada.ogmail.com | Telefone: (42) 3624 6310



ANEXO III





CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO RIO JORDÃO - CRJ CNP. 117 851 062/0001.00

ATA Nº 01/2020

Aos dezoito dias do mês de marco de dois mil e vinte, às nove horas e trinta minutos reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO RIO JORDÃO - CRJ, Associação Pública com Personalidade Jurídica de Direito Público, em cumprimento ao art. 16, item VIII de seu Estatuto, situada na Av. Sebastião de Camargo Ribas, 2301, 1º andar, sala 2, Bairro Bonsucesso, na cidade de Guarapuava -PR, CEP 85055-000, anexo à Rodoviária Municipal, inscrito no CNPJ 17.851.062/0001-00, no gabinete do Paço Municipal de Guarapuava, formado pelos municípios de Guarapuava e Pinhão, Estado do Paraná, por convocação ordinária do Excelentíssimo Presidente, Sr. **ODIR ANTONIO GOTARDO**, brasileiro, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 402.950.493-5 SSP-RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 469.307.360-15, residente na Rua Dr. Nilo Vivier, nº 102, no município de Pinhão, Estado do Paraná, CEF 85170-000. Prefeito de Pinhão - PR. para deliberarem sobre os seguintes pontos; 1) Apresentação e aprovação dos relatórios contábeis, parecer do Conselho Fiscal e de atividades do Consórcio no ano de 2019: 2) Deliberarem sobre a continuidade do processo de estradas rurais do Programa de Desenvolvimento Econômico e Territorial -PRÓ-RURAL; 3) Composição e eleição da Presidência do Consórcio, da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal; 4) Alterações no Estatuto Social. Inicialmente o Presidente deu as boas vindas a todos. Consta em anexo a esta Ata a lista de presenç. com a assinatura dos presentes nessa Assembleia Geral Ordinária. Na sequência foi apresentado Parecer do Conselho Fiscal e o Relatório de Atividades Desenvolvidas em 2019. Todos estes foram aprovados pelos presentes e anexados na presente Ata. Então passou-se à discussão sobre a continuidade dos trabalhos de readequação de estra rurais constantes no Programa de Desenvolvimento Econômico e Territorial - PRÓ-RURAL, cujos equipamentos retornaram ao município de Guarapuava em mea marco. Fora explanado que a readequação das estradas nos trechos aprovados no Plano Operativo Anual - POA 2020, sendo que para o município de Pinhão foram aprovados três trechos, sendo eles: a) PR170 - Zattarlândia trecho de 10 km; b) Estrada dos Coutos entre a localidade Santa Cruz e a Localidade Água Amarela, extensão de 14,2 km; c) Estrada dos Coutos, entre a escola Procópio F Caldas e Localidade Santa Cruz, es



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO RIO JORDÃO – CRJ CNPJ 17.851.062(00.01-0.0)

Asfalto PR 170 até Salto Curucaca, extensão 19,3 km; b) Estrada do Taguá, acesso do Taguá 1, extensão 6,8 km; c) Estrada do Taguá até a BR 277, extensão 17,9 km; d) Estrada com início próximo à ponte do Rio Jordão até a PR 170 - 10.1 km de extensão: e) Estrada com início próximo à Fazenda de Marcos Koolk até o cruzamento com a Estrada do Taguá que liga a BR 277, extensão 4.8 km; f) Estrada do Banhadinho - Junqueira a Vila do Banhadinho, extensão 9,42 km; g) Estrada do Banhado Grande, Vila do Banhadinho ao Banhado Grande, extensão 9,55 km. Encerrada a deliberação, iniciou-se a discussão e votação para a nova diretoria do CRJ para o ano de 2020/2022, ficando assim formada a ASSEMBLEIA GERAL: PRESIDENTE: CESAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI FILHO, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.258.062-3 SSP-PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 032.157.469-99, residente na Avenida Manoel Ribas, 1945 AP 502, na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, CEP 85010-180, Prefeito de Guarapuava - PR, VICE-PRESIDENTE: ODIR ANTONIO GOTARDO Prefeito de Pinhão - PR. já qualificado acima. Para a DIRETORIA EXECUTIVA foram eleitos: DIRETOR PRESIDENTE: LEONARDO JOSÉ VALENGA, brasileiro, casado funcionário público, portador da Cédula de Identidade RG nº 5370983-4 SSP PR, inscrito no CPF/MF 024.411.779-90, residente e domiciliado na Rua Padre Chagas, 3829, Centro na cidade de Guarapuava. Paraná DIRETOR VICE-PRESIDENTE: DENILSON IOSÉ DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, agricultor, portador da Cédula de Identidade RG nºs 4.507.679-2 SSP PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 644.525.659-72, residente e domiciliado na Avenida XV de Dezembro, nº 197, Bairro São José, na cidade de Pinhão Estado do Paraná. CEP 85170-000 e DIRETOR TESOUREIRO: DIOCESAR COSTA DE SOUZA, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.655.550-5 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 487.082.839-15, residente e domiciliado na Rua das Orquídeas, nº 34, Bairro Trianon, na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, CEF 85.012-170. Para o CONSELHO FISCAL foram eleitos: PRESIDENTE: ADEMIR FABIANE brasileiro, casado, professor, RG 1.061.351-5 SSP PR, inscrito no CPF/MF sob o nº Estado do Paraná, CEP 85118-000. CONSELHEIROS EFETIVOS: ARLEY ANTONIO

i do Mio Jordao 6055-000 | Bonsucesso | Guarapuava | Parani o@gmail.com | Telefone: (42) 3624 6310



CONSÓRCIO INTERMUNICIPADO VALE DO RIO JORDÃO - CRJ

TUBIN, brasileiro, casado, agricultor, RG 3536251-7 SSP PR, CPF 500.681.489-68 residente e domiciliado na Avenida Vereador Rubem Siqueira Ribas, nº 7388, Bairro JOSÉ DA FONSECA SANTAREN, brasileiro, casado, administrador, RG 9.035.615-1 SSP-PR, CPF 054.012.689-63, residente e domiciliadona Rua 15 de Novembro, 135 Ap. 104, Centro, Pinhão, Estado do Paraná, CEP 85170-000. Esta nova configuração para Assembleia Geral, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal entra em vigor imedia após o encerramento da reunião, com a tomada de posse destes. Encerrada a eleição, fo discutido em relação a alteração do Estatuto Social necessária para o desenvo do Consórcio, ficando definido que o cargo em comissão, descrito no anexo I da 5ª alteração do Estatuto Social passará a ter o vencimento de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) mensais, além disso acrescentou-se o parágrafo único no artigo 53, que disciplina na possibilidade do CRJ quando da instauração de procedimentos Interno/Estatuto de qualquer dos entes consorciados, com preferência para o município onde ocorreram os fatos, aplicando-se as penalidades descritas na Consolidação das Leis do Trabalho, o que fora aprovado por unanimidade dos presentes, passando a vigorar a partir da data desta Assembleia. Ademais, informou a Assessora Jurídica que formalizou o pedido de demissão, sendo necessária a nomeação de Assessor Jurídico até a posse de novo para a continuidade dos trabalhos. Comunicou-se quanto a notificação recebida da SEAB, referente a apresentação dos projetos técnicos, bem como a regularização das manutenções preventivas e corretivas das máquinas e equipamentos. Além do mais ou-se quanto ao andamento do procedimento no Ministério Público do Trabalho nº 000205.2019.09.007/0, em que houve o cancelamento da audiência que estava ndada para o dia 31/03/2020 às 16h00min. Quanto ao reajuste anual dos salário dos funcionários, previsto no artigo 50 da 5ª e 6ª alteração do Estatuto, deliberaram para a concessão a partir da data base (março/2020) de acordo com o acumulado no ano anterior doINPC/IBGE, em 4,48% (quatro vírgula quarenta e oito por cento). Nada

CONSÓRCIO INTERMUNCIPAL DO NOS PIO JORDÃO - CRJ

nte ata, redigida e assinada por mim, Daniela Nunes, Assessora Jurídica, para que

CESAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI FILHO

ODIR ANTONIO GOTARDO

DANUSIA TALITA FERREIRA OLIVEIRA

DANIELA NUNES sessora Jurídica - CRJ OAB/PR 81.242

DIEGO RIBEIRO



PSS- PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº. 01 /2020

O Consórcio Intermunicipal Vale do Rio Jordão, através do Prefeito Municipal de Guarapuava PR, Cesar Augusto Carollo Silvestri Filho, no uso de suas atribuições legais, amparado em excepcional interesse público, com fulcro no art. 37 - IX da Constituição da República, CONSIDERANDO a necessidade de contratar temporariemente pessaal para o desempenho da função de OPERADOR DE MÁQUINA - MOTONIVELADORA, o Obeamigento da Indiparado de Contra de Germais Secretarias até provi cargo através do Concurso Público, para substituição temporária de servidor, do La Lei Municipa N.º 1890 de 02 de Seembro de 2011 TORNA PÚBLICA a al PSS - Processo Seletivo Simplificado e estabelece normas para a sua realização

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.2. O Edital de abertura será publicado no site oficial do CRJ, bem como os demais atos e decisões inerentes ao presente PSS Processo Seletivo Simplificado. Do mesmo modo serão divulgados integralmente no painel de publicações oficiais Quadro de Avisos do Consórcio Intermunicipal Vale do Rio Jordão CRJ e site oficial dos Municípios Consorciados.
- 1.3. É de exclusiva responsabilidade do candidato inscrito, acompanhar a publicação ou divulgação dos atos concernentes ao Processo Seletivo, divulgados na internet, no site oficial do Município www.guarapuava.pr.gov.br., link "Contas Públicas" -> "Portals da Transparênd" -> "Demais Informações" -> CONSÓRCIO VALE DO RIO JORDÃO - Acesso ao Portal da Transparência ou no Boletim Oficial do Município de arapuava-PR. e em Edital afixado na sede do Consórcio Intermunicipal Vale do Ric rdão CRJ, obrigando-se a atender aos prazos e condições estipulados neste Edital.
- I PRÁTICA e TEMPO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL na função, devidam comprovado com a nomenciatura de OPERADOR DE MÁQUINA MOTONIVELADORA.

Consórcio Intermunicipal do Vale do Río Jordão

Av. Sebastião de Camargo Ribas, 2301, 1º Andar, Sala 2 | CEP 85055-000 | Bonsucesso | Guarapuava | Paraná
usladofocidados adveita componensorio la operacionalisación de com 1 Telefone: (42) 3524 6310



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO RIO JORDÃO - CRJ CNPJ 17.851.062/0001-00

- 1.5. A inscrição no Processo Seletivo implicará a aceitação tácita das normas estabelecidas neste Edital e em outros que forem publicados durante a realização do certame, cujas regras, normas e critérios, obrigam-se os candidatos a cumprir.
- 1.6. Ocorrerá a homologação do Processo Seletivo, depois de transcorridos todos os
- 1.7. Eventuais vagas que surgirem no período de validade do Processo Seletivo serão nchidas pelos candidatos aprovados, obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação

2.1. O Processo Seletivo Simplificado tem por finalidade selecionar candidato para satisfatoriamente a função de OPERADOR DE MÁQUINA MOTONIVELADORA, atendendo as necessidades da Prefeitura Municipal até provimento das vagas existentes após realização de Concurso Público, conforme

3. ESPECIFICAÇÕES DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA

3.1. A função temporária de que trata este Processo Seletivo Simplificado-PSS, corresponde ao exercício das funções do cargo, vaga, carga horária, escolaridade mínima e valor do vencimento, idade mínima, conforme tabela a seguir:

	FUNÇÃO	VAGA	CARGA HORÁRIA SEMANAL	ESCOLARIDADE MÍNIMA	VALOR MENSAL R\$
	MOTORISTA	01	40h	Ensino	R\$2.500,00
	MOTONIVELADORA			Fundamental	
ı	(CNH – mínima				
ı	categoria "C")				

3.2. Para a contratação o nível de escolaridade mínima e as atribuições das funções presentes neste PSS estão no Anexo II, parte integrante deste Edital.

4. DA VIGÊNCIA

4.1. O PSS – Processo Seletivo Simplificado terá prazo de 12 (doze) meses de duração a partir de sua homologação/publicação, podendo ser prorrogado por igual

5 DO REGIME JURÍDICO

5.1. Os contratos serão celebrados com o Consórcio Intermunicipal Vale do Rio Jordão, de conformidade com o INCISO IX, do ARTIGO 37 da Constituição Federal c.c. a Lei Municipal 1980 de 02 de Setembro de 2011.

Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Jordão

Av. Sebastião de Camargo Ribas, 2301, 1º Andar, Sala 2 | CEP 85055-000 | Bonsucesso | Guarapuava | Paraná

valendarinanda wisella continensario | Consorciovalerioridando@mail.com | Telefone; (42) 3624 6310



nciário será o Regime Geral de Previdência So

6.1.1. Sobre o valor total da remuneração incidirão os descontos fiscais e

- 7.2. As solicitações de inscrições e serão realizadas apenas **presencialmente na sede** do CRJ no horário compreendido das das 13:30 às 17:30, mediante aceitação das regras deste edital e preenchimento da Ficha de Inscrição, conforme **Anexo I**.
- 7.3. É de exclusiva responsabilidade do candidato sob as penas da lei, a veracidade das informações fornecidas no ato da inscrição. Qualquer incorreção ou ausência de informação que leve ao indeferimento de sua inscrição, não será passível de ser sanada.
- 7.4. O CRJ se reserva o direito de excluir do processo seletivo as inscrições cujos currículos estejam com informações incompletas.
- To. Não será obrada taxa de inscrição dos candidatos.

 7.6. No ato da inscrição o candidato deverá entregar:

 7.6.1. Documentos comprobatórios do tempo de EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL.
- 7.6.2. Cópia de documento de identidade oficial com foto autenticado
- 7.6.3. Cópia do CPF (Autenticado).
- 7.6.5. Prova de quitação das obrigações militares- (Homem até 45 anos).

- 7.7. A inscrição do candidato implicará o conhecimento prévio e a tácita aceitação das presentes instruções e normas estabelecidas neste Edital.

8. DA RESERVA DE VAGAS AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIAS

- 8.1. É assegurado o direito de se inscrever em Processo Seletto, desde qu atribuições sejam compatíveis com a sua deficiência, e a ela será reservado 10% por cento) do total das vagas a serem preenchiada, de acordo com a legislaçõe em cujo quantitativo das vagas resultarem em número fracionado, este deverá ser ela ate o primeiro número inteiro subsequente, mas desde que a fração seja igual ou suja a 5,5(cinco décimos).
- 8.2. Considerando o percentual estabelecido através deste edital, não haverá reservas de vagas por insuficiência à aplicação do percentual previsto em lei, conforme número de vagas.

Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Jordão

Av. Sebastião de Camargo Ribas, 2301, 1º Andar, Salia 2 | CEP 85055-000 | Bonsucesso | Guarapuava | Paraná
valentriojordao, xixaŝie com/consorcios | consorciovaleriojordaof@mail.com | Telefone: (42) 3624 6310



O candidato para o desempenho da função deverá se submeter à Prova Prática e se avaliado pelo por uma Comissão de Avaliação e Julgamento – CAJ, composta de pelo por uma Comissao de Avaliação e Julgamento — Сид, ситірозка че тіс 5 (cinco) membros, sendo 2 (dois) operadores, 1 (um) engenheiro, 1 (um) chefe co, todos cedidos pelo Município de Guarapuava e 1 (um) técnico ou engenheiro.

Data: 04 de Abril de 2020, sujeito a prorrogação conforme número de candidatos, com início as 10h00min e término de acordo com as normas estabelecidas item 9.13, conforme lista nominal a ser divulgada, fazende esta parte integrante deste Edital. Local de Saída: Secretaria de Obras do Município de Guarapuava

Tempo máximo para a realização individual da Prova Prática: 30 minutos

Pontuação Máxima distribuída: 80 (oitenta) pontos Aprovação: Pontuação Mínima de 40 (quarenta) pontos;

- 9.3. O candidato deverá ainda comparecer no local da realização da Prova Prática portando roupas e calçados adequados.
- 9.4. Ao candidato somente será permitida a participação na respectiva data, horário e local de convocação, não sendo permitida a realização em outro dia, horário ou fora do 9.5. A realização da Prova Prática terá como objetivo avaliar aptidões e habilidades específicas do candidate.
- 9.6. A composição da Prova Prática será realizada por meio de Testes de Conhecim Específicos do veículo a operar.
- 9.7. O candidato não poderá alegar situações de desconforto a que estarão sujeitos todos os participantes da etapa. 9.8. Não serão, em hipótese alguma, aplicados novos testes em candidatos
- 9.10. O candidato ao ingressar no local de realização da Prova Prática deverá, obrigatoriamente, manter desligado qualquer apareiho eletrônico que esteja sob sua posse, incluindo os sinais de alarme e os modos de vibração e silencioso. O uso de quaisquer funcionalidades de apareihos eletrônicos poderá resultar em exclusão do candidato do Processo Seletivo Simplificado.
- Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Jordão

 Av. Sebastião de Camargo Ribas, 2001, 1º Andar, Sala 2 | CEP 85055-001) Boraucesso | Guarapuava | Paraná
 valedorio(prdao.wissile.com/consorcio) (consorciovalerio(prdao@@gmail.com | Telefone. (42) 3624 6310



- 9.11. A Prefeitura Municipal de Guarapuava e o CRJ não se responsabilizarão por perdas ou extravios de documentos, objetos ou equipamentos eletrônicos ocorridos no local de realização da Prova Prática, nem por danos neles causados.
- 9.12. É de inteira responsabilidade do candidato o acompanhamento da convocação para a Prova Prática, não podendo ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.
- 9.13. A prova prática será estruturada conforme se seque:
- a) A avaliação consistirá em ligar o equipamento, dirigi-lo até o local determi executar uma tarefa própria do equipamento de forma adequada e atender orientações de execução definidas pelo avaliador.
- b) A avaliação será feita pelo desempenho do candidato dentro das normas técr legais, levando-se em consideração o uso e aproveitamento do equipamento utilit terá duração máxima de 30 (trinta) minutos cada veículo.

c) Fatores a serem avaliados e pontuação:

FATOR DE AVALIAÇÃO	PONTUAÇÃO
Verificação do Equipamento	10 pontos
Conhecimento: Leitura do Painel e Definição de Comandos	10 pontos
Segurança de Operação Durante a Prova	15 Pontos
Habilidades na Operação do Equipamento	20 Pontos
Produtividade	25 Pontos

- d) A nota final na prova prática do cargo de operador de máquinas será a soma dos pontos obtidos em cada um dos fatores verificados
- 9.14. A prova prática será avaliada de "0" (zero) a "80" (oitenta) pontos.
- 9.15. Serão considerados aptos os candidatos que obtiverem, no mínimo, 40 (quarenta pontos na prova prática. 9.16. O candidato que não auferir a nota mínima de 40 (quarenta) pontos na prova prátiserá considerado inapto no Concurso Público.

9.2. DA EXPERIÊNCIA OU PROVA DE TÍTULOS

9.2.1. Após a primeira etapa, o candidato será avaliado e pontuado, conforme segue:

	Documer Comprob		Tempo Exigido	Pontuação Máxima
	- Curso		Carga Horária Total: 40 horas/aula	20 pontos
Proficcionalizante nara		to nara		1

Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Jordão

Av. Sebastião de Camargo Ribas, 2201, 1º Andar, Sala 2 | CEP 85055-000 | Bonsucesso | Guarapuava | Parans valetorininda vivisão e cominiforación il consocriosalestinidas d



Motorista	de	Aulas teóricas e práticas	
Motoniveladora	ou		
Reciclagem do curso.			
 Comprovantes 	de	De 06 meses e um dia a 01 ano = 5 pts.	20 pontos
EXPERIÊNCIA NA FUNÇÃO, inscrita, no		De 01 ano e um dia a 02 anos = 10 pts.	
		· ·	
	ivado	De 02 anos e um dia a 03 anos = 15 pts.	
atá 31/01/2020		Acima de 03 anos = 20 pts	

- 9.2.2. Somente serão avaliados como EXPERIÊNCIA NA FUNÇÃO até 31/01/2020 (Excluido tempo usado para aposentadorial/efetivação) comprovados através da CTP'S ou DECLARAÇÃO ATUALIZADA, expedida por pessoas jurídicas de direito público ou privado, com tima reconhecida do declarante.
- 9.2.3. Total de pontuação distribuída: 100 (cem) pontos

9.3. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

a) idade igual ou superior a 60 anos, nos termos da Lei Federal 10.741/2003, entre si e
frente aos demais, dando-se preferência ao de idade mais elevada, considerando, dia,
mês e ano do nascimento do candidato.

b) maior idade, considerando, dia, mês e ano do nascimento do candidato.

9.3.2. Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados todos os critérios acima, o desempate se dará por meio de sorteio.

10. DOS RECURSOS

10.1. No dia 07 de Abril de 2020, a Comissão divulgará o RESULTADO PRELIMINAR dos candidatos, publicando o resultado no painel de publicações oficiais do CRJ - quadro de avisos e site até as 18/h00min, abrindo-se o prazo para os candidatos apresentarem recursos até o die 09 de Abril de 2020.

10.2. Os recursos deverão ser fundamentados e estar embasados em argumentação lógica e consistente. Em caso de constatação de irregularidades possiveimente ocorridas na realização da prova prática, o candidato deverá realizar explanação minuciosa do ocorrido para que o CRJ possa averiguar o que ocorreu.

10.3. Recursos não fundamentados na forma normatizada no item anterior ou interpostos fora do prazo serão julgados como "não conhecidos", sem julgamento de mérito.

11. DO RESULTADO FINAL/ HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO:

11.1. O Resultado final do Processo Seletivo Simplificado será encaminhado ao Presidente do Consórcio Intermunicipal Vale o Rio Jordão – CRJ para sua homologação.



11.2. Homologado o RESULTADO FINAL, será divulgada a classificação geral dos candidatos classificados/aprovados, quando então, passará a fluir o prazo de validade do datos ciassificados/aprovados, quando er inte Processo Seletivo Simplificado - PSS

11.3. A homologação do resultado final será divulgada através de publicação no Quadro de Avisos. na sede do Consórcio Intermunicipal Vale o Rio Jordão – CRJ e site.

12. DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

- 12.1. Homologado o resultado final do PSS e autorizada à contratação pelo Presidente do CRJ, os candidatos serão chamados de acordo com as necessidades temporárias previstas no decorrer da vigência do certame.
- 12.2. A classificação e aprovação final no Processo Seletivo Simplificado asseguram ao candidato o direito de preferência na contratação, não gerando nenhum outro vinculo ou expectativa de direito.
- 12.3. A convocação dos candidatos para a contratação ocorrerá mediante do entregue diretamente ao convocado em seu endereço, podendo ser este cado previamente através de contato por telefone.
- 12.4. Não comparecendo o candidato convocado ou verificando-se o não atendimento das condições exigidas para a contratação no prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data da convocação, serão convocados os demais classificados, observando-se a ordem classificadora crescente. 12.5. No ato da contratação, o candidato deverá apresentar atestado médico exarado por médico do Município de Guarapuava PR, no sentido de gozar de boa saúde física e
- 12.6. O candidato classificado/aprovado deverá apresentar ainda, junto ao Órgão de Pessoa, Ino ato de sua contratação, com exceção de EXAME TOXICOLOGICO de *larga janela de detecção para consumo de substâncias psicoativas*, exigido quando da removação de sua Carteira Nacional de Habilitação CNH, os exames atualizados de:
- n) Exame de Audior
- c) Exame de Encefalograma e Eletrocardiograma;
- 12.7. Apresentar declaração de bens e rendas, declaração de não acumulo de cargos ilegal e conforme modelo disponibilizado pelo CRJ.
- 12.8. O candidato classificado/aprovado deverá AUTORIZAR junto ao Órgão de Pessoal descontar em sua Folha de Pagamento mensal o valor da MULTA DE TRÂNSITO que for devidamente identificada ser o condutor, através do setor competente.



- 12.9. O candidato convocado e no desempenho de sua função fica totalmente responsável pelo zelo e conservação do seu veiculo, devendo comunicar imediatamente ao seu superior qualquer irregularidade ou ocorrência que julgar necessária.
- 12.10. O candidato que desistir da vaga assinará termo de desistência, e em caso de recusa, a mesma será lavrada em certidão que terá o mesmo valor reconhecido.
- 12.11. No período de validade do PSS, em havendo a rescisão contratual, poderão ser chamados para contratação pelo tempo remanescente, os demais candidatos classificados observados a ordem classificatória.
- 12.12. Os candidatos classificados/aprovados que serão convocados para contratação, não integrarão o quadro permanente de pessoal do CRJ.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1. A inscrição do candidato implicará a completa ciência e a tácita aceita normas e condições estabelecidas neste Edital e das demais normas legais per sobre as quais não se poderá alegar qualquer espécie de desconhecimento.
- 13.2. Ficha de inscrição disponibilizada no ato pelo Assistente Administrativo do CRJ Anexo III, devidamente preenchida e assinada.
- 13.3. Não serão aceitas inscrições por via postal, fax, e-mail e nem sequer condicional.
- 13.4. Não será fornecido qualquer documento comprobatório de aprovação ou classificação do candidato, valendo para esse fim a publicação do resultado final. 13.5. Os candidatos classificados deverão manter atualizados os seus endereços.
- 13.6. Respeitada à natureza da função temporária, por razões de interesse público, poderá haver a readequação das condições definidas inicialmente no edital, conforme dispuser a legislação local.
- 13.7. Não se efetivará a contratação se esta implicar em acúmulo ilegal de cargos, nos termos da Constituição Federal.
- 13.9. Por ocasião da convocação será desclassificado o candidato que não atender qualquer das condições exigidas.
- 13.10. Da desclassificação não cabe recurso.
- 13.11. Não serão juntados documentos posteriores ao ato de inscrição.
- 13.12. Os casos omissos serão resolvidos pela comissão de seleção do Processo
- Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Jordão
 Av. Sebastião de Camargo Ribas, 2001, 1º Andar, Sala 2 | CEP 85055-000 | Bonsucesso | Guarapuava | Paraná
 valedorioidráos wissite comiconsorcio | consorciovalerioprados@mail.com | Telefone (42) 3624 6310

Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Jordão

Av. Sebastião de Camargo Ribas, 230 i 1º Andar, Sala 2 [CEP 85055-000 | Bonsucesso | Guarapueva | Parani
valedoriojordao,wiuste.com/consorcio | consorciovaleriojordao/@jamal.com | Telefone: (42) 3624 6310





CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO RIO JORDÃO – CR.
CNPJ 17.851.062/0001-00

Presidência do Consórcio Intermunicipal Vale do Rio Jordão Guarapuava, 18 de Março de 2020.

Odir Antonio Gotardo Presidente

Cesar Augusto Carollo Silvestri Filho Vice Presidente



<u>ANEXO I – FICHA DE INSCRIÇÃO - OPERADOR DE MOTONIVELADORA</u> Processo Seletivo Simplificado – PSS – Edital nº. 01/2020

Nome do Candidato:						
Endereço:						
CEP: Bairro:						
CPF: Data de Nascimento:/						
Telefones: () ()						
Naturalidade: Sexo: () Feminino () Masculino						
Documentos:						
() RG						
() Prova de quitação das obrigações militares						
() Comprovante de Escolaridade – Desejável Nível Fundamental Completo *Histórico ou declaração de conclusão com a devida identificação escolar.						
					() Comprovante da última votação-	
Cópia da certidão de casamento ou nascimento Comprovante de endereço ATUALIZADO						
					() Títulos para pontuação- não obrigatório;	
() Cursos para pontuação- não obrigatório;						
- Cópia autenticada de todos os documentos apresentados.						
Quantidade de Documentos Apresentados na Inscrição:						

Declaração

Declaro, sob as penas da lei, que me responsabilizo pela veracidade das informações aqui prestadas e que atendo às condições exigidas para a inscrição conforme - Edital N.º 01/2020. Submeto-me as condições estabelecidas as quais afirmo conhecer e concordar proposedor.

Assinatura:						
Comprovante de Inscrição Edital Nº.01/2020 – Operador de Motoniveladora						
Nome:						
Número Inscrição:						
Em: / / - Responsável pela Inscrição:						

Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Jordão
Av. Sebastião de Camargo Ribas, 2301, 1º Andar, Sala 2 | CEP 85055-000 | Bonsucesso | Guarapuava | Paraná
valantoriniratao, xivisite.com/consorcio | consorciovaleriojordão@gmail.com | Telefone: (42) 3624 6310



ANEXO II - REQUISITOS E ATRIBUIÇÕES - OPERADOR DE MOTONIVELADORA

Processo Seletivo Simplificado - PSS - Edital nº. 01/2020

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAL REMUNERAÇÃO: R\$ 2.500.00

- b. Outras Qualificações: Carteira Nacional de Habilitação ca
- Pleno domínio de técnicas pertinentes à sua profissão - Habilidade para estabelecer boas relações no trabalho

- Assiduidade, Pontualidade.
 Disponibilidade para trabalhos extras.
 Elevado grau de responsabilidade e postura ética no exercício de suas atribuições.
- Conhecimentos de mecânica suficientes para detectar defeitos.

- Operar equipamentos pesados, com potencia maior que 80 cv dotados de controle remotos hidráulicos, providos ou não de implementos, para realização de trabalhos de terraplanagem, aterros nivelamento e revestimento de estradas, desmatamento, abertura e desobstrução de valetas, nivelamento de terrenos e taludes, revolvimento, remoção e compactação de terra.

 Operar a máquina ligando-a, deslocando-a ao local dos trabalhos; Inspecionar as
- condições da máquina, (nível da água, do óleo, pneus, bateria, etc.), engraxando e lubrificando a máquina e encaminhando-a para manutenção quando detecta
- Relatar em cadernetas de registros, os serviços executados pela n
- 4. Executar outras tarefas compatíveis com a função e determinada pela chefia



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO RIO JORDÃO - CRJ CNPJ 17.851.062/0001-00

RESOLUÇÃO Nº. 007/2020

CESAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI FILHO. Presidente do Cor termunicipal do Vale do Rio Jordão - CRJ, no uso de suas atribuições estatutárias, bem mo com base no artigo 24, inciso I, da 6ª alteração do Estatuto do Consórcio unicipal do Vale do Rio Jordão - CRJ aprovado,

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. CELSO PETRICOVSKI, CPF 029.856.879-93, no cargo em comissão de Coordenador Operacional, a partir de 18 de
marco de 2020.

Art. 2º -Esta resolução entra em vigor na data de sua

Guarapuava, 18 de março de 2020.

CESAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI FILHO

Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Jordão

Av. Sebastião de Camargo Ribas, 2301, 1º Andar, Sala 2 | CEP 85055-000 | Bonsucesso | Guarapuava | Paraná
valedoriojordao.wixsite.com/consorcio | consorciovaleriojordao@gmail.com | Telefone: (42) 3624 6310



RESOLUÇÃO Nº. 008/2020

SÚMULA: Autorizar empregado de cargo em provicomissionado para dirigiros veículos leves oficia Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Jordão – CRJ.

CESAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI FILHO, Presidente do Con al do Vale do Rio Jordão – CRJ, no uso de suas atribuições est como com base no artigo 24, inciso I, da 6ª alteração do Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Jordão – CRJ aprovo,

Art. 1º Autorizar o empregado de cargo em provimento comissionado, abaixo onado, para dirigir veículos leves oficiais do Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Jordão - CRJ, eventualmente, em razão da necessidade funcional exigida pelas onsabilidades e atribuições inerentes ao seu cargo, mediante assinatura do ter onsabilidade anexo, com validade até 31 de dezembro de 2020:

Celso Petricovski– Registro da Carteira de Habilitação nº 00363104736

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

Guarapuava-PR, 18 de março de 2020.

CESAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI FILHO

Presidente do CRJ



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO RIO JORDÃO - CRJ CNPJ 17.851.062/0001-00

MATRÍCULA: CARGO/FUNCÃO

TERMO DE RESPONSABILIDADI

Pelo presente termo, tendo em vista a autorização que me foi concedida para conduzir veículos oficiais leves de propriedade e/ou posse do Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Jordão - CRJ, por meio da Resolução nº 001/2020, declaro que estou ciente das disposições determinadas pelas Leis de Trânsito Brasileiras e devidamente habilitado para condução de

Declaro também que estou ciente de minha responsabilidade civil, penal e administrativa pelo uso, guarda e conservação dos veículos que me estão sendo entregue, responsabilizando-me por qualquer ato de imprudência, imperícia ou negligência e pelos danos aos veículos e a terceiros, bem como pelo pagamento de multas ou outras penalidades que

Declaro ainda que vistoriei os veículos e que eles se encontram em perfeitas condições de dirigibilidade, tendo testado as setas e luzes e verificado os freios, que os veículos possuem todos os acessórios obrigatórios (estepe, macaco e triângulo) e que estão com toda a documentação legal e atualizada.

Estou ciente e de acordo com as condições e disposições legais quanto ao veículos oficiais leves do Consórcio Intermunicipal do Vale do Rio Jordão - CRJ, firmo o pr

Guarapuava-PR, XX de XXXXXXXX de 2020.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO RIO JORDÃO - CRJ CNPJ 17.851.062/0001-00

RESOLUÇÃO № 009/2020

CESAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI FILHO, Presidente

Art. 1º - Delegar poderes a LEONARDO JOSÉ VALENGA CPF/MF 024.411.779-90, para o fim especial de assinar solicitações de compras e/o serviços, autorização de abertura de processos licitatórios, autorizações de aditivo contratuais, bem como dispensas e inexigibilidades de licitações, Atos do Gestor Resoluções, editais de licitações, assinar memorandos e ofícios, além de sua atribuições estatutárias.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de feitos legais a 18 de março de 2020.

Guarapuava, 18 de março de 2020

CESAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI FILHO Presidente do CRJ Prefeito Municipal de Guarapuava - PR



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO VALE DO RIO JORDÃO - CRJ CNPJ 17.851.062/0001-00

RESOLUÇÃO Nº. 010/2020

SÚMULA: Exoneração de Cargo em Comissão

CESAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI FILHO, Presidente do Consórcio termunicipal do Vale do Rio Jordão – CRJ, no uso de suas atribuições estatutárias, mo com base no artigo 24, inciso I, da 6ª alteração do Estatuto do Consc Intermunicipal do Vale do Rio Jordão - CRJ aprovado,

Art. 1º - Exonerar o Sr. FERNANDO LUCHT, CPF – 026.925.449-86, do cargo en ão de Chefe de Serviços, a partir de 19/03/2020.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo feitos a 19 de março de 2020.

CESAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI FILHO



SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU CNPI-DIGF6. 214/000145
E-MALL:sindictaeospigaoalto@hotmail.com
Rua Buenos Aires,417 - CEP-85465000-ESPIGAO ALTO DO IGUAÇU FONE: (46) 35531131

edital de convocação para ratificação de fundação e alteração estatututária do sindicato dos trabalhadores rurais de espição alto do iguacu

TRABALHADORES RURAIS DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Espigão Alto do Iguaçu CNPJ nº 01676214000145, com sede à Rua Buenos Aires 417, no Município de Espigão Alto do Iguaçu, Estado do Paraná, abaixo designado, convoca pelo presente EDITAL todos os membros da categoria profissional dos "Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais", assim compreendidos os que exerçam atividades rurais como assalariados e assalariadas rurais, permanentes, safristas e eventuais, bem como na agricultura, criação de animais, silvicultura, portifruticultura e extrativismo rurai; e os agricultores e agricultoras que exerçam suas vididades individualmente ou em regime de economia familiar, na qualidade de pequenos produtores, proprietários, posseiros, assentados, meeiros, parceiros, arrendatários, comodatários, extrativistas, aposentados e aposentadas rurais, nos termos da legislação vigente para o enquadramento sindical rural no Município deEspigão Alto do Iguaçu — Pri integrantes do Plano da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores Familiares do Estado do Paraná – FETAEP e da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares - CONTAG, para participarem da ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE RATIFICAÇÃO DE FUNDAÇÃO E ALTERAÇÃO ESTATUTARIA a ser realizada no dia 17 de abril de 2020, na sede do Sindicado, no endereço citado acima, com início às 13:30 horas, em primeira convocação e em segunda convocação, 1 (uma) horas após, observando o quórum estatutário, para tratar da seguinte ordem do dia: 1) Ratificar a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Espigão Alto do Iguaçu, que foi realizada em 16 de dezembro de 1996; 2) Alterar o Estatuto para: a) alterar a sua representação sindical profissional para categoria profissional dos "Trabalhadores er Trabalhadoras Rurais" se sissim compreendidos so que exerçam atividades rurais como assalariados e assalariadas rurais, permanentes, safristas e eventuais, bem como na agricultura, ciração de a nimais, silvicultura, hort

COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR SOLIDÁRIA DE GUARANIAÇU – COOAFASG Rua: Ivan Ferreira do Amaral, s/n, centro, Guaraniaçu, PR, CEP 85.400-000 CNPJ: 11.843.518/0001-03

EDITAL DE CANCELAMENTO DE

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA MARCADA PARA O DIA 27/03/2020.

O presidente da Cooperativa da Agricultura Familiar Solidária de Guaraniaçu — COOAFASG, inscrita no CNPJ: 11.843.518/0001-03, no uso de suas atribuiçose legais;
Diante da classificação da situação mundial do Novo Coronavirus (COVID-19) como pandemia e do risco potencial;
Diante do Decreto Estadual nº 4230 de 16/03/2020;
Diante do Decreto Municipal nº 4420 de 17/03/2020.

Ataide B de Quachos

Ataíde Rodrigues de Quadros Presidente do STR de Espigão Alto do Iguaçu - CPF: 55436900968

DECIDE:
Cancelar a ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, que seria realizada no
dia 27 de março de 2020, nas dependências do Auditório da Secretario
Municipal de Educação – SEMED, às 12:30, em primeira chamada, às 10:00
em segunda chamada e às 13:30, em terceira chamada, conforme previsto no
estatuto da entidade. O adiamento é por tempo indeterminado e a nova data
será comunicada tão logo essa decisão seja tomada.

Agradecemos a compreensão de todos

Guaraniacu, 20 de marco de 2020



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DE LARANJERAS DO SUL VARA CÍVEL DE LARANJERAS DO SUL - PROJUDI Rua Barão do Rio Branco, 3040 - Laranjeiras do Sul/PR - CEP: 85.303-130 - Fone: 42 3635-7000

1ª VARA JUDICIAL DA COMARCA DE LARANJEIRAS DO SUL – PR EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS E DEMAIS INTERESSADOS DA INTERDIÇÃO DE ITALIA ZANELLA.

O Doutor BRUNO OLIVEIRA DIAS, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Judicial desta Coma

O Doutor BRUNO OLIVEIRA DIAS, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Judicial desta Comarca de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER, aos que o presente virem ou dele conhecimento tiverem, que pelo presente leva ao conhecimento de todos, para que no futuro não aleguem ignorância (desconhecimento), de que neste Juízo e Cartório Civel se processou os autos nº 0001623-67.2017.8.16.0104 de INTERDIÇÃO, no qual foi declarada parcialmente incapaz, a Sra. ITALIA ZANELLA, brasileira, viúva, portadora do RG sob nº 5.063.167-2 /PR, nascida em 10/03/1926, nesta Cidade e Comarca, filha de Domingos Galgaroto e Maria Zanquet, residente e domiciliada na Rua José Levandoski, nº 2447, Centro, no município de Laranjeiras do Sul, CEP 85.301-400, foi submetido a curatela, tomando como necessário que seja assistido por curador quando a prática de atos de natureza patrimonial e negocial, sob pena de invalidade do ato; restringindo, assim, que sem acompanhamento de seu curador possa emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandado, nomeando-lhe como curadora a SRA. MARIA GLORIA DOMBROSKI, brasileira, casada, Agente Educacional II, portadora do RG nº 3.447.849-0 SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob nº 015.684.399-46, residente e domiciliada no mesmo endereço do interditado, conforme determinações da r. sentença, parte dela a seguir transcrita (...)Ante o exposto, com suporte no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil/2015, e artigos 1.767 e 1.775, §3º, do Código Civil e artigo 84, §1º, da Lei nº 13.146/15, JULGO PROCEDENTES os pedidos para o fim de submeter a requerida à curatela, tomando-o como necessário seja assistido por curador quando da prática de atos de natureza patrimonial e negocial, sob pena de invalidade do ato; restringindo, assim, que sem acompanhamento do seu curador possa emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandado. Nomeio curadora da interdita a Sra. MARIA GLORIA DOMBROSKI, que deverá prestar compromisso competindo-lh Públicos. Somente após é que será lavrado o termo de curatela definitivo. Expedir ofício neste sentido, salientando-se para a necessidade de se confirmada a realização dos atos na forma do item 15.9.5 do Código de Normas, bem como de ser informado o cartório aonde foi lavrado o nascimento ou casamento, para as anotações devidas (artigos 106 e 107, § 1º da Lei dos Registros Públicos, de acordo com o item 15.9.7 e 15.1.1.3, inciso X, do Código de Normas). Intime-se a curadora para prestar compromisso, depois de atendidas as determinações contidas nos artigos 92 e 93, ambos da Lei dos Registros Públicos. Prazo: cinco (05) dias Laranjeiras do Sul, 12 de julho de 2019 (o). BRUNO OLIVEIRA DIAS, Juiz de Direito.

O presente é expedido, será publicado e afixado na forma da Lei e local de costume. Dado e passado nesta cidade de Laranjeiras do Sul/PR, aos dois dias do mês de março do ano dois n e vinte. Eu, _____, ANDREZA DORIGON DE QUADROS, Funcionária Juramentada, Portaria 10/2016.